



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Isadora Bonfim Nuto
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilly Souza do Vale. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-637-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.376212710>

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva (Organizador). II. Vale, Kamilly Souza do (Organizadora). III. Título.

CDD 618.9289143

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Com amor,
à Helena Vale (*in memoriam*)

PREFÁCIO

Ater-me à linguagem de uma obra, naquilo que posso apresentá-la ou presentá-la, implica, antes de qualquer exposição minha, na humilde assunção da linguagem como senhora última de nossa construção e abertura ao mundo. Assim, olhar e dizer estão carregados de uma implicação hermenêutica, à medida que como seres humanos somos linguagem e mundo em interatividade transformadora. O desafio hermenêutico se constitui na produção de exatidão de sentidos: aqueles que repousam sobre a produção – intencionando quem lê; sobre os autores – intencionando seus objetos e, para muito além, o sentido transcendente imposto pela fusão da obra e leitor na necessidade de ida à escrita, aos objetos dos autores e aos próprios objetos, produzindo então novos sentidos e novas construções.

Assim, a medida exata do entendimento de quem apresenta e introduz não faz jus à qualificação que será produzida no encontro com o leitor. Sugiro que cada leitor se deixe visitar pelos vários capítulos, ingenuamente, para posteriormente consultar as possibilidades de ser a partir daí mesmo, acenando a si com novos horizontes e possibilidades. Uma das características epistemológicas da Gestalt-terapia é sua condição moldável, sua plasticidade ou flexibilidade como queiram alguns e outros que, devido a isso até mesmo chegam a considerá-la sem epistemologia. Se a episteme seria uma dimensão que aprisiona e polariza, então a Gestalt-terapia é a-epistêmica sim, e eu ousaria dizer, anti-epistêmica, por aceitar sempre a introdução de novos e diversos pensamentos, ainda que mantenha sua identidade.

Mas a tecitura dos capítulos poderá falar por si, e eu por eles em mim, ao passo que cada “apresentação” poderá, dar-se como o presente mesmo, como um prenúncio do ganho – aqueles que por vislumbre identificamos ser saciedade, o encontro do adejo no emaranho, a descoberta da preciosidade ainda mesmo sem se saber da permanência da busca; e assim dando a todo inaugural da linguagem, a certeza do instante. Dizer é fixar sentidos. Mas a palavra bem dita os torna brevemente fixos, apenas para em alguns instantes calar fundo e fazer calar para, em seguida, erigir e destruir mundos. Assim os temas se seguem e nos seguem. Vejamos.

Podemos, podemos sempre como psicoterapeutas, estudiosos, cientistas que somos, supor que a violência entre os casais (seria toda forma de violência?) está alicerçada em padrões sociais mais amplos. Mas, aqueles que testam essa hipótese e a verificam em um trabalho profícuo, esses são os gestalt-terapeutas que em grupo, no grupo e para o grupo elegem a ação efetiva de uma Gestalt-terapia que, ainda que posa estar se perdendo de sua origem grupal, guarda-se na intersubjetividade como princípio epistemológico irreversível. Assim é que *Kamilyly Souza do Vale*, no *primeiro capítulo* expõe

um de seus trabalhos com casais em situação de violência conjugal, passando brevemente pelo histórico da psicoterapia de grupo, pela história e alguns princípios da psicoterapia de grupos gestáltica, os elementos constitutivos da psicoterapia de curta duração com grupos da Gestalt-terapia, desembocando naquilo que coroa o trabalho efetivo de um gestalt-terapeuta: desfazer as possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar os modos de violência, nesse caso, entre o casal. É em grupo que os casais podem se ouvir, no sentido de uma escuta que é de alguém, para alguém, por algum motivo, de algum modo e, para ser refletida sobre o modo de atuar na vida com o objetivo de reconhecimento e superação.

Curiosamente, casos clínicos não são frequentemente publicados em Gestalt-terapia. A despeito da consideração dos motivos, posso afirmar que há algo de ousado em mostrá-los, comparável ao supervisionando que apresenta seu caso em um grupo novo, temeroso dos olhares, da austeridade dos colegas e da profundidade da análise do supervisor. Mas no *segundo capítulo*, *Lázaro Castro Silva Nascimento* eleva seus supervisores e colegas à potência da infinitude, quando publica o caso de Franklin. Aos poucos pode-se perceber que sua ousadia de publicação é a mesma que o fez atender Franklin, sendo o leitor lentamente agraciado com o cuidado amoroso na condução e relato do caso, ao passo que revela suas intervenções sem, contudo, restringir-se à psicopatologia ou à técnica como elementos definitivos do processo. É a *relação*, associada a um olhar tecnicamente competente, mas antes e sempre a relação a produtora de mudanças significativas. E por falar em técnica, podemos finalmente perguntar qual o papel da técnica em Gestalt-terapia? Podendo ser compreendida como uma extensão do humano ou como o aprisionamento do ser, a técnica parece desfrutar de uma condição ambígua, de mocinha e vilã, quando referente às abordagens humanistas, em função de sua herança cientificista e também do comprovado auxílio que parece promover na atuação psicoterápica. No citado caso exposto por Lázaro, o autor apresenta o “mapa de uma palavra como experimento-produção gestalt-terapêutico”, dando-lhe ao mesmo tempo uma condição técnica e experimental. É exatamente o caráter experimental (não-determinístico, intuitivo, compartilhado, entre outros aspectos) que dá ao procedimento sua condição de libertação dos ranços da técnica. Desejo que próprio leitor faça sua apreciação dessa condição.

E dentre as condições a que estamos lançados, a violência, essa dos primórdios em que o homem se registra como homem, aparece como instituinte e reguladora do poder entre pessoas, grupos e nações, e nos impõe a pergunta se teremos mesmo elucidado suas facetas, suas minúcias e, principalmente sua origem, de forma que possamos nos perguntar como contribuir para mitigá-la. É nessa direção, de contribuição para uma perspectiva distinta e, por isso mesmo, necessária que *Leda Mendes Gimbo*, no *capítulo 3* faz sua exposição, caracterizando a violência como um hábito, mas não apenas aquele que se instaura na vivência individual e sim aquele instituído por macropolíticas, como forma de dominação de sociedades e grupos inteiros. Delineando a teoria do *self* em sua condição

necessariamente fenomenológica, a autora expõe minuciosamente essa pertinência e demonstra o modo de um fenômeno social se configurar como hábito, aparecendo por fim na teoria do *self* em sua dimensão individual. Afim com essa perspectiva, o *self* é reafirmado como um sistema de contatos e não como instância, a violência é situada na dinâmica entre as funções id, ego e personalidade, mas também vinculada a hábitos introjetados e repetidos historicamente, a serviço de fracasso ou sucesso social. Surgindo dessa forma, parece impossível mitigá-la, dados os caracteres antropológico e histórico a que a violência é tributária mas, afim com o *ethos* gestáltico, a autora evoca a insubmissão e a recusa *como possibilidades libertárias e criativas* dentro de uma condição clínica, afim com princípios éticos gestálticos e propensos a não se confirmar um fazer psicológico conivente e reforçador de injustiças.

O capítulo 4, de Alberto Heller, traz-me um pensamento que há muito me acompanha e que ainda não sei exatamente como implementá-lo: está na hora de musicar a vida, a partir dos infinitos silêncios que a inauguram. Exatamente essa ideia de uma escuta do inaudível está exposta em todo o seu texto, afirmando a necessidade de interposição de sentidos ou resgate das sensações intermodais (tatear com os olhos, ouvir com o corpo, ver com os ouvidos) de se entender o ouvir para além da escuta do senso comum e do sentido comum das psicoterapias. Está instituído um modo de escutar em psicoterapia que fixa a atenção no bem-dizer, nas regras gramaticais da língua, nos modos permitidos de expressão, na semântica necessária, na lógica causal e no ritmo vigente, de forma que a dança necessária entre sons e silêncios, entre o silenciamento do psicoterapeuta e sua escuta qualificada (inclusive para o não saber o que ouvir) estão tolhidos e abolidos do processo psicoterápico. Alberto, realiza uma série de exames dos termos ouvir, escutar e auscultar, vinculando seu sentido ao estar aberto, à obediência corporal necessária para que o psicoterapeuta deixe de prioritariamente escutar a si mesmo para escutar o outro. É dessa maneira que incorpora o “estranho” ao processo psicoterápico, analogamente à música que está com as janelas abertas para ruídos e sons imprevisíveis, dando a eles abrigo como se abriga um viajante (*êthos*) e assim possibilitar a escuta do não-eu; afirmando então esse radical não-eu que se abre para onde o outro quer levar o terapeuta e não para onde esse técnico o quer conduzir. Ainda resta em aberto a clarificação daquilo a que a escuta terapêutica se refere, em que Alberto contribui com a necessidade de se fazer parte da *dança, do quadro, da música, da cena*.

Há ainda muito o que ser ouvido, e muito mais ainda a ser selecionado para ser ouvido. Afim com essa constatação *Isaura Caroline Abrantes Silva e Welison de Lima Sousa* dirigem seus ouvidos para o inaudível, o invisível, o indizível. Imagino uma situação corriqueira, ao final do dia, em que uma pessoa pergunta a outra onde ela vai, com a resposta também costumeira de um “para casa”. Como seria não ter a casa para ir? Como seria não poder morar em nenhum lugar? Apenas por imaginação poderíamos sequer nos

aproximar da vida de pessoas em situação de rua. No *capítulo 5* os autores fazem um exame da condição das pessoas em situação de rua estabelecendo relação com a clínica gestáltica, enfatizando o entendimento da rua não apenas como o lugar da falta – evidente na ausência de moradia, de alimentação, de poder econômico, de políticas públicas – e que revela a exclusão econômica e política, mas também o lugar da presença e das potências: lugar de relações sociais onde se produz junto/com. E é nessa condição que apresentam a Redução de Danos como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico para o resgate de uma dimensão ética pouco abordada em Gestalt-terapia. O propósito é a provocação de um desajustamento criador: o construir de novidades que, com o suporte do campo, dê a psicoterapeuta e paciente a presença no invisível, o deserto das representações também chamado de vazio fértil. A Gestalt-terapia precisa repensar seu fazer? Sim, na medida em que possa estar a serviço dos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica então, deve servir ao não servir. Haverá nesse contexto, maior serventia que essa?

A resposta sobre a serventia de uma clínica fundada no vazio fértil traz à tona outras buscas, outras possibilidades de fazer da Gestalt-terapia. É mais uma vez o contato com a emergência e dessa vez da solidão do ato terapêutico que a discussão sobre a formação, eu me digo melhor, sobre a contínua e nunca acabada transformação do gestalt-terapeuta em ser si mesmo que a *intervisão* irrompe como ato, como possibilidade e com diferenças notórias em relação aos outros campos de construção e reconstrução do gestalt-terapeuta. No *capítulo 6*, *Natascha Bravo de Conto e Dafne Thaíssa Mineguel Assis* examinam a *intervisão* e a diferenciam do processo de psicoterapia e da supervisão, apontando as singularidades que, fundamentadas em uma relação dialógica, fazem surgir o ser dos psicoterapeutas com suas características, ritmos, movimentos, singularidades e estilos próprios. É a partir de uma relação não hierarquizada, sustentada no diálogo e na troca genuína que a *intervisão* se torna esse espaço complementar da psicoterapia e da supervisão onde emergem as potências e as nuances construtoras da história e trajetória dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a metáfora pertinente é de artistas que compartilham um trapézio e precisam equilibrar-se juntos e confiar na presença do outro para as manobras, ao mesmo tempo dotadas de destreza, mas também de saltos onde se acredita estar o outro ali, bem à mão e literalmente à mão, para ser o suporte condutor ao término do movimento. Dessa maneira beleza e risco se confirmam como necessários, mas também se sustentam na possibilidade de ser enquanto simples simetria.

E de quantas experiências precisaremos para sermos o efetivamente denominado de psicoterapeuta? Se olharmos para as pedras que compõem uma ponte, perguntaremos quem faz a suficiente sustentação: arco ou pedras? A resposta parece estar na superação da dicotomia, lugar onde pedras e arco “desaparecem” para aparecer a ponte. Assim, a partir de um caso (mais uma pedra?) é que *Lílian Vanessa Nicácio Gusmão*, no *capítulo 7*,

apresenta o acolhimento, a construção de desejos, a interlocução solidária, os sentimentos, valores e pensamentos compartilhados, apenas para recuperar uma pessoa (ou seria o próprio arco?). Uma pessoa que precisou vencer a dicotomia de ser adulto ou ser criança exatamente por, durante um longo tempo de sua vida, ter feito introjeções disfuncionais reveladas numa gastrite, na banalização da vulnerabilidade para evitação dos conflitos. Curiosamente, é no resgate e possibilidade de enfrentamento dos conflitos que o paciente de Lílian pode se expressar, e passar pela efetiva experiência de inclusão no colo da psicoterapeuta, lugar de cuidado e de segurança, onde pode também experienciar-se de forma plena. Experiências traumáticas são revisitadas por Lílian e seu paciente, atualizadas na dimensão do aqui e agora, conferindo a possibilidade do apoderamento de si mesmo. Sim, o leitor verá como o arco e as pedras desapareceram; vislumbrará apenas a ponte, quer seja figura a terapeuta, o cliente ou, ainda quem sabe, tudo isso junto.

E dessa noção de fixidez instalada em nossa necessidade de estabilização do mundo, perdemos a dimensão da unicidade quando somos obrigados a nos “desterritorializar”. A maioria de nós não sabe o que efetivamente é ser um estrangeiro, experienciar a perda de cidadania e de direitos em seu país de origem e novamente ser submetido a essa experiência no país onde se pediu abrigo. Com uma contribuição de combate a essas vivências, *Elis Moura Marques* no *capítulo 8* aborda a experiência de pessoas migrante e refugiadas venezuelanas no Brasil. Entender as dificuldades e sofrimentos, aquelas inerentes a toda e qualquer pessoa em estado de crise, é uma tarefa inerente ao gestalt-terapeuta; e é ainda mais sua tarefa compreender as especificidades sofridas em cada situação particular de sofrimento, com o objetivo de tornar, por um lado, mais apropriada a ação de cuidado, por outro, mais artístico nosso trabalho, no sentido de fazermos uma adaptação do conhecimento geral e sistemático à unicidade e singularidade daquele que se nos apresenta. Através do relato de três situações clínicas, Elis nos coloca em contato próximo à experiência de sofrimento dos venezuelanos refugiados no Brasil. Importante ressaltar o modo como aproxima a necessidade de uso do conhecimento gestáltico no trabalho com essas pessoas, através inicialmente do resgate histórico de desterritorialização experienciada por Perls e Laura, através da apropriação do fazer gestáltico como de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas. É assim o estabelecimento de auxílio para a restituição da autonomia perdida pela xenofobia, caráter agravador de sofrimentos anteriores e inerentes a todo e qualquer ser humano, mas que nos preconceitos impostos é potencializado e faz subsumir aspectos saudáveis desse outro em generalizações desqualificantes.

Entendo ser necessário aprender para estar com o diferente, o novo e o inusitado e, nessa perspectiva, a aprendizagem, objeto de estudo de tantas facetas, tem uma leitura particularmente gestáltica no *capítulo 9*, quando *Ana Karina El Messane* examina os impedimentos de caráter afetivo presentes no processo de aprendizagem. A confluência,

um dos modos de impedimento do contato, é considerada naquilo que gera dificuldade no aprendiz em ser o autor de seu próprio pensamento. Articulando as formas de evitação do contato com a Epistemologia Convergente, com a Gestalpedagogia como forma de Epistemologia Integrativa, Ana Karina apresenta um caso onde demonstra a forma como o conhecimento é fruto da relação, da experiência vivida onde sujeito, objeto, eu, outro e mundo caminham lado a lado, mas para além disso, transcendem as dicotomias entre partes-todo, exatamente por ser dotado de interconexões da ação humana com o ambiente, os processos sócio-históricos e a cultura. Nota-se o modo como os pais de seu paciente puderam compreender seu lugar e seu papel de confirmadores do filho, dedicando-se à nutrição emocional, imprescindível para revelar o escutar, o ver, o pensar, o refletir como processos fundamentais da aquisição de autonomia para a criança ser construtora não apenas do conhecimento próprio, mas de sua própria vida. A dimensão emocional torna-se assim o objetivo fundamental da aprendizagem como forma de integrar corpo e emoções com o processo cognitivo. Mais uma vez, em uma dimensão educacional, poderá o leitor perceber que a integração se torna o princípio e fim do processo de criação, sustentação e crescimento humanos.

Se a integração aqui e ali se apresenta como um elo necessário de toda ação em psicoterapia, particularmente o fluxo, esse deixar-se conduzir junto com, sem jamais ser meramente passivo, essa arte do encontro consigo e com a própria vida que sempre se revela no outro, adquire novas roupagens quando a criatividade é sentida sob a pena de *Wanne de Oliveira Belmino*, no capítulo 10. Acredito ser o capítulo que ilustra de maneira integrada a necessidade que se articulem fluxo e criação, onde o ser cíclico do feminino é necessariamente considerado. Wanne, de maneira artística e reflexiva, olha para seu próprio fluir, seu modo cíclico de estar no mundo e em si mesma. O feminino que há em todos nós – negado sob a visão machista – precisa ser reconsiderado a partir daquelas detentoras de maior pertinência nesse dizer: as próprias mulheres. E como mulher Wanne reflete sobre um aspecto às mulheres concedido, o de substituição do masculino, mas sendo ele mesmo impeditivo da aparição de suas singularidades, ao passo que faz emanar a rigidez típica do masculino. Como consequência, o adoecimento, a discriminação salarial, as pressões sociais, a precarização do trabalho e o acúmulo de tarefas eclodem em uma dimensão ambígua: se por um lado confirmam o “avanço” feminino em suas conquistas, por outro a solapam peculiaridade desse feminino e negam o reconhecimento da dimensão cíclica de suas energias físicas e psíquicas. É urgente reestabelecer um fluxo saudável, resgatando assim as múltiplas partes do feminino que dialoga sabiamente com a noção de crescimento em Gestalt-terapia, tendo exemplarmente no período menstrual uma importante metáfora da autorregulação orgânica. Ficar no vazio, permitir-se o contato, o emergir de algo, ainda que embrionário, fluir com o emergente e transfigurá-lo em expressões significativas, respeitando a própria criação e em direção a algo integrador e

complementar: eis o processo criativo em sua ciclicidade. O nada se apresenta como prehe de possibilidades e estas anunciam e completam o ser.

Essa obra então se configura por esses dez capítulos, dez convites, dez diálogos em integração. As experiências de seus autores (ex-peri-ência: sair de seu próprio ser) adquirem maior sentido quando revelados na forma de escritas, na maioria delas dizendo “olha o que eu vivi” e imediatamente se transformando em vivência do leitor, se atualizando na possibilidade de novos vividos. A experiência sugere a repetição, a vivência inaugura a singularidade e o novo. Assim, leitor e autores se integram na permissão dada de experiência e vivência. Enquanto linguagem, nos expressamos nas palavras, no corpo e na transcendência dessas dimensões a que preferimos sempre chamar de “ser”.

Silverio Karwowski

setembro de 2021.

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas, Gestalt-terapeuta pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, Psicólogo e Licenciado em Psicologia pela UFU, autor do livro Gestalt-terapia e Fenomenologia, Diretor do IGC – Instituto Gestalt do Ceará e professor universitário.

APRESENTAÇÃO







Movidos pelo desejo de dar continuidade ao objetivo de fomentar espaços de interlocuções entre profissionais de diferentes regiões do Brasil e que tem a abordagem gestáltica como suporte teórico, apresentamos o livro *Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos*. A proposta desta obra contempla a díade teoria-prática através dos escritos que são frutos de reflexões e experiências vivenciadas pelas autoras e pelos autores. Cada um com sua bagagem profissional e visão de mundo configurando um espaço de troca, construção de conhecimento e compartilhamento de experiências.





Os temas presentes neste livro nos convidam a olhar para uma clínica engajada politicamente, que prima pela ética do cuidado, e que ultrapassa os muros de uma clínica tradicional e solipsista. É uma clínica gestáltica que ultrapassa fronteiras, que tem música, sons, que reverbera e que mobiliza o campo para abrir espaços para a novidade. É uma clínica do contato com o novo e do contato com o diferente!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INTERLOCUÇÕES GESTÁLTICAS ENTRE A PSICOTERAPIA DE GRUPO E A INTERVENÇÃO COM CASAIS	
Kamilly Souza do Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127101	
CAPÍTULO 2	13
UM JEITO DE FAZER GESTALT-TERAPIA: O CASO FRANKLIN E O MAPA DE UMA PALAVRA	
Lázaro Castro Silva Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127102	
CAPÍTULO 3	31
A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF	
Leda Mendes Gimbo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127103	
CAPÍTULO 4	41
ESCUA MUSICAL, ESCUTA CLÍNICA: PASSAGENS	
Alberto Heller	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127104	
CAPÍTULO 5	53
VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA	
Isaura Caroline Abrantes Silva	
Welison de Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127105	
CAPÍTULO 6	67
EXPERIÊNCIA DE INTERVISÃO: POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO DA/DO TERAPEUTA A PARTIR DA POTÊNCIA DA RELAÇÃO	
Natascha Bravo de Conto	
Dafne Thaíssa Mineguel Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127106	

CAPÍTULO 7	80
AJUSTAMENTOS CRIADORES DIANTE DA DICOTOMIA CRIANÇA INTERIOR E ADULTO: A RECONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE IDENTITÁRIA DIANTE DO TRAUMA	
Lílian Vanessa Nicácio Gusmão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127107	
CAPÍTULO 8	93
UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL	
Elis Moura Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127108	
CAPÍTULO 9	105
A CONFLUÊNCIA E O OBSTÁCULO DE CARÁTER AFETIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Ana Karina El Messane	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127109	
CAPÍTULO 10	116
SOMOS CÍCLICAS: CRIATIVIDADE, FEMININO E GESTALT-TERAPIA	
Wanne de Oliveira Belmino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.37621271010	
SOBRE OS ORGANIZADORES	129

CAPÍTULO 1

INTERLOCUÇÕES GESTÁLTICAS ENTRE A PSICOTERAPIA DE GRUPO E A INTERVENÇÃO COM CASAIS

Kamilly Souza do Vale¹

Pensar a clínica gestáltica na contemporaneidade é reconhecer a importância de fomentar espaços para que modelos obsoletos de atuação clínica sejam atualizados. Partindo desse pressuposto, apresento neste capítulo mais um recorte da tese de doutorado que defendi na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2018, sob orientação da professora Adelma Pimentel. O mote de trabalho da pesquisa partiu do incômodo inicial de perceber que existe um arcabouço teórico e prático em Gestalt-terapia que, na maioria das vezes, é utilizado de maneira limitada a um fazer meramente voltado para uma prática clínica individual privativa.

Desse modo, a proposta deste texto é favorecer, a partir do material disponível na literatura gestáltica, subsídios para um manejo clínico que esteja integrado aos conceitos propostos pela abordagem e possibilitar que estes sejam fonte de facilitação de processos de mudanças em áreas que incluam também sujeitos e demandas em situação de vulnerabilidade social.

A Gestalt-terapia se inicia com a tradição do trabalho psicoterapêutico em grupo e com os *workshops* difundidos, em especial, por Perls, em Esalen, nas décadas de 1960/1970. Ciornai (2016) pontua que, nesse período, o trabalho com grupos era muito comum, no entanto, nas décadas que se seguiram, houve uma mudança radical nessa perspectiva, e a prática voltou-se quase exclusivamente para o atendimento individual. A Autora refere que, atualmente, com a proposta da clínica ampliada, com o trabalho em instituições sociais e os atendimentos à comunidade, o grupo vem ganhando espaço.

O conceito de clínica ampliada tem sido bastante discutido e é mote de muitos trabalhos publicados na área (HOLANDA, 2012; ALVIM; CASTRO, 2015) quando se aborda a necessidade de se olhar criticamente para os modelos clínicos instituídos.

Sobre isso, Holanda (2012) apresenta argumentos que se referem à fragilidade epistemológica da área clínica, ilustrada pelas oscilações entre a transposição de uma prática de consultório e a ausência de parâmetros epistêmicos para a prática no âmbito das instituições. No cenário histórico, o autor refere-se ao objeto e aos desafios implicados na atividade psicoterapêutica e critica a tentativa de fluxos de configuração de uma clínica

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 10/02310). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Professora, supervisora clínica e coordenadora do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (GEGT-Belém)

social que se viabiliza meramente a partir de discursos ideológicos, cuja implicação é uma prática psicoterapêutica que não se atenta ao sofrimento psíquico tampouco às mazelas sociais.

Corroborando essa ideia, Alvim e Castro (2015) afirmam que,

quando pensamos em modelos ampliados de clínica, como, por exemplo, uma clínica do trabalho ou uma clínica na comunidade, temos em vista processos grupais que se formem como coletivos, acreditando que para além de atribuir o sofrimento ao psiquismo é necessário promover um diálogo intersubjetivo (ALVIM; CASTRO, 2015, p. 44).

Dentre a variedade de possibilidades da atuação clínica, destaco a psicoterapia breve de grupo gestáltica como uma das estratégias possíveis para o trabalho com casais, considerando que, para a construção do conhecimento científico na área e a compreensão do fenômeno, aspectos fundamentais deixam de ser observados e analisados quando os protagonistas da situação são abordados isoladamente, sendo insuficientes para responder à demanda, que continua crescente.

Utilizo, então, a proposta de uma psicoterapia breve de grupo com casais por acreditar que ela contempla a proposta inicial de favorecer uma abordagem clínica em consonância com um enfoque social. O grupo configura-se, assim, como um espaço para a vivência de sentimentos, para o exercício da capacidade de tolerar diferenças, para a reflexão, para a experimentação de novas atitudes com o outro, para o aprendizado dos direitos enquanto sujeito existente socialmente e para o estabelecimento de relações solidárias pautadas no cuidado e no autocuidado.

NOTAS SOBRE O PERCURSO HISTÓRICO DA PSICOTERAPIA DE GRUPO

A psicoterapia de grupo desenvolveu-se exponencialmente após a II Guerra Mundial, quando psiquiatras e psicanalistas, inseridos no contexto hospitalar, realizaram esse novo tipo de tratamento, visto que era grande o número de pacientes que precisavam de assistência, em relação a um número pequeno de profissionais para atendê-los (SANTOS, 2005; ZIMMERMANN, 1971).

Os dados históricos apontam que o médico Joseph Henry Pratt, em 1905, na cidade de Boston (EUA), iniciou um método de trabalho de cunho psicológico que contava com a organização de grupos de vinte a trinta pacientes com diagnóstico de tuberculose, que se reuniam uma ou duas vezes por semana para ler textos sobre formas de cura ou dar suporte uns aos outros no que se referia ao diagnóstico (BORIS, 2014; RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2005; ZIMMERMANN, 1971).

A metodologia de trabalho originou-se nos EUA, contudo, a Europa configurou-se como um *locus* fundamental para a definição do que hoje conhecemos como psicoterapia de

grupo. Em 1910, em Viena, Jacob Levy Moreno cunhou o nome *psicoterapia de grupo*, com a criação do “Teatro do Homem Espontâneo”, no qual uniu o psicodrama e a representação de papéis, a partir do recurso de situações-problema, para possibilitar a conscientização e a resolução dos conflitos. Para isso, Moreno utilizava-se da dramatização de experiências, expectativas, sonhos e fantasias do paciente, com a colaboração dos membros do grupo ou de outros profissionais (ALBUQUERQUE, 2011; BORIS, 2014).

Outros nomes fundamentais, como Alfred Adler, Trigant Burrow, S. R. Slavson, Kurt Lewin, S. H. Foulkes e W. R. Bion, ajudaram a difundir a psicoterapia de grupo nas mais variadas linhas e abordagens, adotando diferentes formas de trabalho quanto a modelo, estrutura, objetivos, tipos de grupos e indicação (BORIS, 2014; RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2005; TELLEGEN, 1984).

Referencio Kurt Lewin e S. H. Foulkes como grandes influências para o trabalho com grupos em Gestalt-terapia. Lewin (1978), psicólogo social, dedicou-se aos estudos das relações entre vida grupal e liderança, dando ênfase à “dinâmica de grupo”. Para o autor, o grupo é compreendido a partir do conceito de campo, segundo o qual há uma interligação entre o sujeito e o meio social ao qual está exposto. Configura-se, assim, como uma totalidade integrativa – opondo-se ao entendimento da mera reunião de indivíduos –, que forma seus próprios processos, afetando e sendo afetada pelas partes diversas e constituindo-se única.

Outra importante contribuição de Kurt Lewin para a construção metodológica da psicoterapia de grupo foi a criação dos denominados *T-groups*, que surgiram a partir da difusão da dinâmica de grupo. Nesse tipo de trabalho, o objetivo era alcançar a capacitação de pessoal, configurando um caráter psicopedagógico. A novidade metodológica dos *T-groups* era oferecer “terapia de grupo para normais”, por meio da tentativa de nivelamento no repasse dos conhecimentos, alcançando, assim, uma demanda de formação que geralmente é oriunda das áreas educacionais e de desenvolvimento organizacional (ALBUQUERQUE, 2011; BORIS, 2014; TELLEGEN, 1984; YALOM; LESZCZ, 2006).

Foulkes (1976), por sua vez, foi o fundador da psicoterapia de grupo analítica; trabalhou durante a II Guerra Mundial e desenvolveu o tema da transferência nas relações grupais. No entanto, apesar de a psicanálise ser a base de seu trabalho, ele fazia uso da filosofia fenomenológica, da teoria de campo e da psicologia da Gestalt para a compreensão da dinâmica grupal (BORIS, 2014; RIBEIRO, 2007). Em Gestalt-terapia, Ribeiro (1981, 2007) debruçou-se sobre a teoria de Foulkes, dando ênfase aos estudos da resistência grupal e da articulação da metodologia com os conceitos gestalticos.

Assim, considero que a dimensão histórica do trabalho com grupos ajuda a situar a evolução do manejo nesse tipo de intervenção. No tópico seguinte, apresento a influência do prisma fenomenológico existencial, que gerou uma modificação na forma de perceber o sujeito e, conseqüentemente, na facilitação da prática grupal.

PONTO DE VISTA FENOMENOLÓGICO EXISTENCIAL SOBRE GRUPOS

Avançando no desenvolvimento histórico do trabalho com grupos, destaco a inserção do ponto de vista fenomenológico existencial, mencionando que a inspiração direta e indireta na composição dos sistemas teóricos e metodológicos clínicos foi, entre outras, a contribuição filosófica de Husserl e Heidegger. Inicialmente, a principal modificação na psicologia foi a inclusão de “uma nova postura para inquirir os fenômenos psicológicos: a de não se ater somente ao estudo de comportamentos observáveis e controláveis, mas procurar interrogar as experiências vividas e significados que o sujeito lhes atribui” (BRUNS, 2011, p. 69).

Esse novo prisma dá ênfase à relação *sujeito-objeto-mundo*, valorizando as noções de totalidade e subjetividade, por meio da compreensão de que não existe uma consciência pura, isolada e/ou desvinculada de algo para ser percebido, e sim uma consciência que é para algo ou alguém, ou seja, uma consciência que intenciona e que atribui significado. Desse modo, embasada na epistemologia existencial-fenomenológica, a clínica torna-se um espaço de intensa transformação (BRUNS, 2011; HOLANDA, 2012).

Tais contribuições favoreceram também modificações nas atitudes do psicoterapeuta diante do cliente, que passa a se apresentar em uma conduta de compreensão e de apreensão do ser humano em suas várias possibilidades de existência. Com esse tipo de postura compreensiva, a atuação passa a ser a de um autêntico facilitador e promotor da emergência da existência do cliente (HOLANDA, 2012).

Vale mencionar, nessa mesma perspectiva filosófica, a contribuição de Rogers (1970), que foi o criador dos “grupos de encontro”, forte referência para o trabalho de psicoterapeutas grupais de diferentes abordagens. A proposta rogeriana era a de uma metodologia não diretiva, que buscasse o crescimento pessoal e estimulasse a comunicação e o desenvolvimento das relações interpessoais por meio do encontro autêntico entre os membros do grupo. Nos grupos de encontro, a postura do facilitador é pautada nos conceitos de compreensão empática e de aceitação incondicional dos participantes (ALBUQUERQUE, 2011; BORIS, 2013; YALOM; LESZCZ, 2006).

Fazendo uso da mesma epistemologia filosófica, a Gestalt-terapia, cujo trabalho desenvolvido teve início com o precursor da abordagem, Frederick Perls, em meados de 1960, tinha como proposta inicial o trabalho individual em grupo, objetivando a mudança pessoal por meio da promoção da tomada de consciência do indivíduo no reconhecimento de seus recursos próprios. Nesse modelo, um participante era convidado a trabalhar diretamente com o facilitador, o qual se concentrava nas incongruências óbvias, na atitude não verbal e nas evitações dos sentimentos apresentados, enquanto os outros membros só faziam considerações ao final (BORIS, 2013).

Foi a partir desse formato que a abordagem gestáltica se tornou conhecida como

um referencial psicológico que prima, fundamentalmente, pelo uso de técnicas, já que, em jornadas de *workshops* realizadas nesse período por Perls, era comum o uso de técnicas e experimentos para a estimulação do trabalho com participantes do grupo (CIORNAI, 2016; COHN, 1980; POLSTER; POLSTER, 2001; TELLEGEN, 1984).

Apesar desses limites iniciais, é importante destacar os marcos e as influências teóricas na obra de Perls: 1) as contribuições da psicologia da Gestalt, por meio dos conceitos de “todo e parte” e “figura e fundo”; 2) a teoria de campo proposta por Kurt Lewin; 3) a teoria organísmica de Kurt Goldstein, que concebia o grupo enquanto um sistema; 4) o psicodrama de Moreno, com as contribuições do teatro; e 5) o pensamento holístico, a partir do entendimento da integração. Essas influências são base para o trabalho de psicoterapia em Gestalt, que, atualmente, rompe com a prática individualista e avança na direção de um modelo ecológico, que prima pela compreensão dos fenômenos a partir do conceito de campo, dando ênfase às relações sociais (ALBUQUERQUE, 2011).

Os modelos desenvolvidos por Tellegen (1984), Ribeiro (1994), Kepner (1980) e Zinker (2001) instituem uma proposta gestáltica de trabalho com grupos baseada na abordagem sistêmica, a partir da busca pela experiência grupal, da configuração do processo vivido em e com o grupo e da dinâmica interacional entre os membros.

Para Zinker (2007), os pontos básicos fundamentais para a intervenção com grupos são o desenvolvimento da *awareness* grupal, o contato ativo entre os participantes e o uso de experimentos interativos. Já para Ribeiro (1994), a psicoterapia de grupo tem como fundamentação básica a fenomenologia e a teoria de campo. Para ele, o grupo constitui-se como *processo grupal*, ou seja, é uma unidade complexa que vivencia um movimento existencial com sentido de mudança através da relação que cada membro do grupo vivencia com ele.

Assim, na proposta interventiva para a configuração desta pesquisa, tais influências foram fundamentais para a composição do manejo com o grupo de casais.

DELINEANDO A INTERVENÇÃO CLÍNICA COM GRUPOS

O trabalho de intervenção clínica proposto neste capítulo integra três modalidades de atuação psicoterapêuticas: 1) grupos; 2) casais; e 3) psicoterapia¹. Ao agregar psicoterapia breve e casais à modalidade interventiva com grupos, priorizei fundamentar o manejo clínico a partir dos enfoques teóricos da abordagem gestáltica, dando ênfase para a noção de campo (LEWIN, 1978; ROBINE, 2006; SILVEIRA, 2016).

Ponto que, na modalidade de psicoterapia breve, estima-se que o número de sessões esteja entre quinze (15) e vinte e cinco (25), sendo um curto prazo para produzir

1. Em Gestalt-terapia (RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009), utiliza-se o termo curta-duração para fazer referência à modalidade de psicoterapia breve.

mudanças em situações claramente definidas (RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009). No entanto, considero que tal questão pode ser percebida de modo dinâmico, já que outros fatores, como a configuração do grupo, o compromisso com o trabalho e o modo como se vivencia a experiência, serão pontos fundamentais para o processo de mudança.

Do ponto de vista de campo e da abordagem gestáltica, essa dinâmica é construída sobre os princípios de ressonância, interconexão, co-construção e co-responsabilidade do que acontece à medida que o movimento se desenvolve, simultaneamente, o que significa que há interdependência entre indivíduos e entre cada indivíduo e a entidade do grupo (DELACROIX, 2013, p. 63, tradução minha).

Dessa maneira, o trabalho com grupos em Gestalt-terapia volta-se para a importância do encontro e do contato entre as pessoas, de forma que “o contato é uma experiência de comunalidade, comunidade e individualidade. Cada pessoa, independente do que estiver fazendo, é encorajada a se conscientizar de sua parte na sociedade e de seu papel no grupo” (ZINKER, 2007, p. 184).

Ao trazer a noção de campo para o trabalho com grupos em Gestalt-terapia, Delacroix (2013) afirma que é necessário dar atenção tanto para o indivíduo quanto para o grupo, percebendo os sentimentos e emoções que surgem no campo e dispondo-se de modo a identificar constantemente as questões manifestas em nível corporal, verbalmente ou não, a fim de se perceber aquilo que mobiliza ou emociona o grupo.

Nessa direção, destacamos o papel do psicoterapeuta como um membro integrante e participativo do grupo, tendo livre movimentação para estar no centro, estimulando ativamente a dinâmica grupal e as atitudes cooperativas entre os participantes, a partir de uma dimensão de campo (DELACROIX, 2013; CIORNAI, 2016).

Reunindo intervenção em grupo e prática com casais, adiciono a facilitação da comunicação dialógica entre os pares (VALE, 2020). Tal proposta interventiva considera a dimensão dialógica, ao abrir espaço para a expressão dos sentimentos na presença do parceiro e de outras pessoas que compõem o grupo, favorecendo o entendimento de como o outro afeta e é afetado, individualmente ou em grupo, assim como possibilitando a ressignificação das situações vivenciadas, a tomada de consciência de suas ações e a dinâmica da relação conjugal.

Destaco o trabalho de Yalom e Leszcz (2006), que são referências na atuação em psicoterapia de grupo e apresentam os *fatores terapêuticos* presentes no processo grupal, fundamentais para a compreensão da dinâmica e dos benefícios do trabalho em grupo: 1) instilação da esperança (a vivência do outro é inspiração para meu processo de mudança); 2) universalidade (compartilhar de problemas semelhantes aos de outras pessoas); 3) compartilhamento de informações (trocas de informações, estratégias e referências úteis);

4) altruísmo; 5) experiências emocionais corretivas² (possibilidade de ressignificar e atualizar situações que estavam cristalizadas); 6) aprendizagem interpessoal; 7) coesão grupal (o grupo pode configurar-se como um lugar de apoio); e 8) comportamento imitativo (facilitar que o indivíduo experimente, mesmo que de forma efêmera, novos modos de interagir).

O delineamento metodológico do grupo psicoterapêutico com casais configura-se como um grupo fechado, não sendo aceita a inserção de outros membros a partir do momento em que o trabalho for iniciado. As sessões devem ser realizadas em único dia de semana, semanalmente, com 2h de duração cada.

Sugiro iniciar a primeira sessão com a apresentação de todos que compõe o grupo, expondo seus objetivos e posteriormente, cada membro ser convidado a falar sobre as expectativas que tem com o processo que está iniciando ali.

O grupo psicoterapêutico breve gestáltico tem como proposição favorecer a tomada de consciência a partir do que emerge como tema em cada encontro, não levando propostas já estabelecidas e realizando o manejo do grupo a partir de uma dimensão temporal fundamentada no presente.

Durantes as sessões, como mencionado, não são levados temas prévios, pois, em cada encontro, as questões emergem no aqui-agora da situação e são vivenciadas no momento presente. Para conduzir os encontros, faço uso de recursos e experimentos para, em alguns momentos, facilitar o processo de percepção dos casais e sua tomada de consciência. Cito os experimentos que podem ser utilizados durante a realização do grupo psicoterapêutico com casais:

- exercício de relaxamento pelo contato com a respiração e a conscientização do corpo;
- uso da primeira pessoa do singular, ao realizarem uma fala projetiva ou em que não houvesse uma implicação;
- construção conjunta do contrato de convivência do grupo;
- solicitação de que os casais coloquem no papel quais são os seus pedidos para seus respectivos companheiros e os sentimentos, valores e ações que podem oferecer a ele ou ela;
- realização de reflexão sobre a trajetória de vida do casal, a “bagagem” que trazem consigo durante todos os anos de matrimônio, por meio do desenho de uma mala contendo tudo aquilo que “carregam” e que cabe dentro do relacio-

2. Esclareço que não coaduno com a ideia de “correção” no que se refere a experiências subjetivas. Assim, faço uso da palavra e da ação “ressignificar” como possibilidade de compreensão para tal fator, visto que, ao vivenciar a experiência em grupo, o sujeito pode atualizar formas de atuação no campo.

namento. Posteriormente, solicito que respondam às seguintes perguntas: “O que temos e precisamos manter?”; “O que temos e não precisamos?”; “O que não temos e precisamos?”; “O que não temos e não precisamos?”. Tal atividade favorece que sejam relatados fatos da vida do casal, a partir da trajetória deles, e descritos os primeiros anos de convivência, as partilhas, os conflitos e as angústias vividos até o momento presente;

- solicitação, em uma das sessões, de que pensassem em como havia sido o início da relação deles enquanto casal, como se conheceram, o que fizeram para ficar juntos e o que os mantinha, até ali, unidos;
- inversão de papéis (um se colocar no lugar do outro);
- dramatização de situações;
- avaliação final do processo, por meio da realização de um desenho em que expressariam como estavam antes de iniciar o grupo, como foi o processo psicoterapêutico e como estavam naquele momento (aqui-agora).

Acerca da vivência grupal e dos benefícios que o compartilhamento e as trocas entre os participantes do grupo oportunizam, Ciornai (2016) revela:

A vivência grupal, sobretudo hoje – quando vivemos um cotidiano de relações fugazes e superficiais e impessoais –, provê um espaço e um tempo para o cultivo de relações significativas, nutritivas e enriquecedoras. Em oposição ao anonimato e à indiferença vivenciados nas ruas e nas comunicações virtuais, o contexto grupal oferece a possibilidade de presença de inteireza, validação, pertinência e vínculos de solidariedade. E, também de empoderamento, pois o grupo unido pode fazer reivindicações e ações sociais conjuntas em situações nas quais o indivíduo, sozinho, se vê pequeno e impotente (CIORNAI, 2016, p.184).

Os achados da pesquisa são corroborados pelos resultados de Ramos (2013) acerca do processo e da mudança na interação grupal com casais:

Percebe-se também que, com o início do trabalho grupal, à medida que os participantes reconhecem o outro na relação, compreendem seus papéis conjugais e familiares, e se dão conta da qualidade de suas interações e começam a conversar com os(as) companheiros(as) sobre o cotidiano e sobre o que gostam e o que os irrita na relação. Segundo relatam, veem que as relações vão sofrendo mudanças e vão construindo novas formas interacionais e de convívio; e passam a aspirar pela paz e a harmonia (RAMOS, 2013, p. 52).

Destaco, ainda, como processo de mudança entre os casais, o avanço referente ao modo como passam a se comunicar no grupo, já que o diálogo e a expressão dos sentimentos foi algo que eles geralmente mencionam como uma contribuição para a relação estabelecida e que também reverbera positivamente na interação com outras

pessoas de seu convívio.

Observa-se que o processo psicoterapêutico em grupo com casais, ao oportunizar um espaço para que ambos possam escutar, falar e serem ouvidos, promove reflexões fundamentais para a identificação de questões que, no dia a dia, não são observadas e podem gerar descontentamentos, raiva e implicações no modo como se posicionam frente à relação conjugal.

Sabe-se que, ao iniciar um relacionamento, um leque de expectativas se abre, podendo configurar pontos de sintonia ou de conflito entre o casal. No entanto, é primordial estar atento para o modo como as fronteiras de contato se estabelecem, já que, se estiverem rígidas, não há espaço para novas formas de ver e vivenciar a relação (VALE, 2011).

O desgaste ocorrido em função de uma comunicação conflituosa entre o casal aniquila a possibilidade de comunicarem-se de forma dialógica, cuidadosa e generosa entre si, restando apenas uma troca de informações ou o silêncio entre ambos. Ressalto, então, a importância da flexibilidade dos limites estabelecidos para que haja espaço para uma comunicação efetiva (VALE, 2020).

O ajustamento criativo no relacionamento conjugal implica flexibilidade na fronteira para experimentar novos contatos (SILVEIRA, 1998, p. 45). No casamento, destaca-se a importância da criatividade nas relações como ferramenta e estratégia para se lidar com a crise conjugal, afirmando-se que a atividade criativa favorece a solução de conflitos que surgem de tempos em tempos, clamando por uma resposta inovadora. Resulta daí a saúde e a renovação, de forma que encontramos na atitude criativa, bem como na disponibilidade e na aceitação dos sentimentos ambivalentes que emergem no casamento, a tolerância, a frustração e a capacidade de uma relação de alteridade com outro, possibilitando uma vida conjugal saudável (SILVEIRA, 1998; ZINKER, 2001).

Assim, os participantes tornam-se conscientes dos lugares que ocupam, passam a perceber sua realidade social e a inter-relação grupal, pois “trabalhar com grupos, ou melhor, estar em grupo, é lidar com indeterminação, mutualidade, reconstrução, reconfiguração e principalmente com as surpresas e sustos em todos os momentos” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 225).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as sessões de psicoterapia de grupo, é possível explorar os sentidos e significados que os casais atribuem às suas experiências conjugais, permitindo que expressassem aquilo a que, muitas vezes, não dão visibilidade em suas relações. Os dados confirmam a construção da subjetividade como fundamental na percepção acerca da violência conjugal, já que envolve as experiências pessoais de cada um.

Assim, as relações são marcadas por processos culturais, intersubjetivos e

subjetivos, os quais estão relacionados ao modo como a dinâmica conjugal se estabelece e, conseqüentemente, as possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar a relação conjugal.

É perceptível o quanto as sessões em grupo são mobilizadoras, ao favorecer que os participantes se aproximem tanto das suas vivências pessoais quanto das conjugais e refletissem sobre tais situações, saindo dos modos habituais de pensar e partindo para uma dimensão que produz movimento e reverberações em suas relações.

Ao configurarem um grupo e expressarem o modo como se posicionam, os casais experimentaram ouvir o que pensam e sentem e, principalmente, perceber como tais questões afetam aqueles que ouvem e quais reverberações surgem desse processo. Estar diante de uma situação que, invariavelmente, os coloca frente a “quem fala?”, “para que fala?”, “como fala?” e “quem ouve?” oportuniza a reflexão sobre a forma como atuam na vida, favorecendo o reconhecimento de possíveis modos rígidos e engessados de funcionamento, que impedem novas formas de agir e vivenciar trocas saudáveis com o outro.

Assim, ao reconhecerem, em seu processo de subjetivação, apenas ações de não cuidado, posturas violentas e de não olhar na direção do outro, os casais tendem a reproduzir padrões conflituosos entre si. Perpassam esse processo também os sentimentos de desesperança diante de dias melhores, ocasionados pela crise financeira, pelo desemprego ou por conflitos gerados por questões do dia a dia.

A violência conjugal, ressalta-se, é uma ponta do nível de violência que assola o mundo atualmente, e, no caso do Brasil, a crise instalada nos últimos anos tem ocasionado sofrimento psíquico em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Desse modo, o processo de grupo em Gestalt-terapia objetiva favorecer a autonomia de seus membros. Para isso, é necessário que se configure como um lugar possível de suporte e acolhimento para a experiência do conflito e da diferença, sendo a confiança mútua pré-requisito da cooperação grupal (BORIS, 2013).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. L. Contextualização da terapia de grupo: uma pequena apresentação da história e do desenvolvimento de algumas propostas de trabalhos com grupo. **Revista IGT na Rede**, v. 8, n. 15, p. 216-226, 2011. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 8 set. 2017.

ALVIM, M. B.; CASTRO, F. G. O que define uma clínica de situações contemporâneas? Apontamentos a partir de J. P. Sartre e M. Merleau-Ponty. In: ALVIM, M. B. (Org.). **Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2015.

BORIS, G. D. J. B. Grupos gestálticos: uma proposta fenomenológica de facilitação da cooperação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1124-1158, 2013.

BORIS, G. D. J. B. Elementos para uma história da psicoterapia de grupo. **Rev. Abordagem Gestalt**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 206212, dez. 2014.

BRUNS, M. A. T. A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses da dicotomia subjetividade-objetividade. *In*: BRUNS, M. A. T.; HOLLANDA, A. (Orgs.). **Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 2011. p. 65-76.

CIORNAI, S. Abordagem gestáltica no trabalho com grupos. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016. p. 168-186.

COHN, R. C. Terapia em grupos: psicanalítica, experiencial e Gestalt. *In*: FAGAN, J.; SHEPHERD, I. L. (Orgs.). **Gestalt-terapia, teoria, técnicas e aplicações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 181-196.

DELACROIX, J-M. Le processus groupal dans une perspective de champ. **Cahiers de Gestalt-thérapie**, n. spécial, p. 55-70, 2013.

FOULKES, S. H. Psicoterapia e psicoterapia de grupo. *In*: KADIS, A. L. *et al.* **Psicoterapia de grupo**. São Paulo: IBRASA, 1976. p. 11-21.

FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. Campinas: Livro Pleno, 2005.

KEPNER, E. Gestalt group process. *In*: FEDER, B.; RONALL, R. (Orgs.). **Beyond the hot seat: gestalt approaches to group**. New York: Brunner/Mazel, 1980.

LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, A. Grupos existenciais para conscientização de homens. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.**, Belém, v. 8, n. 1, p. 55-75, jan./jul. 2016.

PINTO, E. B. **Psicoterapia de curta duração na abordagem Gestáltica: elementos para a prática clínica**. São Paulo: Summus, 2009.

POLSTER, E; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. Belo Horizonte: Interlivros, 2001.

RAMOS, M. E. C. Homens e mulheres envolvidos em violência e atendidos em grupos socioterapêuticos: união, comunicação e relação. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, p. 39-54, 2013.

RIBEIRO, J. P. **Psicoterapia grupo analítica – Abordagem fouldkiana: teoria e técnica**. Petrópolis: Ed Vozes, 1981.

RIBEIRO, J. P. Gestalt-terapia: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica da teoria de campo e holística. São Paulo: Summus, 1994.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia de curta duração**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999.

RIBEIRO, J. P. **Vade-Mecum de Gestalt-terapia: conceitos básicos**. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, J. P. O conceito de resistência na psicoterapia grupo-analítica: repensando um caminho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. especial, p. 65-71, 2007.

RIBEIRO, J. P. **Psicoterapia**: teorias e técnicas psicoterápicas. São Paulo: Summus, 2013.

ROBINE, J. M. **O self desdobrado**: perspectiva de campo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2006.

ROGERS, C. R. **Grupos de encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

SANTOS, M. A. Cem anos sem solidão: um século de psicoterapia de grupo (1905-2005). **Revista da SPAGESP**, v. 6, n. 2, p. 7-12, jul./dez. 2005.

SILVEIRA, T. M. **A construção criativa na vida do casal**: limites e possibilidades do casamento contemporâneo. 1998. 93 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVEIRA, T. M. Terapia de casal e família uma visão de campo. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016.

TELLEGEN, T. A. **Gestalt e grupos**: uma perspectiva sistêmica. São Paulo, Summus, 1984.

VALE, K. S. **A relação conjugal em debate**: uma análise gestáltica. 2011. 92 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

VALE, K. S. A comunicação dialógica no manejo com casais. *In*: NASCIMENTO, L. C.; VALE, K. S. **Sentidos em Gestalt-terapia**: novas vozes, outros olhares. Ponta grossa: Atena, 2020.

VALE, K. S. *et al.* O manejo psicoterapêutico na contemporaneidade em Gestalt-terapia. *In*: PIMENTEL, A. *et al* (Orgs.). **Fenomenologia: Teoria e Clínica**. São Luiz: EDUFMA, 2015. v. 1.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. **Psicoterapia de grupo**: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZIMMERMANN, D. **Estudos sobre psicoterapia analítica de grupo**. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

ZINKER, J. C. **A busca da elegância em psicoterapia**: uma abordagem gestáltica em casais, famílias e sistemas íntimos. São Paulo: Summus, 2001.

ZINKER, J. C. **O processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

UM JEITO DE FAZER GESTALT-TERAPIA: O CASO FRANKLIN E O MAPA DE UMA PALAVRA

Lázaro Castro Silva Nascimento¹

Certamente esta é uma das escritas mais complexas que desenvolvi em minha carreira até aqui. Gostaria de iniciar o texto com estas palavras por se tratar de um caso clínico muito significativo no meu processo de formação como Gestalt-terapeuta e como cuidador. Este capítulo tem dois objetivos centrais: 1) narrar a experiência de atendimento gestalt-terapêutico de Franklin; e 2) apresentar o mapa de uma palavra como experimento-produção gestalt-terapêutico.

Para o primeiro objetivo, será apresentado o caso clínico de Franklin, com detalhes e contornos técnicos e teóricos, respeitando todas as questões éticas e humanas no que diz respeito à apresentação de uma história tão sensível. Para o segundo objetivo, será discutido brevemente o que é o “mapa de uma palavra” como proposta de fechamento de um ciclo terapêutico com a alta dos atendimentos. Neste texto, a literatura da Gestalt-terapia é utilizada não de forma extensiva, mas como suporte epistemológico para algumas discussões.

Ressalta-se ainda que a descrição de um caso clínico está inserida entre as práticas de pesquisa com menos força quanto às evidências científicas. Isso acontece pela impossibilidade de generalização direta das informações contidas no relato para outros casos semelhantes. Assumir isso é importante, considerando-se que o objetivo central deste trabalho *não é* criar diretrizes sobre essa população ou esse tipo específico de atendimento.

Ainda assim, os casos clínicos são um espaço poderoso de construção de conhecimento, reflexão e problematização entre pares. Como já nos disseram Ginger e Ginger (1995), o Gestalt-terapeuta “trabalha com o que ele é, tanto quanto com aquilo que sabe, em seu próprio estilo, integrando sua experiência pessoal e profissional anterior e confiando em sua própria sensibilidade e criatividade específicas” (GINGER; GINGER, 1995, p. 30). Dessa forma, vale lembrar que este é um texto escrito por um Gestalt-terapeuta e que provavelmente será lido, em sua magnitude, por outras e outros Gestalt-terapeutas com formação semelhante.

1. Gestalt-terapeuta. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Musicoterapeuta (CPMT 346/20-PR) graduado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e psicólogo (CRP-08/20085) graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

1 | PRIMEIRO ATO: O CASO FRANKLIN

Franklin² chegou para o atendimento de psicoterapia particular em 21 de novembro de 2017, a partir de um encaminhamento feito por uma universidade pública. A instituição havia solicitado o apoio de profissionais que tivessem passado por lá em nível de graduação e pós-graduação e que pudessem ofertar seus serviços a partir de um trabalho de clínica social. Assim, a mãe do rapaz fez contato comigo e agendamos nossa primeira sessão.

Apresentar Franklin é importante. Ele é um homem cisgênero, heterossexual, negro, de classe média baixa e umbandista, tinha 22 anos quando iniciou o trabalho psicoterapêutico e estava solteiro. Morava com a mãe e um irmão mais novo na região metropolitana de Curitiba e informou ter como ocupação central os recursos financeiros advindos da venda de substâncias ilícitas. Informou também que o pai havia falecido quando ele tinha 3 anos de idade. Havia saído da escola sem completar o ensino fundamental, comunicando posteriormente ter o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), além de fazer uso de substâncias entorpecentes.

O trabalho foi realizado a partir de psicoterapia semanal, com duração de 50 minutos/sessão, entre o período de novembro de 2017 e setembro de 2020, totalizando 112 sessões. A orientação da Gestalt-terapia e algumas intervenções em musicoterapia foram os fundos teórico-clínicos que guiaram a *praxis* terapêutica. Como disseram Perls, Hefferline e Goodman, a “psicoterapia é um método não de correção, mas de crescimento” (PERLS, HEFFERLINE, GOODMAN, 1997, p. 51), de forma que foi essa a diretriz central em todo o processo.

Em todos os atendimentos realizados, foi utilizada sistematicamente uma estratégia de finalização de sessão, solicitando a Franklin que respondesse de forma intuitiva, com pouca elaboração intelectual, à pergunta: “Se tu pudesses encerrar a sessão de hoje com uma palavra, que palavra seria?”. Todas as palavras foram registradas imediatamente após o atendimento, junto com um relato de experiência acerca do que havia sido trabalhado. Com isso, ao final do primeiro arco de atendimentos de Franklin, foi construído um “mapa de uma palavra”, que é apresentado no segundo tópico deste capítulo.

Metodologicamente, vale informar que, para narrar o caso clínico de Franklin, serão apresentados excertos desses relatos de sessão, a partir dos registros feitos. Eventualmente, em alguns fragmentos clínicos, serão utilizados termos de forma *ipsis litteris*, também respeitando fenomenologicamente a sua experiência como pessoa atendida.

1.1 O início: primeiras impressões

O primeiro encontro que tive com Franklin me deixou aflito e com medo. Ao mesmo tempo, senti-me desafiado e com um pensamento muito forte de que as experiências

2. O nome Franklin foi escolhido pelo próprio paciente quando solicitei consentimento para a escrita deste trabalho. Esse nome faz referência ao personagem Franklin Saint de *Snowfall* (2017–presente), série exibida na Netflix.

que vivemos na clínica gestalt-terapêutica são parte do fenômeno de campo. Se Franklin chegava para ser atendido por mim, algo haveria de se produzir do nosso processo de cuidado. A sessão correu da seguinte forma:

Franklin iniciou me contando que era usuário de drogas. Falou de *cannabis* e drogas sintéticas. Contou que as usa desde os 13 anos e faz “corres”. Senti-me aflito em alguns momentos. Franklin disse que já cometeu furtos, mas que não roubava “trabalhador”. Falou que veio para a terapia porque é o único espaço em que as pessoas não o julgam. Contou se sentir sozinho e que sente muita solidão desde sempre. Emocionou-se ao falar disso. Falou da mãe e chorou bastante, disse que ela era guerreira. Franklin falou sobre a umbanda, sobre ser filho de Oxossi. Disse ter sentido confiança em mim e explicou que, nas outras vezes, foi preciso 5 sessões para se abrir. Contou de sua variação de humor e disse que estava disponível para acompanhamento psiquiátrico. Falou que o pai é falecido e que tem 5 irmãos, cada um de uma mãe diferente. Finalizou com “gratidão”, e eu com “desafio”. (Sessão 1).

Precisei fazer alguns acordos iniciais com Franklin para a manutenção do trabalho. Entre eles, o de que não traria quaisquer substâncias quando viesse para nosso *setting*. Apesar das questões legais e penais acerca de alguns de seus relatos, minha percepção era a de que Franklin se comportava exatamente como qualquer pessoa com um olhar empreendedor do mundo. Suspendendo a moralidade e observando a sua conduta, havia um relato sobre o desejo de crescer, de expandir negócios e a ideia de prosperidade econômica, marcas da nossa sociedade capitalista e liberal. Essa percepção me permitiu olhá-lo não dentro dos rótulos sociais, mas através disso.

Outrossim, importante é que, mesmo que um olhar mais psicopatologizante automaticamente encarcerasse Franklin na ideia de “dependência química”, os relatos que trazia não condiziam com um adoecimento como se compreende de forma biomédica. Havia funcionalidades importantes em seu uso de substâncias e havia também um fundo emocional marcado e um histórico que respondiam seguramente a *para que e por que* ele usava tais substâncias, de forma que, deliberadamente, optei por acompanhá-lo sob uma perspectiva das políticas de redução de danos.

Nas sessões iniciais, ocupei-me de conhecer mais sobre a rotina de Franklin, explorar quais eram seus gostos, seus incômodos, sua vida e sua perspectiva. Trabalhamos usando um curtograma com os quadrantes “gosto e faço”, “gosto e não faço”, “não gosto e faço” e “não gosto e não faço”, a fim de explorar áreas de sua vida. Percebi, então, que havia bastante ambivalência em seus movimentos, com conflitos morais entre bem e mal, certo e errado:

[...] Franklin falou que se satisfazia fazendo coisas ruins. Ao mesmo tempo, falou que gostaria de sair do tráfico de drogas e ser uma “pessoa boa”. Fizemos uma fantasia guiada de integração. Franklin falou se ver como “Franklin traficante”, usando roupas pretas, rodeado de pessoas, sempre

ativo. O “Franklin bom” estava com roupas claras, porém sem muita forma. Falou o quanto é difícil para ele atender às expectativas das pessoas quando tenta ser uma boa pessoa [...]. (Sessão 5)

Essas polaridades foram sendo exploradas ao longo das nossas primeiras sessões. Franklin enfatizava profundamente que possuía um “bom coração” e que, apesar das suas ações, experienciava que havia um outro jeito de ser, mas ainda difuso. Polster e Polster ensinam sobre as polaridades:

Essas cisões dentro do indivíduo podem prendê-lo na ambivalência ou confusão ou podem impeli-lo à resolução apenas para se livrar da incerteza. [...] A necessidade básica quando se trabalha com polaridades é recuperar o contato entre as forças opostas. Uma vez que o contato entre essas partes seja estabelecido, cada parte da luta pode ser experienciada como um participante válido. (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 249-250)

Parte do seu conflito surgia por se sentir mal e desconfortável frequentando espaços de espiritualidade estando envolvido com a venda de substâncias ilícitas, sendo esse retorno aos terreiros de umbanda um ponto fundamental, a meu ver, para o que começou a ser o seu processo de mudança. Parece óbvio, mas é fundamental ressaltar a necessidade de respeito à espiritualidade/religiosidade apresentada pelo cliente em um processo gestalt-terapêutico, como discutido por Nascimento (2015). Ênfase, em especial, esse respeito com relação a religiões não hegemônicas no Brasil, como as de matrizes africanas.

Outras questões que logo apareceram no início do seu processo terapêutico diziam respeito à relação com sua mãe, bastante conflituosa e ambivalente. Franklin transitava entre criticar a mãe e se emocionar profundamente narrando o quanto a admirava e queria que tivesse orgulho dele. Havia também uma permanente desresponsabilização sobre alguns de seus atos, sendo frequente o processo de não assumir os próprios erros e projetá-los em outras pessoas. Franklin trouxe também um relato sobre históricos de internações que havia experienciado como adolescente.

Algo que também merece destaque concerne ao alto comprometimento com a psicoterapia. Franklin era enfático ao afirmar: “Venho, faça chuva ou faça sol” e era um paciente extremamente pontual, com raríssimas faltas e sempre justificadas, respeitoso e seguidor dos acordos ou rearranjos que fazíamos sempre que necessário. Essa era uma marca muito evidente da construção de um vínculo terapêutico e da confiança depositada no processo.

Apesar de ser um tema pobremente discutido em Gestalt-terapia, Yontef (1998) menciona, ao discutir o gerenciamento de um *setting* gestalt-terapêutico, que “o acerto do pagamento pode variar, e não existe um estilo especial em Gestalt para isso, exceto direto e sincero. [...] A clareza de fronteiras é enfatizada, e tanto o paciente quanto o terapeuta têm responsabilidade pelo trabalho a ser realizado” (YONTEF, 1998, p. 58).

No caso de Franklin, eu incluiria sua mãe a essa de ideia de Yontef. A mãe de Franklin executava os pagamentos sem atrasos, com alto nível de comprometimento e, sempre que possível, com palavras de gratidão. Esse é um dado importante para entendermos que o trabalho clínico não acontece unicamente na presença do encontro, mas nas ressonâncias que este gera e em suas reverberações na vida da pessoa atendida, incluindo sua família e suas redes de suporte.

1.2 Aprofundando: para além do que se pode ver/ouvir

Com o andamento do processo terapêutico, fui percebendo muitas nuances de Franklin. Usei como estratégia clínica de presentificação a intervenção verbal, logo nos primeiros minutos da sessão: “O que tu queres trabalhar na sessão de hoje?”. Isso convoca o paciente a dar um contorno específico para a temática que será discutida, respeitando, assim, sua autonomia para hierarquizar suas necessidades e eleger o tema mais importante naquele momento.

Dessa forma, muitas temáticas foram surgindo fora do campo da adição ou de suas atividades ocupacionais. Franklin trouxe um profundo sentimento de solidão, informando também se sentir incompreendido, abandonado pelo seu círculo familiar estendido e com queixas sobre relacionamentos amorosos. Trouxe, por diversas sessões, o que dizia ser “uma relação difícil com as mulheres”, enfatizando o término de um namoro que o tocava demasiadamente. Em uma sessão, falou sobre uma carta que havia escrito:

Franklin iniciou com a carta que escreveu para Melody³. Pedi que lesse a carta. Franklin leu de um jeito muito sereno, diferente da postura defensiva que costuma ter. Falou da música “Radin” da banda 1Kilo Oficial. Ouvimos juntos a música. Franklin cantarolou alguns trechos, e eu vocalizei junto a melodia. Falou que gostaria de entregar a carta para Melody e perguntou o que eu achava. Percebi, nesse momento, Franklin como um adolescente, muito diferente de todo o perfil que a vida adulta com o tráfico trazia. Falou de outras meninas. Falou sobre ter voltado para a escola, mas disse que não gostava das pessoas de lá, desqualificando-as. Conversamos sobre essa desqualificação. Finalizou com “reconstituição”. (Sessão 13)

Ainda que com dificuldade de assumir isso em voz alta, Franklin destacava como a relação acima mencionada era importante para ele. Trouxe, então, uma informação preciosa: a de que, quando estava envolvido amorosamente, percebia que usava menos substâncias químicas, apontando para uma perspectiva do abuso de drogas como preenchimento afetivo. Trabalhamos de forma dialógica refletindo sobre o que significava para ele um relacionamento amoroso, quais os seus objetivos com isso e como se comportava afetivamente nesses espaços.

Além do relacionamento amoroso, insisti com Franklin para um retorno às atividades

3. Nome alterado também dentro da narrativa de *Snowfall*. Melody Wright é o nome de uma namorada do personagem Franklin Saint na história.

escolares. Quando me contou sobre o diagnóstico de TDAH, achei que seria ainda mais importante incentivá-lo, destacando sua capacidade cognitiva, mas também o quão importante seria a medicação. Franklin mencionou o receio de utilizar medicação e de que seus amigos soubessem que o fazia. Com algum diálogo, acordamos que fosse a um psiquiatra. Nesse meio tempo, Franklin retomou seus estudos no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que é feito por disciplinas e com mais flexibilidade.

Franklin iniciou falando que estava surpreso por estar gostando de ir para a escola. Disse que estava estudando as disciplinas de artes e educação física. Falou também sobre o período em que ficou internado. Emocionei-me quando disse que fugia da casa de reabilitação, andava quase 50 km e que era para sua casa que ele voltava. Disse não saber pelo que voltava, concluindo, em seguida, que era para poder ver sua mãe, mesmo que fosse ela quem iria levá-lo de volta. Franklin falou com muito amor sobre sua mãe. Falou também sobre a relação com espiritualidade, mas dizendo que sempre “as coisas” aconteciam e ele não podia ir ao terreiro. Pontuei como era escolha dele responsabilizar-se ou não por isso. Franklin finalizou com “responsabilização”. (Sessão 22)

Durante as sessões, Franklin dividia comigo como era difícil ter uma rotina e dizia que ir, regularmente, para a terapia era um passo inicial. Construímos um cronograma simples com papel e caneta, destacando atividades semanais, que incluíam a terapia, a ida ao terreiro, a escola e outras atividades que Franklin julgasse pertinentes e que lhe interessassem. Nesse período, ele iniciou a busca por emprego e frequentemente trazia o relato de que isso era difícil. Chegou a iniciar a venda de ingressos para *shows* noturnos e enfatizava como era bom ser remunerado de forma honesta.

Um conflito crescente passou a aparecer entre sua espiritualidade e a venda de substâncias. Franklin narrava como era conflituoso se desligar do que fazia “de errado” e passar a fazer o “certo”. Conversávamos com frequência sobre a importância do terreiro em sua vida, em especial porque aquele era um espaço em que Franklin respeitava as hierarquias dos dirigentes. Outro ponto de embate constante era a relação com sua mãe, com discussões frequentes, que aconteciam, sobretudo, por Franklin fumar *cannabis* e sua mãe discordar de sua atitude. Ainda assim, era frequente o seu movimento de incompreensão e de enfatizar que “nada” havia de errado nisso.

Franklin iniciou falando que havia ficado com algumas meninas e que não estava mais usando o parâmetro de buscar Melody. Falou que se sentia melhor ao se relacionar dessa forma com as mulheres. Perguntei se isso incluía sua mãe. Franklin ficou com a postura agressiva. Falou em tom de deboche sobre a relação com a mãe ter falhado no passado e disse que, por isso, hoje nada podia ser feito. Trabalhamos longamente sobre como Franklin a culpava por não ter lhe dado afeto. Franklin falou que sua mãe só lhe dava casa, comida e educação por obrigação. Questionei isso, confrontando com algumas informações que eu tinha. Franklin reconheceu que a mãe lhe amava, mas que, para ele, isso não era suficiente. Falou sobre o desejo de

formar uma família para ressignificar o que viveu com a sua. Finalizou com “relacionamento”. (Sessão 34)

Em nosso 35º encontro, a relação com sua mãe ficou ainda mais intensa. Franklin iniciou narrando que ela era “só uma amiga”, referenciando o termo “amiga” como inferior a “mãe”. Pedi que se concentrasse no que me dizia enquanto dividia comigo. Disse se sentir confuso, com raiva e perdido. Seguindo seu fluxo de consciência, Franklin afirmou: “Minha mãe não é só uma mãe... ela viveu tantas coisas comigo... ela é minha amiga! Tudo que ela fez por mim... e eu nunca dei orgulho para ela... Minha mãe sempre viu essa partezinha boa [de] que você falou em mim!”. Todas essas falas foram proferidas enquanto segurava sua mão sobre o próprio peito, com a respiração pesada e um choro copioso e profundo, repleto de emoção e expressão.

Nas sessões que se seguiram, conversamos sobre os caminhos para concluir os ensinamentos fundamental e médio, sobre a entrada na universidade, mesmo que isso parecesse algo longínquo para ele, sobre sua sensação de “ser um bosta” na escola e, em especial, sobre a relação que havia tido com o teatro alguns anos atrás. Franklin contou que atuar era uma das coisas que fazia que sentia ser positiva, não sendo parte do seu “mundo errado”. Dividiu comigo como era constrangedor quando estudava na escola em que sua mãe era professora, dizendo que ficava triste por decepcioná-la e envergonhá-la frente às amigas e colegas.

Exploramos juntos vários projetos existenciais de Franklin, que pareciam escondidos e guardados do mundo, sendo acessados raras vezes e apenas por ele. Entre esses sonhos, Franklin compartilhou comigo que era apaixonado por cozinha e queria ser cozinheiro. Disse-me que, “mesmo que digam que cozinhar é coisa de viadinho, as minas piram quando sabem que eu cozinho”, e rimos juntos de como Franklin sempre achava uma forma de ser conquistador com as mulheres. Na sessão 39, trouxe falas que me marcaram profundamente: “Este é um Franklin guardadinho, é um segredo, só mostro pra quem eu confio”, seguida de “Eu quero mostrar pra essas pessoas que eu sou mais do que o que elas dizem”. Falou orgulhoso, durante a sessão, sobre culinária italiana, culinária de doces *gourmet* e sobre como começava a pensar-se como empreendedor.

Sobre a relação com sua mãe, optamos por fazer um encontro em conjunto. Convidei-a para a sessão e trabalhamos a relação de ambos. Havia muita tensão no atendimento, então pedi que escrevessem três características um do outro e que fôssemos conversando sobre elas. Percebi que, ainda que conflituosa, a relação entre ambos era regada de afetos. É importante reconhecermos que o processo psicoterapêutico encapsulado em uma sala de atendimento individual possui suas limitações e, na medida do possível, expandi-lo para a vida da pessoa atendida pode promover mudanças significativas.

Diversas autopercepções de Franklin foram trabalhadas nesse período. Entre elas, a ressignificação da ideia de que “eu já faço tudo errado, não tenho mais jeito”, sendo

progressiva e cuidadosamente transformada em “eu fumo maconha, mas não é tudo o que eu quero fazer da minha vida”. Franklin começou a buscar emprego e a falar enfaticamente de como gostaria de trabalhar.

Em nossa sessão de número 49, Franklin contou que usava drogas diversas há cerca de 10 anos, mas que não queria mais isso para sua vida. Disse-me: “Quero sair do uso compulsivo para o uso recreativo”. Contou-me que havia regularizado alguns documentos, com certa insistência, e explicou-me porque havia raspado o cabelo: as tranças pareciam incomodar nas seleções de emprego que fazia. Senti-me impotente com sua narrativa, tão crua e real de uma sociedade racista como a nossa. Conversamos longamente sobre racismos e sociedade. Como já apontou Djamilla Ribeiro: “o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? [...] O antirracismo é uma luta de todas e todos” (RIBEIRO, 2019, p. 14-15).

1.3 A ruptura: o que fazemos com aquilo que fizeram de nós

No final de novembro de 2018, recebi uma mensagem da mãe de Franklin me comunicando que ele havia sido preso. Essa ruptura no processo terapêutico me tocou profundamente. Tive, inicialmente, a sensação de que todo o trabalho com ele havia sido perdido e, como cidadão brasileiro, imaginei que o sistema penal seria cruel com alguém com suas características. Indaguei-me sobre os meus valores éticos, sobre minhas concepções de mundo, sobre questões legais da minha atuação profissional e sobre o que eu deveria fazer.

Seguindo uma orientação jurídica solicitada por sua mãe e por seu advogado, que fez contato comigo, construí um parecer técnico que deveria ser apresentado ao juiz responsável pelo caso de Franklin como parte da defesa. No parecer, informei, respeitando todas as normativas técnicas do Conselho Federal de Psicologia vigentes à época, questões do processo terapêutico, avanços, desafios e como compreendia sua situação. Marquei uma sessão com sua mãe para que me explicasse a situação:

Cissy⁴ veio ao consultório me contar sobre a situação de Franklin e pedir uma orientação quanto ao que deveria fazer. Falou que estava se comunicando com Franklin por cartas e que isso aliava o seu coração. Conversamos longamente sobre todo o contexto. Cissy leu uma carta de Franklin em que ele se responsabilizava pelo que havia feito e mencionava o desejo de sair da cadeia e do tráfico. Pontuei para Cissy sobre a importância de manter esse canal afetivo aberto com Franklin. Falamos do relatório que eu fiz e da expectativa de que ele possa sair da cadeia. Cissy mencionou que o meu trabalho com Franklin era muito importante. Esse encontro mexeu muito comigo. (Sessão em 4 dez. 2018)

Em Gestalt-terapia, estamos inteiros nas relações, estamos genuinamente

4. Nome também alterado dentro da narrativa de *Snowfall*. Cissy Saint é o nome da mãe do personagem Franklin Saint na história.

envolvidos com as pessoas de quem cuidamos e com quem também nos desenvolvemos, a partir de suas narrativas. Aos olhos e ouvidos destreinados, o que parece apenas um encontro semanal de 50 minutos cronometrados de um grande *blá blá blá*, na verdade, torna-se um entrelaçamento profundo de vidas. Com isso, os sofrimentos também nos atravessam. Polster e Polster nos contam sobre sermos nosso próprio instrumento de trabalho como gestalt-terapeutas, afirmando que

do mesmo modo que o artista que pinta uma árvore tem de ser afetado por essa árvore específica, também o psicoterapeuta precisa estar ligado à pessoa específica com quem ele está em contato. É como se o terapeuta se transformasse numa câmara de ressonância para o que está acontecendo entre ele e o paciente. Ele recebe e reverbera o que acontece nessa interação e o amplifica de modo que se torne parte da dinâmica da terapia. (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 35).

Introduzo teoricamente essa discussão porque acredito que seja uma base para facilitar a compreensão sobre quão marcante a experiência de um paciente pode ser para nós terapeutas. O processo de confluência funcional existe nas relações de cuidado, e é no “nós” que as histórias clínicas acontecem. Delacroix fala sobre as “terceiras histórias” que se criam em processos terapêuticos:

O processo terapêutico passa por esse reconhecimento e é expresso pelo maravilhoso e pelo deslumbrante. Esta abordagem testemunha uma grande novidade: “a terceira história”, aquela que se tece momento a momento entre o paciente e o terapeuta. É outra história, aquela que faz a história anterior chacoalhar. Esses momentos são fundamentais para a transformação do vínculo terapêutico e do ser. O paciente e o terapeuta estão então ligados no mesmo momento por um vínculo que estabelece aquela consciência-sensação comum: [...] Ambos estão em um estado de consciência aumentada. (DELACROIX, 2006, p. 125-126, tradução livre)

Após alguns meses, fui informado de que Franklin havia saído da cadeia e de que gostaria de retomar o processo terapêutico. Sua postura estava diferente e profundamente fechada. Percebi que seu momento exigia ainda mais delicadeza de minhas intervenções e um cuidado ainda mais amoroso, ainda que frustrador, como fazemos em Gestalt-terapia. Em nosso terceiro encontro após essa ruptura, discutimos suas emoções e suas relações interpessoais.

Franklin iniciou muito rígido, falando sobre sua rotina, com uma postura muito ensimesmada. Falou sobre como estava, como se estivesse sendo fácil. Conversamos sobre isso. Perguntei como havia sido o tempo na cadeia. Franklin foi duro, colocou-se no lugar de que havia sido difícil, mas não tanto. Insisti sobre como o sentia dessensibilizado. Franklin respirou profundamente. Começou a falar sobre como era difícil para ele acessar suas emoções. Conversamos longamente. Perguntei a ele porque achava que eu o atendia. Franklin não soube dizer. Ficou várias vezes centrado em si mesmo. Pontuei para ele como percebia que parte da sua solidão era por ele estar dentro da

própria armadura, protegendo-se do mundo. Mais do que ser amado e se amar, sua grande tarefa seria gostar de outras pessoas. Franklin concordou, falou sobre como era difícil confiar e estar com outras pessoas. Finalizou com “futuro”. (Sessão 53)

Algumas semanas depois, recebi uma intimação do juiz responsável pelo julgamento de Franklin e, por inexperiência, fiquei bastante assustado. Tive medo por não saber até que ponto poderia expor sua vida ou agravar sua sentença. Ao informar Franklin sobre o ocorrido, sua postura foi de desdém. Expressou com agressividade que esse não era um problema seu. Nesse momento, senti-me abandonado por Franklin e, então, segui a orientação de Polster e Polster:

O reconhecimento da centralidade da própria experiência do terapeuta existe não só na Gestalt-terapia. [...] Quando o terapeuta entra em si mesmo, não está apenas tornando disponível ao paciente algo que já existe, mas está também auxiliando a ocorrências de novas experiências, baseadas em si mesmo e também no paciente. [...] O terapeuta muda. (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 37-38)

Parte do que fazemos em Gestalt-terapia é usar os sentimentos que nos são mobilizados como parte de uma complexa cadeia de intervenção/interação no desenvolvimento humano. Assim, pontuei para Franklin como era importante que saísse de si e pudesse ver no seu entorno quantas pessoas estavam cuidando dele, incluindo-me nesse rol de cuidadores. Franklin ficou constrangido. Alguns encontros se seguiram, em que a cada vez sua consciência era maior acerca de suas dificuldades interrelacionais. Disse-me, em nosso 56º encontro: “A gente passou um ano e meio de terapia pra podermos chegar nesse problema: eu não confio nas pessoas, eu não consigo me abrir com as pessoas [...]. Pra mim, é difícil me abrir. Eu prefiro não me abrir, me dá um alívio... mas eu me sinto sozinho”.

Franklin passou a expressar abertamente o seu medo de se abrir com as pessoas, de confiar em pessoas e mesmo de estar com pessoas. Após a saída da cadeia, isso havia se intensificado. Seu receio era permanente de que houvesse um agravamento em sua sentença e de que pudesse voltar a ficar preso, tendo sido esse o momento em que decidi não mais fazer parte da venda de substâncias ilícitas e seguir fazendo cursos livres na área de culinária.

1.4 A transformação: oportunidades no campo

Entre as tantas teorias que sustentam a Gestalt-terapia, temos a teoria de campo. Yontef (1998) discorre que “um campo é uma teia sistemática de relacionamentos”, “os fenômenos são determinados pelo campo todo” e “o campo é uma fatalidade unitária: tudo afeta todo o resto no campo” (YONTEF, 1998, p. 211). Ao longo de todo o trabalho com Franklin, eu recorri a colegas gestalt-terapeutas mais experientes, não somente em

supervisão, mas também em diálogos sobre o seu caso, sobre dúvidas que tinha e também como forma de socialização das minhas angústias.

Nessa conexão de campo, em que todas as partes se entrelaçam, uma amiga querida me informou que conhecia um projeto social na América Latina que buscava transformar a vida de jovens em situação de vulnerabilidade por meio da gastronomia, sendo Curitiba uma das cidades-sede do projeto. Disse-me que as inscrições haviam encerrado poucos dias antes, mas que sabia com quem falar, e, algumas ligações depois, contou-me que havia conseguido uma vaga para Franklin. Liguei para ele empregado e demos *start* a uma iniciativa audaciosa: reinserção social.

Com isso, Franklin passou a fazer parte de um projeto com grandes nomes da gastronomia curitibana e brasileira. A ideia central era capacitar profissionalmente jovens para o trabalho na cozinha. À época, o programa já havia qualificado mais de 250 alunos em todo o território da América Latina, e essa era uma oportunidade de ouro para agarrarmos. Franklin seguiu nas sessões comigo.

No início da sessão, falei que haviam me ligado do projeto social, preocupados com uma situação de agressividade de Franklin. Franklin ficou bastante irritado, socou a poltrona, começou a se emocionar. Pontuei para ele a importância do que lhe dizia sobre a ligação e mencionei que eu estava do seu lado. Franklin começou a se justificar. Comecei a cantar a música "Mais uma vez", da Banda Legião Urbana. Franklin cantarolou em seguida "É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã" e chorou profundamente. Chorou e disse o quanto era difícil amar as pessoas, o quanto sofreu em sua vida, o quanto não foi amado e como não confiava nas pessoas. Franklin falou sobre sua dificuldade de ter empatia comigo e com os outros. Relembrou a audiência em que eu havia sido convocado e o fato de que não tinha se importado comigo. Franklin me disse que eu consegui perceber que o que ele precisava era de amor. Finalizou com "alívio" e "desconforto". (Sessão 58)

Em Musicoterapia, temos muitas intervenções para promover expressão de sentimentos. Além disso, temos o reconhecimento de que "a voz é um instrumento primário em musicoterapia. É o instrumento com o qual nascemos" (AUSTIN, p. 19, tradução livre). Bruscia (2016) também nos conta que, entre as experiências musicais, temos a recriação e, em específico, a "recriação vocal", em que paciente e musicoterapeuta vocalizam materiais musicais pré-existentes com os fins terapêuticos que se queira alcançar. Ao perceber Franklin tomado por raiva, optei por arriscar-me nas melodias de "Mais uma vez" e convidá-lo a cantar comigo, sem palavras ou instruções, mas de forma intuitiva.

Franklin entoou, então, a música "Pais e filhos", também de Legião Urbana, muito provavelmente sem perceber que se tratava de uma música diferente, enfatizando o refrão: "É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã". Segui cantando com ele a música que trazia e, em seguida, caiu profundamente em lágrimas. Compreendo que esses encontros sonoro-musicais são particularmente importantes por escaparem da

racionalidade e nos permitirem contato com nossas emoções enquanto somos guiados por experiências musicais.

Franklin falou estar tentando conversar com as pessoas e se interessar por elas. Disse que ainda é difícil, mas que tem se esforçado. Falou sobre a escola e contou que está pensando em começar a vender comida. (Sessão 60)

Franklin chegou bastante atrasado. Contou que deu uma entrevista para a TV. Falou que foi elogiado por ser um “menino de ouro” e por suas competências na cozinha e que isso mexeu muito com ele. Chorou bastante ao falar sobre isso. Disse que tinha dificuldade em receber os afetos positivos e que estava se esforçando para isso. Narrou a experiência de ser um bebê após ter saído da cadeia. Finalizou com “difícil” e “gratidão”. (Sessão 61)

Nesse encontro – de número 61 –, pela primeira vez, Franklin disse: “Lázaro, você é muito importante pra mim!”, “Foi Deus quem colocou você na minha vida”, “você acreditou em mim” e narrou como ter ouvido “você é um menino de ouro” de uma das responsáveis pelo projeto o havia feito se ver como alguém “possível de dar certo na vida”. Para além de um destaque meramente narcísico nessas palavras de Franklin, enfatizando nosso trabalho, compreendo que o mais importante em sua fala foi reconhecer que estávamos juntos nesse processo, abrir-se para ser cuidado e verbalizar isso como reconhecimento.

As sessões que se seguiram trouxeram algumas mudanças. Franklin passou a distinguir satisfações não somente no uso de substâncias químicas, mas, em especial, fora desse espaço, como em algumas relações sociais. Disse que gostaria de ter mais satisfações sem essas substâncias, optando por fazer uso apenas de *cannabis* a partir desse momento. Contou-me que havia saído sua condenação e que isso trazia algumas consequências, mas também alívio para ele, por poder responder ao crime em liberdade. Fui comunicado também de que não mais precisaria responder à intimação do juiz e prestar depoimento.

Franklin foi narrando experiências de manejo de raiva, de conhecer limites, de “aprender a engolir sapos”, de lidar com as frustrações do cotidiano e foi resgatando os projetos existenciais que havíamos começado a construir antes de ele ser preso, como o de estudar. Encaminhei Franklin para uma colega psicopedagoga, que também aceitou atendê-lo por atendimento social. Ele, então, passou se preparar para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja):

São finalidades do Encceja: construir uma referência nacional de autoavaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos em processo escolar ou extraescolar; estruturar uma avaliação direcionada a jovens e adultos que sirva às Secretarias de Educação para que estabeleçam o processo de certificação dos participantes, em nível de conclusão do Ensino Fundamental ou Ensino Médio, por meio da utilização dos resultados do Exame. (BRASIL, s/d)

Comecei a trabalhar com Franklin quais ainda eram suas demandas psicoterapêuticas e o que ainda esperava com o processo terapêutico nesse ponto de sua vida. Ele disse entender que parte do nosso ciclo estava se fechando, mas que ainda havia temas a serem trabalhados.

Franklin falou sobre como estava, falou sobre a formatura do curso com desdém. Percebi que era difícil para ele comemorar suas vitórias. Trabalhamos isso durante toda a sessão. Franklin ficou emocionado quando cantei um trecho de “A estrada”, de “Cidade Negra”: “Você não sabe o quanto eu caminhei, pra chegar até aqui”. Franklin disse que finalizar o curso de gastronomia seria a primeira etapa que concluía da sua nova vida. Disse que a próxima seria a prova do Encceja. Finalizou com “comemorar” e “conquistas”. (Sessão 67)

1.5 Algumas conquistas

Fui convidado por Franklin para sua formatura no projeto social. Foi emocionante ver a solenidade e vê-lo subir ao palco de dólma, uma roupa utilizada por cozinheiros. Outros eventos foram acontecendo, como Franklin buscar novas amizades, de pessoas não envolvidas com a venda de substâncias ilícitas, começar a fazer testes de vagas na área gastronômica e ter uma vida em família mais frequente, como viajar à praia e ir ao cinema.

Em uma sessão, contou-me sobre gostar de assistir desenhos, e rimos juntos sobre vários que eu desconhecia. Disse ter ido ao cinema ver um filme da franquia *Toy Story*, e fizemos uma audição musical da canção “Amigo, estou aqui”. Franklin emocionou-se ao ouvir a música e chorou. Contou que lembrava de todas as pessoas que passaram por sua vida, falando ainda sobre sonhos e projetos. Em nosso 75º encontro, Franklin dividiu comigo que havia conquistado uma vaga na área de cozinha. Parabenizei e celebrei sua conquista.

Franklin tinha várias tatuagens e algo muito simbólico aconteceu ao começar a ganhar dinheiro no seu trabalho com cozinha. Decidiu que iria cobrir algumas de suas tatuagens com o que havia ganhado de dinheiro de forma lícita. Apesar de parecer algo casual, senti o simbolismo que havia no processo de ressignificação de sua história até ali.

Franklin iniciou contando que havia resolvido a questão da carteira de trabalho. Trouxe a música de Gabriel o Pensador intitulada “No ritmo, no tempo”. Falou sobre cobrir sua tatuagem. Desenhou flores em cima. Dividi com Franklin a metáfora que isso me trazia sobre flores que finalmente desabrochavam. Falou sobre a prova do Encceja, disse que está confiante que irá ser aprovado. Falou sobre planos futuros e sobre afetividade. Disse que muito da sua mudança veio com autoconhecimento, pontuei também a sua mãe como grande suporte. Finalizou com “tempo”. (Sessão 77)

O relacionamento de Franklin com sua mãe também foi progressivamente mudando seus contornos. Ainda que os conflitos existissem, eles eram experienciados por tempos

menores e com mais espaço para diálogos. Franklin começou a trazer para as sessões problemas cotidianos de trabalho, como dificuldade com a equipe, questões sobre horários, sobre honorários, chefia e afins. Fizemos audição musical de algumas outras canções, a pedido de Franklin, funcionando como disparadores para algumas sessões. Entre os intérpretes, Marcelo D2, Racionais e Gabriel, o Pensador.

Analisar musicoterapeuticamente as escolhas musicais de Franklin foge ao escopo deste trabalho, mas vale dizer como os ritmos, as letras marcadas e as estruturas musicais eram sempre muito intensas. Via de regra, as canções trazidas por Franklin para a terapia vinham com bastante emoção. Em uma sessão, contou-me que estava dando um “cala a boca” na sociedade por estar fazendo as “coisas certas” e que nunca havia imaginado que chegaria até ali. Um ano havia se passado desde que havia sido preso.

Franklin entrou na sala e mostrou-me o resultado da prova do Encceja. Foi aprovado e certificado no ensino médio! Em seguida, mostrou-me seu celular com o informe de que havia sido aprovado no vestibular para gastronomia. Comemoramos juntos! Ouvimos a música de Mc Menor “Dominar o Mundo”. Franklin emocionou-se falando que havia conquistado o que queria e dado orgulho para sua mãe. Falamos sobre planos futuros, agora considerando a universidade. Finalizou com “graduação”. (Sessão 92)

As exclamações nesse excerto são pequenas perto da emoção que senti nesse encontro. Franklin havia sido certificado no ensino médio e também aprovado para o curso superior de gastronomia em Curitiba. Emocionou-se falando que sua mãe teria orgulho dele. Tivemos uma sessão em família após isso, com Franklin, Cissy e seu irmão mais novo, o que foi importante para que os três pudessem se ouvir sem brigas, diferentemente de como acontecia em casa.

1.6 O horizonte: fechando...

Muitas outras situações clínicas foram sendo experienciadas ao longo das sessões que se seguiram. Questões no trabalho, mudanças de rotina, mudança na frequência das sessões, o início das aulas de Franklin, seguido pela pandemia do coronavírus em 2020, a alteração para as sessões remotas e as incertezas de um mundo caótico, com diversas mortes, em especial no Brasil. Franklin foi entendendo que havia uma relação com sua mãe que era de hierarquia, mas não de forma dolorosa, e sim respeitosa. Sua relação com a *cannabis* também foi ficando diferente, com outra frequência e começando a pensá-la como um *hobby*.

Fomos percebendo, conjuntamente, que a hora de Franklin se afastar do processo terapêutico estava cada vez mais no horizonte do porvir. Estava chegando o momento de ele ter outras experiências e seguir o fluxo de sua vida, até que julgasse ser hora de voltar ou que a hora de voltar se impusesse. Suspendemos o processo terapêutico e, alguns meses depois, Franklin me contou que iria viajar, mas que, antes de se mudar de Curitiba,

gostaria de me dar um presente. Encontrei-me com ele e Cissy, recebendo um presente em forma de pães preparados por ele. Abraçamo-nos e fechamos esse arco do nosso encontro clínico.

2 | SEGUNDO ATO: MAPA DE UMA PALAVRA

A utilização do método de “uma palavra” ao final de atividades acadêmicas foi algo que aprendi no meu ciclo básico de formação em Gestalt-terapia, ainda em Belém-PA. Não sei atribuir autoria a essa estratégia pedagógica, mas penso que, eticamente, é importante referenciá-la no Centro de Capacitação em Gestalt-terapia (CCGT – Belém), carinhosamente na figura de Cintia Lavratti.

Quando iniciei meus atendimentos clínicos, optei por trazer essa ideia para um contexto de fechamento das sessões e comecei a usá-la de forma sistemática, como uma técnica própria, sendo a forma como optava por encerrar os encontros com as pessoas que eu atendia. Percebi que, ao final do processo psicoterapêutico, juntar todas essas palavras e entregá-las aos pacientes era uma forma de dar contornos sobre o que havia sido vivenciado e de criar um caminho interior de contato com tantas emoções, afetos e memórias.

Registro que usar intervenções de forma repetitiva e sistemática pode parecer rígido, chato ou até inconveniente para alguns pacientes. Nesses casos, não recomendo a utilização dessas estratégias, pois é preciso respeitar a subjetividade e as idiosincrasias presentes em cada relação. Com alguns pacientes, após perceber seus incômodos sobre isso ou mesmo por verbalizarem que não se sentem à vontade com esse experimento, a prática é suspensa. Com outros, por exemplo, ao solicitar-lhes uma palavra, estes também me solicitam uma, de forma que terminamos sempre com duas palavras de fechamento: uma do paciente e uma do Gestalt-terapeuta.

Ao longo dos anos, fui alterando a maneira de construir e usar o mapa de uma palavra. Inicialmente, apenas enfileirava as palavras, mas comecei a explorar, quase que de forma criativa e sem julgamentos estéticos, um modo de apresentá-lo de forma mais fluida. Assim, comecei a construir os mapas como espirais que apontassem para dentro e a utilizá-los na última sessão após a alta clínica⁵.

Não é um objetivo aqui discutir quando um processo termina, se termina permanentemente, se somos seres inacabados ou quaisquer discussões nessa direção. Apenas como guia teórico, lembro que com Perls, Hefferline e Goodman aprendemos que “não importa qual seja a teoria do ‘self’”, assim como no início o paciente chegou por

5. Com Franklin isso não foi possível, por estarmos no modelo remoto. O seu mapa de uma palavra foi enviado posteriormente e, alguns meses depois, ele retomou o processo psicoterapêutico, inaugurando o segundo arco clínico, em que estamos no momento em que este texto é finalizado.

conta própria, do mesmo modo ao fim ele terá de ir embora por conta própria” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 63) e, como escolha individual, ele também pode voltar futuramente. A clínica gestalt-terapêutica é também sobre movimentos, passagens, travessias, idas, retornos e despedidas.

Abaixo, é apresentado o mapa que foi construído com Franklin.

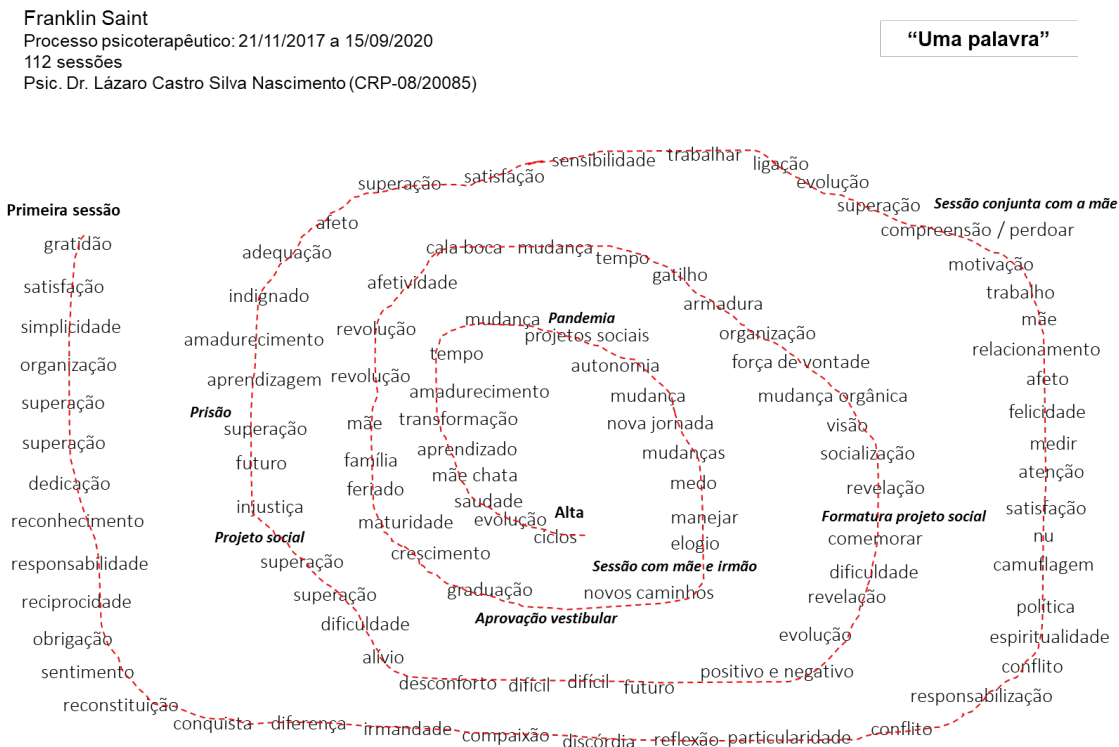


Figura 1: Mapa de uma palavra de Franklin Saint (2017-2020)

Como orientação a quem possa se interessar, esse mapa foi criado no *software Microsoft PowerPoint*, de forma bastante desburocratizada. Sei que existem programas de edição de imagem muito mais aprimorados, inclusive conhecendo suas ferramentas. Porém, optei por construí-lo de forma simples, para economia de tempo. As palavras são inseridas em forma de espiral, em seguida é inserida uma forma livre em formato de rabisco para guiar o traço das palavras e, ao final, é escolhido um tipo de linha pontilhado para demonstrar movimento. Simples e funcional.

Não tenho a pretensão de que outras pessoas façam igual, mas apenas de demonstrar que a criatividade é um dos elementos mais potentes que temos como Gestalt-terapeutas. Usamos nossas competências e habilidades individuais para construir os laços que nos conectam às pessoas de quem cuidamos. O mapa de uma palavra é um jeito

de fazer, próprio, particular e personalizado. Cada Gestalt-terapeuta pode encontrar sua própria estilística, respeitando os princípios técnico-teóricos da Gestalt-terapia.

Nesse sentido, vale lembrar que Laura Perls nos ensina que “a Gestalt-terapia é um processo anárquico no sentido de que não segue regras ou normas pré-estabelecidas. Não pretende adaptar as pessoas a nenhum sistema, mas sim adaptar as pessoas aos seus potenciais criativos” (PERLS, 1992, p. 31, tradução livre).

3 | ÚLTIMO ATO: AGRADECIMENTOS E CONSIDERAÇÕES

Não poderia finalizar esta escrita sem agradecer a Franklin e sua mãe, Cissy, por acreditarem no desenvolvimento desse encontro terapêutico que marcou e ainda marca tão profundamente minha jornada. Acredito ser fundamental também destacar o cuidado interprofissional que houve com Franklin, a partir do auxílio de colegas psiquiatra e psicopedagoga, ambos com formação em Gestalt-terapia, bem como de psicólogas e Gestalt-terapeutas que me apoiaram.

Penso ser importante considerar que alguns riscos foram corridos e que os desfechos do relato aqui apresentado poderiam ser totalmente diferentes, a depender de infinitas variáveis. Não há o objetivo de desresponsabilizar individualmente ninguém por atos que devem ser julgados pela justiça e por órgãos competentes, contudo, é importante lembrarmos que, como Gestalt-terapeutas, estamos a serviço do cuidado e do desenvolvimento orgânico das pessoas que atendemos. Nossa função não é julgar, mas cuidar e promover relações que permitam o desenvolvimento dos sujeitos que atendemos.

Tenho um incômodo pessoal com o relato de casos clínicos, por enfatizarem demasiadamente acertos e estratégias de intervenção que “deram certo”. Com isso, digo que há muitas intervenções que são equivocadas, que mais promovem violência que consciência, em que erramos e em que precisamos melhorar. Na minha história clínica, acumulo humildemente uma série de erros que me ensinaram a cuidar melhor das pessoas. Portanto, os excertos iluminados de crescimento e transformação que aqui foram descritos são apenas uma polaridade do processo complexo que é o fazer clínico gestalt-terapêutico.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, D. *The Theory and Practice of Vocal Psychotherapy: Songs of the Self*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2008.

BRASIL. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>. Acesso em: 30 jun. de 2021.

BRUSCIA, K. E. *Definindo Musicoterapia*. 3ª. ed. Dallas: Barcelona Publishers, 2016.

DELACROIX, J. M. *La Troisième Histoire – Patient-psychothérapeute: fonds et formes du processus relationnel*. Escalquens: Dangles 2006.

GINGER, S.; GINGER, A. *Gestalt: Uma Terapia do Contato*. São Paulo: Summus, 1995.

NASCIMENTO, L. C. S. *Perspectivas Gestálticas Sobre Espiritualidade/Religiosidade*. Orientador: Adriano Furtado Holanda. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2015.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. *Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, L. *Vivendo en los límites*. Valência: Promolibro, 1992.

POLSTER, E.; POLSTER, M. *Gestalt-terapia Integrada*. São Paulo: Summus, 2001.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

YONTEF, G. M. *Processo, Diálogo e Awareness: ensaios em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1998.

A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF

Leda Mendes Gimbo¹

Ser oprimida significa
a ausência de escolhas.
bell hooks

TEORIA DO SELF: INTEGRALIDADE EM FUNCIONAMENTO

Nosso ponto de partida é a compreensão de self como “sistema de contatos presentes e [o] agente de crescimento” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 178), como uma totalidade que integra as experiências na fronteira organismo-ambiente e possibilita o crescimento. Partimos da leitura de self como processo figura-fundo no campo imbricado, em situações de contato, um fenômeno de fronteira, espontâneo, flexível, que atua em modo médio, aberto ao que vem, disponível às novidades no campo. Consideramos self como um processo temporal, fundamental na interação organismo-ambiente, ecológico, holístico e que confere significado à existência. Nesse sentido, a leitura de self está inscrita na temporalidade husserliana², em que, no curso do tempo, o agora, unidade de presente vivo, está sempre em trânsito. A unidade temporal vivida passa ao horizonte de passado e permanece enquanto afeto, excitação, retida em um fundo de co-dados que é memória disponível à evocação e à recuperação, disponível à atualização no campo, orientada por um horizonte virtual de possibilidades e desejos.

Assim, podemos considerar que o presente, o aqui-agora, está sempre embebido do passado e lançado ao futuro. O aqui-agora contém todo o já-vivido, em uma perspectiva jamais individual, uma vez que as experiências vividas se dão sempre em relação e contêm também todas as possibilidades que se desenham no horizonte de protensão, todos os futuros possíveis, todas as fantasias que, do mesmo modo, jamais serão privadas ou individuais, pois são sempre dadas em uma situação e um campo relacional. Ou seja, self se constitui enquanto sistema de contatos inscrito na temporalidade, sempre em passagem, sempre em relação, sempre presente, mas atravessado pelos afetos que emergem do fundo em direção ao futuro incerto. Essa compreensão se contrapõe à ideia sustentada em outras perspectivas psicológicas que consideram “o” self enquanto instância intrapsíquica,

1. Gestalt-terapeuta. Mestra e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2. Cf. HUSSERL, E. **Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

individual, pessoal, com limites definidos, operando em relação ou respondendo ao meio (ROBINE, 2018).

Como afirmam Perls, Hefferline e Goodman (1997), em situações específicas, self parece composto por três funções, a saber: função ego, função id e função personalidade. A *função ego*, ativa, deliberada, corresponde à unidade temporal do presente vivo, ao presente transiente e sempre concreto em que a experiência de aumentar ou inibir o contato e de manipular o meio se dá. A *função id* corresponde ao fundo de vividos, aos co-dados assimilados como fundo habitual, dimensão afetiva que corresponde aos excitamentos que emergem e estão disponíveis para orientar a função ego em direção a um horizonte virtual de desejos. Ela corresponde à dimensão estranha da experiência do mundo em nós, é impessoal e desconhecida, uma vez que não representa uma função privada, individual, mas a amplitude das possibilidades que são contingentes e variáveis em situações distintas³. Essa função também corresponde às dimensões de pré e pós-contato, ou seja, é função que orienta a repetição de hábitos que já foram introjetados ou assimilados de situações anteriores, dimensão de retenção das gestalten destruídas a contento e/ou das inibições (deliberadas ou reprimidas), sentimentos incipientes e situações inacabadas. Já a *função personalidade* é análoga às características e lugares sociais com os quais nos identificamos, “admissão do que somos, que serve de fundamento pelo qual poderíamos explicar nosso comportamento se nos pedissem uma explicação” (PHG, 1997, p. 178). A função personalidade corresponde ao horizonte virtual de protensões, à dimensão identitária à qual nos ligamos para dar sentido ao que experimentamos e vivemos. Aqui, a experiência ganha elaborações, o self relaxa e o contato final acontece. Essa função corresponde ao horizonte virtual de desejos e possibilidades para onde direcionamos nossas fantasias, as quais orientam, junto ou em conflito com a função id, a função ego no campo.

As funções id e personalidade constituem as dimensões virtuais que se doam, de maneiras distintas, para a orientação da função ego no campo. Agimos mirando um horizonte incerto, imaginando o lugar social que ocuparemos. Agimos mirando o sucesso ou tentando evitar o fracasso nas relações sociais, na tentativa de ser socialmente aceitos e validados. Dito dessa forma, podemos compreender que um mesmo objeto/fenômeno integra as funções id e personalidade em dimensões distintas: na primeira, como afeto que deriva de um já-vivido, na segunda, como projeção de uma formação identitária e dos lugares sociais por esta ocupados.

Tomemos como exemplo uma pessoa que, ao se apresentar em determinado contexto social, afirme: “sou psicóloga”. A afirmação, o falar de si, é a dimensão da função ego no presente; já o lugar social enquanto psicóloga, o significado que isso pode ter entre outras pessoas e a identificação com esse lugar dizem respeito à função personalidade,

3. Cf. ALVIM, M. O id da situação. In: ROBINE J. M. (Org.). **Self**: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos. São Paulo: Ed. Escuta, 2018.

dizem da virtualidade, da imagem que se projeta sobre exercer esse lugar. Mas o que também possibilita que essa afirmação seja feita, por ser de onde emerge o afeto que, espontaneamente, orienta a ação, é a função id, dimensão que contém assimilações do já-vivido, introjetos sobre um mesmo objeto/fenômeno, os quais, porém, não se dão de forma individual, pois o já-vivido diz respeito a uma memória coletiva.

Consideremos, então, tratar-se de três dimensões de um mesmo fenômeno, integradas na concretude da experiência no presente vivo, sempre transiente (PHG, 1997). A função ego é a função operacional, deliberada, enquanto as funções id e personalidade são as funções impessoais, virtuais. A função personalidade, como apontamos, é correlata às nossas identificações sociais, pautadas em categorias generalizáveis, rótulos não necessariamente equivalentes ao que somos quando agimos no campo de determinado modo. Dessa forma, quando alguém se apresenta como psicóloga, isso não corresponde ao exercício em si da psicologia, à pessoa ali, em situação, atendendo um caso clínico, em um dia qualquer no dispositivo onde atua, mas diz da representação, do papel, da categoria socialmente generalizável que está, de alguma forma, colada aos afetos, ao já-vivido, ao introjetado e assimilado sobre essa mesma categoria. Passado e futuro são virtualidades integradas na experiência atual.

A função id, por sua vez, é a dimensão de retenção e repetição de hábitos, que se doam à atualização quando recuperados em situações novas, orientando a função ego em campo. Aí reside, talvez, a distinção fundamental entre as virtualidades da função id e da função personalidade: enquanto a função id é a virtualidade do já-vivido impessoal que carregamos sem saber, a função personalidade é a virtualidade do porvir, sempre fantasia ou desejo do que vem. A função id contém o que deriva das experiências com o passar do tempo, o que já esteve no horizonte de futuro. Ela opera como um ritornelo⁴; mas a cada giro – que nunca se sabe como ou quando se dará –, ao orientar a função ego no campo, apontando para o horizonte de desejo, ela está sempre submetida à atualização (mesmo que parcial) e será retida de novo, não necessariamente – e, possivelmente, jamais – da mesma forma.

As três funções, que, em situações específicas, parecem ser self (PHG, 1997) operam indissociavelmente, integradas e de maneira holística, como totalidade. Contudo, dependendo da situação ou da experiência, uma função pode ser mais convocada que outra ou, a partir da novidade emergente do campo, as interdições no contato e a *awareness* comprometem de maneiras distintas e plurais as funções de self na fronteira. O processo de contatar está submetido a uma série impensável de interdições, interrupções e suspensões de diversas ordens, a depender da situação e das contingências do campo.

4. Conceito de Deleuze e Guattari que diz respeito ao fio que conduz a sensibilidade da experiência, à repetição como em um refrão de melodia: o fio de uma cançãozinha constitutiva, que retorna sempre nova, mas impregnada dos afetos da infância, da memória daquilo que somos sem saber (DELEUZE; GUATTARI, 2007).

A partir dessas ponderações, podemos considerar ou elaborar a maneira como self opera, em sua totalidade, nas situações de violência. Para isso, é imprescindível salientar dois pontos importantes: o primeiro é a compreensão de id como id da situação (ALVIM, 2018) – jamais privado –, que inclui dados assimilados e introjetados das experiências vividas, e a necessidade de abarcar nessa dimensão as formações socio-históricas, as regras e normas sociais que são geracionalmente repetidas e organizam os valores da vida em sociedade. O segundo ponto diz respeito à ambivalência e ao conflito que podem resultar de um horizonte de possibilidades que, por um lado, aponta para nossos desejos mais espontâneos, livres e honestos e, por outro, sinaliza o risco que podemos correr quando não aderimos ao ideal social projetado no horizonte virtual que corresponde aos desejos de nossos pais, ao ideal de ser humano de sucesso, às identidades normativas compreendidas como vencedoras e admiradas em uma sociedade capitalista, neoliberal, a qual coíbe as diferenças em prol do desempenho de papéis socialmente desejáveis, que, frequentemente, são correlatos a inibições reprimidas, formas pouco criativas, fixação em padrões e medo das novidades que podem gerar mudanças, solicitar novos hábitos e possibilitar a criação de respostas atualizadas no mundo.

Uma regra ou norma, um imperativo de lugar social, não se desenha no horizonte de futuro sem antes ter sido introjetada, por repetição e acúmulo, até se tornar socialmente compartilhada. Quando nos anunciamos, quando nos identificamos ou somos identificadas a papéis sociais, função personalidade operando, nem sempre nos anunciamos a partir daquilo que espontaneamente desejamos⁵: muitas vezes nos anunciamos, de forma deliberada ou já inibida pelos introjetos, para atender aos imperativos do que é socialmente desejável. Por vezes, isso significa abrir mão do que amamos genuinamente ou vivenciar conflitos severos para atender às demandas daqueles com quem se vive e por quem não queremos ser rejeitados. A exemplo disso, tem-se o conflito de pessoas homoafetivas que sofrem, culpabilizam-se e vivem conflitos dolorosos (função ego) porque identificam que seu desejo não é correlato ao lugar social que os pais projetaram ou porque não atendem às normas de cisheteronormatividade da sociedade, largamente introjetadas (função id) e projetadas como ideais identitários (função personalidade).

Nesse sentido, o ego em conflito opera de forma confusa, não por faltarem afetos que emergem como excitamentos da função id, ou por não encontrá-los e compreendê-los, como acontece nas psicoses, mas por estes não estarem alinhados à fantasia identitária de sucesso que se desenha no horizonte de protensões. O ego aliena, interdita, inibe ou recusa o exercício afetivo livre, em virtude do temor da exclusão e do malogro que um lugar social pode produzir. Isso significa, na neurose, que podemos lançar mão de estratégias

5. “Contato, formação figura/fundo é um excitamento crescente, sensitivo e interessado” (PHG, 1997, p. 47). No contato sem *awareness*, nós nos alienamos de dimensões da experiência, inibimo-nos de forma deliberada ou reprimida: penso estar em contato com uma obra de arte quando a observo, mas posso estar em contato não com a obra, e sim com o crítico de uma revista (PHG, 1997).

de defesa, criativas, para manipular o campo e terceirizar a responsabilidade da função ego, na tentativa de conseguir o que desejamos, correndo risco mínimo de malogro. Mas, o que podemos dizer das situações em que as possibilidades criativas são ainda mais restritas à função ego, mesmo as possibilidades de manipulação, por se tratar de situações de exposição e submissão ao exercício de poder de outros, operacionalizado em ações violentas? Que leitura podemos fazer do funcionamento de self quando, na fronteira, na situação, a violência é o hábito repetido no campo? Como repetimos a violência? Quais efeitos se dão em nós quando somos objeto de violências?

VIOLÊNCIA: REPETIÇÃO DO HÁBITO EM VIRTUDE DO LUGAR SOCIAL DE PODER

A violência é um fenômeno social complexo e multifacetado que, embora possua uma dimensão passível de ser tratada em uma perspectiva individual – a saber, a violência exercida por uma pessoa contra outra ou outras –, trata-se, certamente, de um fenômeno amplo, relacionado às formações sociais e utilizado como elemento de dominação e coerção. A violência é um fenômeno de ordem coletiva largamente compartilhado, é ferramenta chave para o exercício de poder e estratégia de governo de corpos, não apenas corpos humanos. Embora a violência, sobretudo em sua dimensão física, seja observada entre outros grupos de animais, com a finalidade de defender territórios, garantir alimento ou reprodução, os seres humanos possuem a característica única, por serem dotados da possibilidade de atribuir sentido ao que vivem, de fazer uso dela de forma deliberada, para fins que tangenciam as estratégias de sobrevivência na natureza. Para reproduzir o *status quo*, acumular capital, atender a imperativos normativos ou submeter corpos ao controle, a violência constitui um meio habitual.

Obviamente, não devemos reduzir esse fenômeno ao singular. É possível adotar o plural – as violências – para nos referirmos às manifestações possíveis em dimensões diversas. Não é um objetivo deste texto descrever ou diferenciar as formas da violência e a forma como elas são utilizadas, mas pensar a violência como hábito, forma introjetada, co-dado disponível, formação socio-histórica que, antes de ser convertida em ato, na dimensão atual das relações, antes de ser uma ação, já existe como regra, excitação e possibilidade disponível para governar e controlar. A violência, aqui, é pensada como hábito (função id) que orienta ações no presente vivo (função ego) direcionadas a um ideal de identidade (função personalidade) socialmente desejável, análoga à fantasia de identidade socialmente vencedora ou bem-sucedida. Também não se trata de estabelecer quais formas da violência podem causar maiores ou piores danos, mas de compreender como esse fenômeno multifacetado, em situações distintas, pode ser atualizado, recriado e repetido para exercer poder. Contudo, também é relevante dizer que a manifestação mais radical da violência, a aniquilação da vida, o extermínio, o ato de causar a morte,

tem sido ferramenta final para marcar a força. Aniquilar é a forma mais radical para se subjugar e submeter quem quer que se rebele (MBEMBE, 2018). Matar, abandonar à morte, fazer deixar de existir em vida, dizimar a memória depois da morte são as mais severas manifestações da violência e do exercício de poder.

Podemos pensar, por exemplo, nas estratégias de guerra, que classicamente definem como vencedores aqueles que aniquilam e massacram os inimigos, submetendo-os para, assim, apropriarem-se de seus recursos, territórios e riquezas, mas, sobretudo, para serem nomeados como vencedores. Menos interessa aquilo pelo que se luta e mata, mais interessa o título social. A guerra justifica a produção bélica, a indústria armamentista, o fetiche pelo uso de instrumentos cujas imagens e suas reproduções já se antecipam enquanto ameaça e produzem temor. Como nos sentimos diante da imagem de um revólver? Que efeitos produz a imagem de uma arma? Nesse sentido, já podemos também sinalizar a ameaça como recurso violento, ato que anuncia ou antecipa o risco de violências mais cruéis ou devastadoras e que, pela incitação de medo, possibilita o controle.

Pensemos nos macro e microexemplos dessa forma violenta e em seus usos. A ameaça é largamente utilizada enquanto recurso para a educação⁶. Desde a mais tenra infância, compreendemos que, se não obedecermos, não seremos recompensados ou bem-sucedidos; que devemos calar a boca e comer, ou seremos hostilizados por nossos pais e cuidadores; que devemos respeitar as figuras humanas que nos são apresentadas como autoridades e devemos agir do modo como elas indicam, ou não seremos amados. Geração após geração, vemos a repetição das ameaças gerar o receio de ocupar lugares sociais indesejáveis ou passíveis de exclusão. Sentimos medo e, pelo medo, introjetamos regras, normas e aprendemos a alienar nossos desejos em virtude da aceitação social.

Quando nascemos, temos diante de nós, sem saber, um horizonte largo e a expectativa de duração no tempo. Temos, em virtude da vulnerabilidade biológica de nossa espécie, a necessidade de ser objetos de amor e cuidado de outras pessoas, para que possamos sobreviver até dispormos de autonomia para seguir. Nesse ínterim, desde o ventre, desde que somos gerados e concebidos até que sejamos biologicamente considerados maduros, recebemos e somos mergulhados em séculos de tradições, ritos e normas, em sua grande maioria obsoletos, mas socialmente reproduzidos. Aqui, incluem-se as indumentárias de gênero, as definições do que é socialmente compartilhado como masculino ou feminino, as polarizações e os lugares instituídos. Desde a infância, quando possuímos mais horizonte de futuro do que inscrição num fundo de hábitos assimilados

6. Cabe aqui a problematização e a crítica aos métodos formais de educação, ou o que temos chamado de educação, que certamente têm menos a ver com a formação de seres humanos criativos, autônomos e livres do que com a de meros reprodutores de normas, docilizados, capitalizados, obedientes e servis, mas que, em uma sociedade capitalista e neoliberal, são ovacionados como cidadãos de sucesso. Para essa discussão, ver “*How to educate children for Peace*” [Como educar crianças para a paz], de Laura Perls. (Cf.: PERLS, L. **Living at the boundary**. Nova York: Gestalt Journal Press, 1991)

ou introjetados⁷ como respostas disponíveis às novidades do mundo, somos ameaçados; desde quando possuímos mais possibilidades criativas e desejos honestos do que inscrições e compreensão do que socialmente esperam de nós, somos socializados para alienar nossas possibilidades criativas e livres em prol dos papéis sociais tão instituídos e naturalizados que já alienaram os que vieram antes de nós. Tem-se uma espécie de linha de montagem fordista das subjetividades, que normatiza e aniquila desejos, ou, em um viés gestáltico, a neurotização da vida, a repetição pouco criativa, a fixação nas formas ratificadas socialmente, o apego aos lugares sociais desejáveis e à necessidade de afirmação constante, a necessidade severa de ser socialmente validados e aceitos.

A ameaça gera temor e medo e, macropoliticamente, é utilizada como forma de governo de populações inteiras e grandes bandos humanos. Um corpo infantil em uma escola é um corpo atendendo ao imperativo social, já o sistema educacional é a padronização macropolítica de todo um grupo humano. O corpo preso e o sistema carcerário, o corpo louco e as instituições manicomiais, o corpo obediente e os dispositivos religiosos, inúmeros são os exemplos da relação entre a macro e a micropolítica de controle dos corpos; contudo, aqui nos interessa pensar que essas formações operam como introjetos, compondo um fundo habitual passível de repetição, e também se desenham como horizonte de possibilidades, de malogro ou de sucesso social. Ameaçados e coagidos, por essa via, para tentar ser socialmente aceitos, muitas, inúmeras vezes aderimos e nos alienamos a papéis sociais que divergem de nossos desejos mais livres e honestos.

Para além da ameaça e do medo, quando estes não são suficientes como meio de submissão, ferir gravemente ou aniquilar são recursos radicais, mas naturalizados, entre os seres humanos para exercer poder. Podemos sugerir que a violência opera como um hábito largamente introjetado, com alicerces profundos nas relações humanas e historicamente repetido, facilmente recuperado como excitação, resposta que emerge de um fundo compartilhado e orienta ações, respostas motoras e verbais adotadas no campo para atender aos imperativos de dominar e submeter outrem em virtude de interesses que parecem pessoais, mas que, na maioria das vezes, são alienações. Ou seja, seres humanos se alienam e reproduzem formas correlatas a papéis e lugares sociais que são afirmados como desejáveis, mesmo que correspondam a afetos tristes, vidas tristes. O

7. Aqui, sugere-se considerar as formas assimiladas como experiências de contato e *awareness* bem-sucedidas, como o movimento de criação e destruição de gestalten no campo em sua forma mais fluída e como introjeção quando o que é retido no fundo, o que fará parte dos co-dados, está ligado a experiências inibidas, interrompidas ou derivadas de conflitos entre desejos livres que podem ser socialmente mal recebidos (abandonar os estudos, por exemplo) e identidades sociais bem-sucedidas (estudar para ter uma profissão que garanta dinheiro). A função id contém rudimentos dos desejos livres e das situações em que foi possível agir orientando-se por esses afetos, mas já contém também inscrições nas normas sociais, assim como o horizonte de protensões – a função personalidade – contém os ideais e fantasias, as expectativas de satisfação dos desejos mais honestos e livres e, também, o vislumbre e a antecipação de como podemos fracassar ou malograr socialmente se agirmos sempre em virtude desses desejos, uma vez que devemos atender a padrões e ideais socialmente compartilhados, mesmo que obsoletos, para ocupar papéis relevantes entre nossos pares. A função ego é campo de conflito e embate. Para quais fins devemos direcionar nossos atos? Qual o *telos* de nossas ações?

desejo de representar, no meio social, um papel compreendido como o do ser humano vencedor, bem-sucedido e respeitado é alienante e possibilita a reprodução massiva, sem questionamento, da violência como método, elemento de manutenção e meio possível para conservar a fantasia neurótica de se ocupar o lugar social daquele que vence, a fim de alimentar, na função personalidade, a forma identitária de alguém superior em força e soberania sobre outras vidas. Que fantasia poderia ser maior indicativo de insegurança? Que fantasia identitária poderia indicar um signo maior de alienação do que essa que se sustenta na ideia de superioridade sobre outros?

Sabemos que a relação eu-outro, máxima buberiana do encontro possível, é formadora e necessária. Diante de outras pessoas, identificamo-nos no movimento em que reconhecemos as diferenças, as (as) simetrias, o desejo de sermos compreendidos e amados. Nós nos inscrevemos na linguagem para tentar compartilhar e trocar com nossos semelhantes (mas não só com eles), para compor e dar sentido à vida, que tem duração incerta. Na ânsia de encontrar a boa medida da vida, de não viver sós, operamos em extremos, corremos o risco de perder o fio, repetimos sem questionar.

INSUBMISSÃO: ATUALIZAR HORIZONTES DE RETENÇÃO E PROTENSÃO

No exercício clínico, prezamos pela estimulação de ampliação da *awareness*, pelo aumento do autossuporte e pela implicação de nossas consulentes na responsabilidade sobre si, sobre seus desejos e sobre os resultados de suas escolhas. Esse continua sendo um objetivo condizente com o *ethos* gestáltico, contudo, não podemos esquecer que tudo acontece imbricado com o campo e que as condições sociais e os fatores socio-históricos são variáveis que determinam as possibilidades. Logo, não podemos tomar a premissa da responsabilidade individual como independente das contingências do campo. As violências de gênero, o racismo, a psicofobia são violências estruturais, amplamente repetidas como hábito, e estratégias de dominação e controle de corpos; assim, suas manifestações e o sofrimento que deriva delas devem ser tomados de forma ampla, jamais reduzidos à ideia de sofrimento individual. As vítimas não são objeto de uma relação específica – um homem agride uma mulher, uma pessoa em surto é internada compulsoriamente, um menino negro é acusado de furto –, essas violências, antes da reprodução em uma relação particular, são largamente compartilhadas como hábito, tornam-se introjetos, são normatizadas.

A norma é a forma majoritariamente repetida no campo, naturalizada. A norma também é o habitual. Os hábitos compõem um fundo de co-dados, assimilados, introjetados, retidos e prontos para emergir como excitação para orientar uma ação, direcionada a um horizonte de futuro, no presente transiente concreto. A norma está na base, mas está também no horizonte. A norma está nas formas repetidas, sejam elas inibições deliberadas ou reprimidas, mas está também no temor ou no desejo de ocupar um lugar social. Em

uma leitura a partir da teoria do self, isso significa que a função ego está engajada no campo, orientada por um fundo de hábitos encharcado de introjetos normativos e também por afetos que derivam das experiências libertárias que foram possíveis (função id, sempre o estranho impessoal), em direção a um horizonte virtual que aponta para o lugar social reificado e passível de aprovação, mas também para as fantasias mais libertárias que podemos ser e ter (função personalidade, os papéis sociais aos quais nos colamos, por desejo livre – self espontâneo – ou balizadas pelos desejos de outros – neurose).

Nesse sentido, como é possível pensar a relação com a violência, quando sabemos que estratégias de dominação e controle existem desde os primórdios das relações humanas e que o exercício do poder se atualiza? Pensando no exercício clínico, podemos propor que não damos conta da transformação do mundo em um lugar sem violências (embora não devamos perder de vista essa utopia e esse desejo), mas consideramos que a clínica é espaço de acolhimento para sofrimentos que derivam de formações violentas estruturais, como o patriarcado e o racismo, e de injustiças sociais, como a manicomialização. Logo, é parte do *ethos* gestáltico considerar e incluir em sua prática a ideia de que crescimento tem a ver com a atualização de self em relação ao ambiente e de que, para isso, será necessário se ajustar, sempre que possível e da forma como for possível, contra a norma. Portanto, atualizar as possibilidades no horizonte de protensão, engajar a função ego no exercício de enfrentamento e questionamento das normas e, assim, paulatinamente, atualizar o fundo de vividos de onde emergem afetos habitualizados e largamente compartilhados são funções do exercício clínico em Gestalt-terapia.

A recusa e a insubmissão se apresentam como possibilidades libertárias e criativas, mas que implicam grandes riscos, uma vez que há um apego quase generalizado e neurótico às formas sociais instituídas e aos seus rituais. Não constitui tarefa simples nadar contra a correnteza de introjetos tão profundos, contudo, o preço de não se questionar, sobretudo em tempos difíceis e diante da atualização do fascismo⁸, pode ser alto demais. Quantos horizontes se abrem quando escavamos os afetos e, honrando a luta dos que vieram antes, agimos rejeitando as normas? Aqui, nossa grande ambivalência: estamos em relação, e esse movimento de recusa e libertação não se dá sem produzir a asseveração da contraforça. A manutenção da ordem social e dos corpos em lugares específicos atende a interesses enormes; não há recusa por parte da classe oprimida nem libertação sem se produzirem efeitos nos opressores. As ferramentas de contenção, a violência acontecem. De várias formas. A violência é ferramenta também habitual e compartilhada socio-historicamente para conter e dominar e, em casos não raros, sua máxima expressão tem sido aniquilar a quem não se domina.

Fazer frente ao racismo e combater as repetições colonialescas, desconstruir os

8. Para aprofundar a leitura sobre o avanço do extremismo político no Brasil, ver HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. **Psicologia dos extremismos políticos**. São Paulo: Ed. Vozes, 2020.

mecanismos de afirmação do patriarcado e suas manifestações, acolher as formas de produção que não operam a favor da inteligência social capitalista, facilitar o exercício livre da vida, acolher as crianças e todas as formas de amor, se esses gestos não fizeram parte de uma ética clínica, certamente incorreremos em dois graves erros: (1) subverter o ideal ético da Gestalt-terapia e (2) permitir que o exercício da psicologia seja (outra vez na história deste país) conivente e reforçador de violências e injustiças.

Cada gesto é necessário, e a soma, a multiplicação e a repetição de gestos insurgentes pode atualizar o campo dos possíveis. Se os poderes tristes se atualizam e as estratégias de poder e dominação também operam assim, que seja possível atualizar os afetos alegres, e que a Gestalt-terapia mantenha seu *status* libertário e revolucionário a favor da vida em suas manifestações mais livres.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. O id da situação. *In*: ROBINE, J. M. (Org.). **Self**: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos. São Paulo: Ed. Escuta, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 2007.

HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. **Psicologia dos extremismos políticos**. São Paulo: Ed. Vozes, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1, 2018.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, L. **Living at the boundary**. Nova York: Gestalt Journal Press, 1991.

ROBINE, J. M. (Org.). **Self**: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos. São Paulo: Ed. Escuta, 2018.

Tenho duas profissões: músico (pianista, compositor) e Gestalt-terapeuta. Já me perguntaram se, vinculado a esses dois campos (música e terapia), não teria sido o caso de eu me tornar musicoterapeuta; mas não: amo a música e a terapia, e não me vejo tentado a uni-las em uma única atividade nem a atuar no campo da musicoterapia (embora tenha enorme apreço e admiração por essa riquíssima área). São coisas diferentes, e me realizo de diversas formas nesses dois universos, que se interligam de tantas maneiras – ao mesmo tempo que preservam diferenças fundamentais.

Sinto que os longos anos de treinamento musical me ajudaram em relação a algumas particularidades do campo terapêutico, especialmente quanto à escuta de nuances sonoras, como aquelas que se produzem na fala do consulente (ou paciente, como preferir): timbre (a sonoridade, a textura) da voz, diferenças em termos de altura (mais agudo, mais grave), andamento (velocidade), duração, ritmo, dinâmica (intensidade, volume)... Nesses momentos, *algo se fala*. Obviamente, não faço ideia do que seja esse algo nem do que esteja causando tais mudanças na voz e no falar – mas sei que há *algo ali, naquele* momento. A partir daí, intervenho. Intervenções que partem, portanto, de um *não saber*: não sei com o que estou/estamos lidando. Percebe-se apenas que ali se abre uma possibilidade, um caminho (uma porta, uma janela, uma passagem) por onde se entrevê, como que de soslaio, a potência de algo. Não tenhamos pressa em querer visualizar ou “entender” esse algo.

O consulente se senta à minha frente e fala. Ouço. Essa voz que ouço, ela não é um veículo portador de sentidos à espera de serem decodificados, compreendidos, decifrados, interpretados: é – também – música. A possibilidade de ouvir a palavra falada como música é a possibilidade de ouvir um significante sem necessariamente atribuir-lhe significados específicos. Há diferentes modos de ouvir.

E, para além (ou aquém) do ouvir, *escuto*. Atento. É a importante diferença entre os termos latinos *audire* e *auscultare* (quando um médico faz uso do estetoscópio, ele não

1. Músico (pianista e compositor) e Gestalt-terapeuta. Tem graduação e pós-graduação em Música (Musikhochschule 'Franz Liszt' Weimar), mestrado em Educação e doutorado em Literatura (ambos pela UFSC), além de formação em Gestalt-Terapia (Instituto Müller-Granzotto, Florianópolis). Tem livros e CDs publicados, compôs trilhas para cinema, teatro e dança, música sinfônica e de câmara. Sua prática e seus estudos privilegiam a interdisciplinaridade, especialmente entre as áreas de artes, psicoterapia e filosofia.

“escuta” o coração ou os pulmões, ele *ausculta*: a audição do que é profundo, interno, oculto, íntimo). A escuta atenta nos coloca em modo de pertencimento junto àquilo que escutamos – o que fica mais evidente nos termos alemães *hören* (ouvir) e *gehören* (pertencer). Pertencemos ao que atentamente ouvimos; e obedecemos. *Audire* (ouvir) e *obaudire* (obedecer): a escuta atenta é também uma forma de “obediência”, pois, obedientemente, permito-me arrebatar, digo sim, deixo-me levar por aquilo que ouço. A qualquer momento, posso interromper essa obediência e ver para onde fui levado; mas, primeiro, é preciso deixar-me levar, sob o risco de não chegar a lugar algum (ou pior: ao invés de deixar-me ser conduzido, conduzir o consulente ao lugar-desejo do terapeuta). Desconheço o destino, mas me deixo levar: *empresto* meu corpo.

Heidegger, em seu seminário de 1943 sobre Heráclito (com o subtítulo “A origem do pensamento ocidental”), medita em certa passagem sobre o fragmento nº 50 do filósofo grego, assim traduzido pelo próprio Heidegger: “Se não ouvirem simplesmente a mim mas se tiverem auscultado (obedecendo-lhe, na obediência) o logos [λόγος], então é um saber (que consiste em) dizer igual o que diz o logos: tudo é um”. Eis alguns comentários de Heidegger sobre esse fragmento:

Fala-se de um “auscultar”, mais precisamente, de um ter-auscultado, a saber, o logos. (...) O logos é, pois, passível de escuta. (...) Mas que voz é essa? Uma voz não-sonora? Existe isso? Existe uma escuta para isso? (...) É a ausculta de alguma coisa para a qual, como se diz, somos “todos ouvidos”. (...) Como nasceria e como poderia nascer uma audiência e ausculta atenta se antes já não estivéssemos obedecendo àquilo que nos vem e nos pode vir ao encontro? (...) Como algo poderia nos alcançar num encontro caracterizado por uma remissão obediente se esse algo já não nos possui, se já não lhe pertencemos? Só haveria ausculta, audiência, obediência àquilo a que já pertencemos numa pertinência? [*hören / gehören*]. E numa pertinência que nada tem a ver com escravidão, já que a pertinência originária é o estar-aberto para o aberto, a própria liberdade? (...) A meditação sobre a escuta obediente deve, também, reconhecer que pertence à escuta propriamente dita a possibilidade que tem o homem de deixar de escutar a si mesmo e de, muitas vezes, passar por cima da escuta do essencial. Isso, porém, só é possível porque, enquanto aquele que obedece, o homem já pertence a outros, nunca pertencendo a si mesmo. (...) Não obstante o ruído gigantesco que o homem faz em sua superfície, podemos escutar o canto da terra. (HEIDEGGER, 1998, p. 256-259).

“A possibilidade de deixar de escutar a si mesmo”: abrir-se à escuta do outro, permitir-se pertencer/obedecer a essa fala estranha e estranhadora: dis-curso. Nós nos submetemos, assim, ao outro, ao mundo, a um *corpus* imprevisível. Confiamos o suficiente para nos demorar e alongar na imprevisibilidade, no não saber. Coabitamos a dúvida, a angústia, o vazio, deixando nossas hipóteses, certezas e teorias de lado, em suspenso. Não tentamos forçar isso que ouvimos a se encaixar naquelas gavetas convenientemente rotuladas e diligentemente organizadas em diagnóstico, tratamento, cura (clínicas como

a gestáltica e a psicanalítica atuam por outras vias que não o modelo médico, no qual se estabelecem diagnósticos precisos e se buscam os meios mais rápidos e eficientes para eliminar sofrimentos, doenças, transtornos. Mesmo esses nomes – sofrimentos, doenças, transtornos – são colocados em suspenso, ou, como aconselha Husserl, ao falar da atitude fenomenológica, entre parênteses).

Não convivemos bem com o “estranho” – nem no outro nem, muito menos, em nós mesmos. Sentimo-nos facilmente ameaçados pelo desconhecido (quem saberá o que se abriga nas sombras?). A experiência da escuta nos deixa expostos à estranheza, e o estranho (ou o estranhamento) passa a habitar o discurso. Passamos a estranhar até mesmo o habitual e os lugares comuns: na escuta atenta, abrimo-nos à possibilidade de que talvez as coisas não sejam o que sempre foram ou pareceram ser. Talvez tenham mudado; talvez nunca tenham sido como pensamos que fossem; talvez nós tenhamos mudado. Perspectivas. Não sei o que irei escutar – e, quando escuto, não sei exatamente o que é isso que estou ouvindo (nem o que “isso” “significa”).

Por longo tempo, a tradição musical clássica trabalhou apenas com determinados sons: aqueles que têm altura definida e recebem nomes específicos, tais como “dó”, “ré”, “mi” etc., enquanto os sons de altura indefinida entrariam na categoria de “ruídos”, sendo suprimidos das composições – e evitados ao máximo nas interpretações musicais (praticamente “ejetados” do sistema). Sons-ruídos, tais como o “barulho” do pedal do piano, a respiração do instrumentista, o eventual bater da madeira do arco no violino – todos esses ruídos seriam *indesejáveis* e, em uma gravação profissional, deveriam ser obrigatoriamente eliminados, apagados, banidos. Já algumas vertentes musicais do século xx começaram a incluir o ruído, chegando mesmo a abolir a diferenciação entre sons “musicais” e “não musicais”.

O compositor John Cage conta, em uma de suas conferências, da ocasião em que ele e outros amigos ouviam o também amigo e compositor Christian Wolff interpretar ao piano uma de suas novas obras: ao fim da execução, alguém teria pedido que Wolff tocasse novamente, mas com as janelas fechadas, pois ruídos provenientes da rua teriam atrapalhado a fruição da música:

Christian Wolff é um outro compositor que está mudando a música contemporânea. Eu me lembro de tê-lo ouvido tocar uma peça de piano sua que continha silêncios. Era um dia agradável e as janelas estavam abertas. Naturalmente, no decorrer da peça, ruídos de trânsito, sons de apitos de barco, crianças brincando no corredor, podiam-se ouvir todos, e alguns deles mais facilmente do que os sons que vinham do piano. De tal forma que um amigo, que estivera tentando com grande dificuldade ouvir a música, pediu, ao fim, se Christian podia tocá-la novamente depois que fechasse as janelas. Christian disse que de boa vontade tocaria a peça novamente, mas que não era urgentemente necessário, já que a peça tinha sido tocada e os sons que ocorreram acidentalmente enquanto ela estava sendo tocada não eram de

forma alguma uma interrupção. As janelas de sua música estavam abertas. (CAGE, 1985, p.101)

Ouvir sons e ruídos; sons como ruídos, ruídos como sons. Indistinção (não necessariamente indiferença). Suspender a diferenciação (mesmo que por um breve momento) e ouvir. O próprio Cage certa vez sugeriu, em tom de brincadeira: “*Happy new ears*”. Não suprimir nem rejeitar o que possa inicialmente parecer feio, errado, indigno, imoral, absurdo: apenas ouvir. Isso introduz o que poderíamos chamar de uma *ética da escuta* – lembrando que os antigos gregos conheciam dois significados distintos para o ético, diferenciados graficamente através do acento: *éthos*, que teria o sentido moral ao qual estamos habituados, e *êthos*, que diria respeito ao ato de dar abrigo a um viajante, acolher um desconhecido que estivesse de passagem. Ou seja: *acolher* o estranho (o Outro) – e poderíamos acrescentar: acolher o estranho que há em nós. Escutar (auscultar) o estranho e o estranhamento. Dar-lhe abrigo. Permitir que (se) fale.

Freud aponta para essa direção em seu ensaio *Das Unheimliche*, de 1919, geralmente traduzido em português como “O estranho”. Novas traduções sugerem, apropriadamente, o neologismo “infamiliar”², em vez de “estranho”: aquilo que foge ao habitual, ao caseiro, ao doméstico, ao “lar” (*Heim*: lar; *heimlich*: que pertence à casa; *un*: prefixo de negação). Freud fala do domínio daquilo que angustia e que, mesmo em se tratando de algo íntimo ou velho conhecido, causa estranheza, repulsa, quiçá até terror. É o lugar do suspeito, do inquietante, do sinistro, do demoníaco. Encontramos *Heim* também em *Geheimnis* (segredo): aquilo que está escondido, oculto, encoberto, dissimulado, que não se mostra, não se revela. Freud ilustra esse conceito com o conto *Der Sandmann* (“O homem da areia”/“O homem-areia”), de E. T. A. Hoffmann, escrito em 1815 – um dos mais brilhantes contos da literatura, em que o personagem central não consegue distinguir o que é real do que é sonho ou delírio: entra em cena a figura do duplo, muito em voga no Romantismo do século XIX.

Há diferenças entre o que ouvimos, o que pensamos ouvir, o que gostaríamos de ouvir, o que “realmente” ouvimos. Lembro-me de certa ocasião em que toquei o Concerto n.º 1 de Brahms em sala de aula para meu professor de piano na Alemanha. Eu havia estudado muitíssimo e estava orgulhoso do resultado alcançado, mas o professor estava insatisfeito e, durante duas horas, ficou apontando sonoridades que, segundo ele, não estavam boas. Finalmente, exausto e desapontado, reclamei que não podia estar tão ruim como ele afirmava, ao que ele disse: “Alberto, imagino que dentro da sua cabeça esteja soando maravilhoso; mas o que está vindo aqui para fora não está”. Chegando depois em casa, toquei e me gravei e tive que admitir, a contragosto: ele estava certo. Não que, em música, haja um “jeito certo” de se tocar: não existe algo como “interpretação definitiva”, “correta”,

2. Remeto à edição bilingue e comentada, traduzida por Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares: FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

“ideal”; a questão é apenas a limitação de nossa percepção – de onde a importância de podermos contar com a percepção do outro em relação a nós.

A escuta clínica não é (ou não deveria ser) a busca do que se quer ouvir, muito menos do que se deveria dizer; se, de antemão, estou preparado para ouvir algo específico – ouvir no sentido de detectar –, predisponho-me a encontrar apenas o objeto de minha busca (algo a que Jung se referia como *Monotonie der Deutung*: monotonia da interpretação). Isso ocorre, por exemplo, quando nos tornamos reféns de uma terminologia/nomenclatura teórica e a aplicamos a tudo, mesmo onde e quando ela não se aplica. Por mais profunda e abrangente que possa ser esta ou aquela abordagem terapêutica, nenhuma dará conta da infinita variedade e complexidade com que nos deparamos no dia a dia da clínica. A teoria (seja ela qual for) é fundamental – mas igualmente fundamental é não ficarmos aprisionados nela e por ela. Não podemos perder a capacidade de nos surpreender, de nos admirar, de *não entender* (e de não nos defendermos desse não entender empurrando à força, goela abaixo, teorias e sistemas, tentando fazer a vida caber na teoria, ao invés de fazer a teoria se adaptar à vida). É nesse sentido que saliento a importância da escuta ética: abrir-se à escuta do não-eu, inclusive do radicalmente não-eu. Permitir que esse não-eu repouse em si mesmo: não imaginar imediatamente “destinos” para essa alteridade (radical ou não), com o que se estaria violando, *colonizando* o outro, tentando transformá-lo em “eu” ou similar, encaixá-lo à força em um *projeto*.

Certos modelos clínicos em terapia conduzem a lugares determinados – não necessariamente lugares de “cura”, de “certo” ou de “adequado”, mas modelos em que se opta por uma condução (sugestão, “orientação”). Muitas vezes, o próprio consulente é quem traz o pedido de ser levado a um desses lugares, e o terapeuta é “convidado” (induzido) a assumir o papel de quem conheceria tais lugares, bem como o caminho mais curto, rápido e seguro para se chegar até eles. Talvez aqui eu ficasse com a personagem GH, de Clarice Lispector:

É difícil perder-se. É tão difícil que provavelmente arrumarei depressa um modo de me achar, mesmo que achar-me seja de novo a mentira do que vivo. Até agora achar-me era já ter uma ideia de pessoa e nela me engastar: nessa pessoa organizada eu me encarnava, e nem mesmo sentia o grande esforço de construção que era viver. (...) Se tiver coragem, eu me deixarei continuar perdida (LISPECTOR, 1996, p. 10).

É sempre uma tentação nos agarrarmos ao conhecido, ao seguro. Mas como podemos estar atentos e, ao mesmo tempo, “perdidos”? A assim chamada *escuta flutuante* ou *atenção flutuante*, tão importante na clínica, leva a que não nos concentremos demasiadamente em cada palavra dita, com o que perderíamos o senso do todo e correríamos o risco de deixar de fluir junto ao consulente, apegando-nos a determinados elementos do discurso em detrimento de outros (de forma que estaríamos – nós, não o consulente – selecionando, hierarquizando e definindo o que é importante e o que não é).

O Zen-budismo, por exemplo, fala em *atenção difusa*: o espadachim Zen é aconselhado a manter sua mente em *estado de fluxo* durante um duelo, não se fixando em nada, pois o fixar-se num ponto em especial interromperia a percepção do todo, podendo levar o esgrimista – que se deixaria “hipnotizar” por algum detalhe, mesmo que por uma fração de segundo – à morte. Roland Barthes (2003, p. 203-206), citando experiências de Baudelaire com alucinógenos (ópio e haxixe), fala em expressões como *consciência aguda do difuso* ou *consciência de bruma*, em que se sobressaem a sinestesia (perda da especificidade de cada sentido) e a sensação de pertencimento a uma totalidade indiferenciada.

No contexto da Gestalt-terapia, falamos com frequência no termo *awareness* – palavra sem tradução específica em português. Em inglês, *awareness* tem o sentido de “estar consciente de”, “ter a percepção/consciência de” (na literatura fenomenológica é possível fazer uma correspondência entre a noção de *awareness* e a de *consciência perceptiva*). Trata-se da apreensão e da experiência de uma totalidade, de um todo indefinido: uma percepção não verbal do que está ocorrendo aqui e agora, mescla difusa entre saber e estar.

Nesse tipo de experiência, os sentidos se mesclam: podemos ter a visão como palpação pelo olhar, o tato como visão pelas mãos – reversibilidade (tema por excelência de Merleu-Ponty em seu imprescindível *Fenomenologia da Percepção*, de 1945). Não escuto “para ouvir”, não olho “para ver”: a apreensão de um todo não é uma relação de causa e efeito. O “desejo de compreender”, algo quase da ordem do fetiche no campo analítico, produz muitas vezes efeito contrário: cega. Para muitos, o desejo de compreensão – ou desejo de verdade, de clareza – seria uma herança da filosofia grega e uma peculiaridade fundamental disso que denominamos “cultura ocidental”. Cito a seguir um trecho de uma conferência sobre Zen-Budismo e psicanálise³, de 1957, na qual Daisetz Suzuki aponta para algumas diferenças entre o que seria “o pensamento oriental” e “o pensamento ocidental”, trazendo como exemplo dois poemas – um de Bashô (1644-1694) e um de Tennyson (1809-1892) – sobre um mesmo tema: a observação e apreciação de uma flor.

Quando olho atentamente

Vejo florir a *nazuna*

Ao pé da sebe

Bashô

Flor no muro fendilhado,

Eu te arranco das fendas;

Seguro-te aqui, com raiz e tudo, em minha mão,

3. Cf.: FROMM, Erich; SUZUKI, Daisetz. *Zen-budismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix, 1989, p. 9-19.

Pequena flor – mas se eu pudesse compreender
O que és, com raiz e tudo, e tudo em tudo,
Eu conheceria o que são Deus e o homem.
Tennyson

Segundo Suzuki, o poema de Tennyson representaria uma característica bem ocidental: o apelo à compreensão. A flor é arrancada, analisada, dissecada – e, mesmo assim, o olhar não se contenta, quer mais: almeja chegar, através da flor e a partir dela, à compreensão do transcendental, da essência, de Deus. Já Bashô não colhe a flor: limita-se a olhá-la, permitindo que o olhar apenas repouse na flor e que a flor repouse nela mesma, em um espírito quase de contemplação. Em Tennyson, o olhar *usa* a imagem como trampolim para algo outro; em Bashô, repousa na imanência.

Tais comparações tendem a estereótipos e a generalizações reducionistas, cito-as apenas no intuito de identificar duas possíveis atitudes frente a um objeto, duas formas de olhar para algo: uma mais “analítica” e outra mais “contemplativa”. Obviamente, o terapeuta não se limitará a ficar em estado contemplativo – mas seria talvez problemático se sua ação (análise, intervenção etc.) não fosse precedida por algum tipo ou grau de contemplação.

Em um primeiro momento, *contemplar* parece nos remeter à visão: abrir os olhos, ver, enxergar, entregar-se à imagem. Mas *ter uma visão* não é necessariamente algo que se revela aos olhos; trata-se, antes, de um abrir-se a uma experiência, de *pertencer* a uma experiência. Os olhos contemplam, os ouvidos contemplam, o tato contempla, também olfato e paladar contemplam. Trata-se de um modo de conhecer que não precisa de esforço para ir ao encontro de seu objeto, porque já nele descansa, nele (re)pousa (PIEPER, 2020, p. 168).

A cultura dita “ocidental” tem grande dificuldade em aceitar um tipo de atividade que, mais que atividade, mostra-se como *passividade* – ou ao menos é o que parece ser, em um primeiro momento, a contemplação, já que esta não exige (aparentemente) nenhum esforço. Qual seria, então, o *valor* de uma atividade desse tipo? De uma atividade, por assim dizer, “gratuita”? Desconfiamos da gratuidade, que se contrapõe ao modelo instituído e louvado do *trabalho*. Estamos acostumados ao *esforço* do trabalho, e tudo que não entre no *modo de trabalho* – cujos símbolo e meta são a *produção* – parece conduzir a categorias como inútil, supérfluo, luxo, ócio, lazer.⁴ Vivemos em uma cultura na qual produções que não exijam “esforço” e “trabalho” tendem a ter um valor menor, eventualmente valor algum – ou, ainda: valor desprezível. Tendemos a supervalorizar o que é fruto do esforço, da dificuldade, do trabalho, do *merecimento* (há que se “trabalhar pelo pão nosso de cada dia”).

Nossa sociedade vem se destacando cada vez mais como uma sociedade laboral,

4. Sobre esse tema, remeto ao clássico *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*, de Max Weber.

cujos valores maiores se baseiam em atividade, produção e desempenho. Como nada parece ser suficiente em relação a desempenho (sempre se pode – logo, “se deve” – produzir mais, ser mais, ser melhor, superar, superar-se), passamos inadvertidamente da atividade à hiperatividade. Como bem aponta Byung-Chul Han (2017), no neoliberalismo o indivíduo se tornou seu próprio senhor: cada um carrega consigo seu próprio campo de trabalho (para casa, nos finais de semana, no celular – o trabalho não respeita limites de tempo nem de espaço), e, assim, acabamos explorando a nós mesmos: na dialética do senhor e do escravo, viramos escravos de nós mesmos, em uma constante e crescente autoexploração.

Ao mesmo tempo, a modernidade supervalorizou atividades como medicina e engenharia (“úteis”) e desvalorizou atividades como filosofia e arte (“inúteis”). No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca vale mais que um poema, uma chave de fenda vale mais que um quadro; é fácil compreender a eficácia de um utensílio, mais difícil é compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte (NUCCIO, 2016, p. 12). No caso específico da arte, é notória a maneira como tem sido empurrada, nestes últimos anos, cada vez mais para o lugar do *lazer* e do *entretenimento*, além de reduzida a “eventos culturais” (embalados e prontos para o rápido consumo). Sintomático.

Temas como trabalho, produção, utilitarismo, atividade e hiperatividade trazem de volta e atualizam uma discussão bastante antiga: o equilíbrio entre a *vita activa* e a *vita contemplativa*. A vida atual, acelerada e ativa ao extremo, praticamente não deixa espaço (e tempo) para o contemplativo. Pior: os momentos contemplativos são percebidos como falta e culpa: eu poderia estar trabalhando e produzindo, mas, ao invés disso, estou *fazendo nada*. Confundimos *ação* com *operação*, *fazer* com *afazer*: estar atarefado não significa ser/estar ativo, do mesmo modo que o contemplativo não é sinônimo de inatividade. No aforismo 283 de *Humano, demasiadamente humano*, denominado “A principal carência do homem ativo”, Nietzsche escreve: “Aos ativos falta usualmente a atividade superior (...), e nesse sentido são preguiçosos” (NIETZSCHE, 1999, p.231). Inquietos e hiperativos, deixamos de mergulhar nas coisas: não apenas ficamos na superfície, estamos também sempre cansados, fatigados, estressados, deprimidos. A *vita activa* foi degradada de forma injusta à mera agitação, à negação do ócio em sua forma de *negócio* (*nec-otium*). Muitas vezes, o que parece ser atividade nada mais é que pura agitação nervosa.

É nesse sentido que ressalto aqui a importância do aspecto contemplativo no âmbito da escuta clínica: uma aparente passividade, que, no entanto, nada tem de passiva. Para ilustrar esse fato, trago a seguir um caso clínico registrado por um médico japonês, o doutor Tadashi Matsuo, em seu livro *Emudecimento e autismo: terapêutica fenomenológica do esquizofrênico*⁵. O paciente T. já fora atendido duas vezes em diferentes hospitais e, quando

5. Cf.: MATSUO, Tadashi. *Chinmoku to jihei, bunretsubyôsha no genshógakuteki chiriyôron*. Tóquio: 1987, citado em:

finalmente foi encaminhado ao doutor Matsuo, encontrava-se fisicamente muito tenso, sem dizer uma palavra durante os períodos de autismo, resumindo-se a ficar deitado na cama, todo duro, olhando para o teto. Matsuo (M.) falava-lhe sem obter nenhuma resposta, não lhe restando outra alternativa senão sentar-se ao seu lado e tentar prolongar o tempo de sua permanência com o paciente. M. podia sentir nitidamente, dada a atmosfera tensa e carregada emanada por T., que sua presença era rejeitada por ele. O silêncio era quase insuportável (silêncio posteriormente denominado por Matsuo de “Silêncio I”).

Com o passar do tempo, M. começou a perceber que, quando não tentava fazer T. falar, não o fitava diretamente nem lhe dedicava atenção especial, simplesmente se limitando a ficar ali, então era tolerado mais facilmente por T., ficando o ar menos carregado e o “clima” entre os dois, menos tenso. Percebendo isso, M. começou a ficar mais tempo com T., esforçando-se por não mostrar nenhuma intenção específica em relação ao paciente. Gradualmente, deu-se uma mudança considerável entre os dois: T. passou a se mostrar menos rígido na presença de M., e este pôde, ao mesmo tempo, permanecer com T. mais de uma hora por dia. Esse período de tempo foi se estendendo com o passar dos dias, e M. ficava cada vez menos preocupado com T. e mesmo consigo mesmo: sentava-se simplesmente ao lado do outro, às vezes até adormecendo – e observando ao despertar que, enquanto isso, T. também cochilava ou observava o teto (esse novo silêncio que passou a haver entre os dois foi denominado por M. de “Silêncio II”).

Após o primeiro mês, o período em que estavam juntos chegou a se prologar por até três ou mesmo quatro horas diárias. Após cinquenta dias, finalmente T. se sentou na beira da cama, olhou com um leve sorriso para M. e indicou, por meio de gestos, que comessem juntos uma laranja. Após dois meses, M. sugeriu que dessem uma volta pelo pátio do hospital; depois do passeio, T. se sentou na cama completamente relaxado e sorriu para M. Os dias em que conseguiam passear, sentar-se num banco ou apenas comer juntos foram se multiplicando. Esse novo silêncio entre os dois era completamente distinto do silêncio inicial: M. não mais sentia o silêncio de T. como uma rejeição, mas como ligação entre os dois, o que era reforçado pelas refeições que compartilhavam.

Após cinco meses, foi feita a tentativa de que T. dormisse na casa dos pais, experiência que se mostrou um fracasso. Inseguro com a situação, M. tentou forçar T. a falar sobre o assunto, encurtando, assim, os longos silêncios e tendo como efeito que T. regressasse ao estado inicial. No sétimo mês, o silêncio tranquilo entre ambos havia novamente se instaurado. Pouco a pouco, esse *estar-com-no-silêncio* (ou essa *co-presença-no-calar*, como descreve Matsuo) tornou-se tão óbvio e natural que, durante os passeios e refeições, M. se sentia confiante e relaxado, não mais falando com T. na qualidade de médico para paciente. Poucos meses depois, T. conseguiu passar a pernoitar esporadicamente na casa dos pais e mesmo a dividir o quarto do hospital com outros pacientes, saindo definitivamente

do hospital após um ano e meio (hoje vive como pescador).

Nas palavras de Matsuo, o processo se deu no “poder deixar-se permanecer ali desinteressadamente”, chamando a esse silêncio de *silêncio não-objetual e desinteressado*. A diferença, ainda segundo ele, situa-se principalmente no nível da intenção e da não-intenção: no *querer-algo-com* (Silêncio I) em contraposição a um *deixar-ser* (Silêncio II). Ele resume a direção de sua terapia silenciosa da seguinte forma: “que o terapeuta enfraqueça a relação direta tanto quanto possível, de forma a permitir que a intersubjetividade passiva propriamente dita possa ser restaurada entre paciente e médico” (MATSUO *apud* YAMAGUCHI, 1997, p.68).

Trata-se de uma escuta interessada e ao mesmo tempo “desinteressada”: deixar ser, ouvir sem demandar. Uma escuta ativa, mas uma atividade que *repousa*. Silenciosa. Silenciosa não porque muda (*silere* e *tacere*: a diferença entre silenciar e calar), mas porque deixa ser, permite ser: não força, não violenta. Uma escuta não coercitiva. Ao invés do modelo segundo o qual um sujeito fala e o outro escuta, forma-se, de acordo com Matsuo (ecoando Husserl e a fenomenologia), uma *intersubjetividade passiva*. Em tal “passividade”, abre-se mão de algo: do querer. Não escuto “porque quero entender”, não escuto “porque quero ajudar/curar/tratar”; se, em minha escuta, perduram tais querereres, o silêncio se torna demandante: ao invés de se configurar enquanto silêncio de *espera*, vira um silêncio de *expectativa*.

Expectar é aguardar *por alguma coisa*; quem expecta tem uma meta, um fim, uma crença em vias de ser ou não confirmada (a expectativa se prende de maneira ansiosa a um objeto). É diferente da espera, na qual o tempo não se liga a objetos específicos e se abre ao campo, à potência do aqui-agora. Modos diversos de viver o tempo: tempo contemplativo (espera), tempo engajado num projeto (expectativa). Na escuta contemplativa, o tempo é mais lento, não tem pressa (um tempo que não “quer” ir para este ou aquele lugar: apenas flui, flutuante). Tempo do fazer, não do afazer. Tempo que fazemos: *somos* esse tempo, essa qualidade de tempo, esse *modo temporal*. Santo Agostinho: “Não houve tempo nenhum em que não fizésseis alguma coisa, pois fazíeis o próprio tempo” (AGOSTINHO, 1998, p. 278).

Tempo. É preciso certo tempo para a escuta de um relato, assim como para a escuta de uma melodia: tempo para apreciar da primeira à última palavra, tempo para ouvir da primeira à última nota. Mas isso não quer dizer que o relato e a melodia ocorram *no* tempo: elas *são* tempo (Einstein dizia que não estamos *no* espaço: *somos* espaço). O aspecto temporal do relato não se deve a que ele ocorra no tempo ou que precise de tempo para sua realização: ele é temporal porque temporalmente constituído. Ser-tempo. A escuta é uma qualidade de presença, um *modo de presença*. Estar presente, presencialidade. Essa qualidade de presença pode ser criada, invocada, instaurada através da escuta atenta, uma escuta que transforma o modo desse agora – o agora como *criação*. A percepção do tempo,

a percepção do estar-sendo, a percepção do agora: percepção não como passividade, mas como ato criador. A escuta é uma criação.

Esse *agora* da clínica e da escuta, que percepção é essa? O sujeito (consulente, paciente ou o termo que se queira dar) se encontra à minha frente e (me) fala: seus movimentos – rosto, tronco, mãos, pés – formam uma dança: pequenos gestos ora efusivos, ora controlados, ora espontâneos, ora interrompidos. Mesmo as interrupções fazem parte dessa dança: são expressivas. Claro, não se trata de uma dança em sentido tradicional, mas, ainda assim, uma dança. O sujeito suspira e olha pela janela; percebo a luminosidade que por ela entra e o espaço à nossa volta: misturam-se figura e fundo – descortina-se à minha frente o que poderia ser um quadro, um desenho, uma pintura. De repente, faz-se silêncio, ouve-se o que até então tinha permanecido como fundo inaudível ou irrelevante: a cortina sendo movida pela brisa, o canto ocasional de algum pássaro, os ruídos vindos da rua. Desse fundo, irrompe novamente a voz do sujeito. Sons e silêncios dialogam, ausências e presenças se alternam. Há também cheiros, que perpassam minhas narinas e meus lábios, condensam-se sobre minha língua e se transformam em gosto: saboreio e absorvo seu perfume. Estou ali, com todos os meus sentidos, fazendo parte da dança, do quadro, da música, da cena.

Sentidos que se entrelaçam, reversíveis: tato com os olhos, ouço com o corpo, vejo com os ouvidos. Não se trata de metáfora nem de expressão poética, mas de uma experiência muito própria (apropriadora, apropriante): criamos, ao mesmo tempo que algo em nós *se cria*. Mas como falar em criação se isso que em mim se forma surge quase como uma passividade? É difícil pensar em criação sem cair em armadilhas semânticas e lógicas discursivas nas quais quem cria, cria alguma coisa – e a partir de onde se infere a existência de um sujeito que faz algo (sujeito, verbo, predicado, objeto, causalidade, passado, futuro, linha temporal etc.). Na experiência acima descrita, diluem-se os sujeitos, diluem-se os espaços e as temporalidades, (con)fundem-se atividade e passividade: experiência de campo.

Escuta: algo comumente associado ao campo sonoro, à esfera do acústico. Diz-se também da música: uma arte ligada aos sons – a “arte dos sons”. Perguntaram certa vez ao compositor italiano Luciano Berio o que este entendia por música. “Sinto-me tentado a responder que a música é a arte dos sons”, disse Berio, “mas correria o risco de me perguntarem o que é arte e então seria pior” (BERIO, 1981, p.5). Pensar-se-ia que o artista, melhor que ninguém, seria capaz de responder acerca da arte. Ele até pode formular várias ideias e chegar a algum conceito, mas a verdade é que, no fundo, permanece um mistério o que faz a arte ser arte. O artista não lida com “arte” (sabe-se lá o que é arte), lida com o *vazio* – e neste campo não há segurança alguma: por mais experiente que seja o profissional, por maiores que sejam sua técnica e seu conhecimento, a cada nova obra se dá um novo processo, e o artista se depara com um novo *vazio*, uma nova angústia, um

novo não saber. Ouvir esse não saber, permitir-se permanecer na presença do não saber, até o momento em que algo começa a surgir, a adquirir forma.

Escuta:

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARTHES, Roland. *O Neutro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERIO, Luciano. *Entrevista sobre a música contemporânea – realizada por Rossana Dalmonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CAGE, John. Conferência na Juilliard. *In: De segunda a um ano*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FROMM, Erich; SUZUKI, Daisetz. *Zen-budismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix, 1989.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEIDEGGER, Martin. *Heráclito – a origem do pensamento ocidental: lógica: a doutrina heraclítica do logos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão Segundo GH*. Edição crítica por Benedito Nunes. São Paulo: ALLCA XX, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Menschliches, Allzumenschliches [Humano, demasiadamente humano]*. Kritische Studienausgabe. Munique: dtv, 1999.

ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PIEPER, Josef. *Ruhen, beruhen. In: Ócio e contemplação: ócio e culto, felicidade e contemplação*. Campinas: Kírion, 2020.

YAMAGUCHI, Ichiro. *Ki als leibhaftige Vernunft*. Munique: Eugen Fink Verlag, 1997.

VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA

Isaura Caroline Abrantes Silva¹
Welison de Lima Sousa²

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas
Passado, presente
Participo sendo o mistério do planeta
Novos baianos

“EU QUERO É QUE ESSE CANTO, TORTO FEITO FACA, CORTE A CARNE DE VOCÊS”

Como escrever sobre o não-dito, sobre aquilo que se ignora? A população em situação de rua (PSR) é cotidianamente esquecida. Mas a cidade pulsa. As ruas acordam cedo, barracas para vendas são montadas, pessoas transitam, moedas tilintam para comprar o café requentado, a vida insiste. Se falamos de processos em Gestalt-terapia, é fundamental olharmos para a ausência de discussões voltadas para as pessoas em situação de rua. Mais do que um amontoado de linhas, este texto busca vir a ser uma autocrítica sobre os modos pelos quais estamos desenvolvendo gestalt-terapias. Não é justo pedir licença para lançar mão de frases ásperas e questionamentos urgentes implicados em emergências periféricas.

Entoamos nossas vozes junto à do artista nordestino Belchior, ao cantar: “Não peça que eu lhe faça uma canção como se deve. Correta, branca, suave, muito limpa, muito

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga. Pós-graduada em Saúde Coletiva (CGESP) e mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

2. Psicólogo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS).

leve. Sons, palavras são navalhas e eu não posso cantar como convém, sem querer ferir ninguém” (BELCHIOR, 1976). Junto às raízes subversivas e revolucionárias da criação da Gestalt-terapia, ética balizada na construção de moradas e refúgios para possibilidades de experimentação e novidade, também se faz essencial sublinhar como as preocupações teórico-práticas perpassam problemáticas burguesas e brancas. A falta de compromisso com a população em situação de rua nos aponta para quem e para onde as intervenções gestálticas geralmente são elaboradas. Recorrentemente, a tessitura gestáltica age em um pacto matrimonial entre sujeito elitizados, consultórios com ar-condicionado, móveis planejados e poltronas confortáveis.

O jogo de presença-ausência não é feito ao acaso, mas costurado detalhadamente com bordados, retalhos e alinhamentos que dizem respeito a formas de vida que se quer proteger ou eliminar. Inúteis, abjetos, imprestáveis, vagabundos e perigosos são representações sociais dirigidas às pessoas em situação de rua. Vidas desamparadas e desprotegidas circulam pelas ruas das cidades, constroem histórias, edificam lugares e criam espaços de sobrevivências e invenções.

O esquecimento/apagamento não se restringe à abordagem gestáltica, mas se insere em um movimento social frenético e incansável de mortificação daquilo que deriva, escapa e desvia dos moldes normativos capitalísticos: a pobreza. Sujeitos/as/es em situação de rua só são lembrados quando são alvo de violência e objetos de assassinato – tiros, queimaduras, pedradas, dentre tantas outras formas de se matar alguém. Nesse ínterim, Fritz Perls pergunta: “Como podemos abrir os olhos e os ouvidos do mundo?”. Em um horizonte de terreiros mais ampliador, como podemos nos tocar pela cidade? Honrando a proposta ético-política da Gestalt-terapia, abrir a porta para a estranheza é olhar para os processos de vulnerabilidades e para as potências da multidão em situação de rua.

PROBLEMATIZANDO A POPULAÇÃO BRASILEIRA EM SITUAÇÃO DE RUA

Pensar a população de rua nos impõe refletir sobre o modo como a sociedade brasileira vem se organizando, num processo com forte concentração de renda, marcado por desigualdades sociais, conjunturas econômicas de recessão e desemprego, bem como agravamento das condições de reprodução da vida urbana, como saúde e moradia, como afirma Rosa (2005), corroborado por Nobre *et al* (2018), quando aponta que a existência de pessoas vivendo nas ruas representa a expressão de processos de exclusão econômica e política. Ou seja, trata-se de uma população caracterizada por viver com menos do que o necessário para sua existência, já que vivencia um processo de exclusão das estruturas atuais da sociedade, como emprego, moradia e privacidade.

Assim, compreender essa população passa diretamente por entender os múltiplos processos que fazem com que pessoas sejam levadas e mantidas nessa condição, que

vão desde fatores estruturais/sociais até fatores pessoais (BRASIL, 2014). Cabe salientar que, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em março de 2020, o Brasil tinha 221.869 pessoas em situação de rua (NATALINO, 2020). Buscando entender essa multiplicidade de vulnerabilidades da condição de/na rua, faz-se importante recorrer aos dados da única pesquisa nacional sobre população de rua que temos disponível, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, e que, mesmo sendo nacional, só ocorreu em 23 capitais e 48 municípios com mais de 200 mil habitantes, totalizando assim, um universo de 71 cidades brasileiras e chegando a contabilizar 31.922 pessoas nas cidades pesquisadas (BRASIL, 2009).

Essa pesquisa, ainda que limitada e com diversas questões metodológicas a serem repensadas, conforme apontam Carvalho e Oliveira (2018), é um marco na tentativa de se conhecer a realidade dessa população num cenário nacional e, assim, orientar a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas a ela. De imediato, ao analisarmos os dados dessa pesquisa, já temos contato com elementos das dimensões macro e microestruturais que compõem ou ajudam a entender a complexidade que é a vida nas ruas, desde a ida até a permanência nessa condição, já que os principais motivos para se estar em situação de rua, segundo a pesquisa, são: problemas com o uso de drogas, desemprego e desavenças familiares.

Isso aponta para questões relacionadas à lógica proibicionista em relação ao uso de drogas que marca tão fortemente a realidade brasileira, ou, como afirmam Passos e Souza (2011), a “guerra às drogas”, que se constitui como exercício de controle social por um lado e, por outro, como estratégia de ampliação da economia neoliberal a partir do exercício do poder e da violência, num processo de desumanização constante das pessoas que usam essas substâncias e sob o argumento do cuidado e da ordem social. Tantos são os relatos de violação de direitos da população que usa drogas e que, em algumas situações, é a população de rua.

Articulada a isso, temos a condição de desigualdade social e econômica que marca o nosso país e que, sendo intensificada pelo desenvolvimento capitalista e pelas transformações sociais na perspectiva da globalização, tem produzido segmentos de trabalhadores que não conseguem acompanhar as mudanças de perfil de emprego e de sociedade e acabam por sofrer os impactos diretos desse cenário. Como afirma Rosa (2005), faz-se necessário pontuar que isso é um projeto, como temos sentido fortemente neste momento de crise econômica, com grandes ataques aos direitos sociais, tais quais a mudança na legislação trabalhista e previdenciária.

Retomando a pesquisa, chamam atenção e provocam preocupação as informações sobre formação escolar, segundo as quais 74% dos entrevistados sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever; e 8,3% apenas assinam o próprio nome, o que nos indica a necessidade de se pensar políticas de educação para essa população. Já os dados sobre

trabalho e renda vêm trazer a quebra de um estigma, o de que a população de rua não trabalha e/ou seria preguiçosa, vivendo de pedir dinheiro. A pesquisa indica que 70,9% dessas pessoas exercem algum tipo de atividade remunerada, sendo apenas 15,7% os que pedem dinheiro como principal forma de sobrevivência. Em relação à alimentação, temos um dado muito preocupante e delicado, pois, segundo a pesquisa, 19% dos participantes não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia), o que aponta a necessidade de se pensarem ações de garantia do acesso à alimentação. Além disso, 24,8% afirmaram não possuir quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal e de acesso aos serviços e programas governamentais, situação que se agrava ainda mais quando vemos as informações sobre condições de saúde, que revelam que 29,7% dos entrevistados na pesquisa relataram ter algum problema de saúde e 18,7% fazem uso de algum medicamento. Dentre os principais grupos de problemas de saúde estão: problemas cardíacos, problemas mentais e problemas respiratórios.

Essas informações trazem um panorama geral das condições de (tentativa) de vida dessa população, que apresenta maior vulnerabilidade para problemas de saúde e violência, juntamente com muitas dificuldades para ter condições básicas de higiene, por meio de acesso a água limpa e a locais adequados para higiene pessoal e/ou necessidades fisiológicas. Tem-se, ainda, o estigma que tanto marca essa população e que produz medo, raiva ou mesmo a invisibilização desta.

Esses dados apontam que as problemáticas vivenciadas por esse grupo populacional implicam não apenas em questões existenciais e subjetivas, mas também em questões sociais complexas e muito concretas, como pobreza, violência, alimentação, escolaridade e acesso a serviços de saúde, ao mesmo tempo que indicam uma total negligência para com a garantia de direitos dessa população. Essas dimensões, assim, não se dão de forma dicotômica, mas se produzem num processo constante de desdobramento. A multiplicidade é uma marca das pessoas que habitam as ruas, tanto nos diferentes modos de viver, ocupar e usar o espaço, quanto nos modos que as fizeram chegar à rua ou, ainda, a permanecer nela. Mas essa multiplicidade também indica as diferentes situações vivenciadas por essa população, conforme afirmam Trino, Machado e Rodrigues (2015), o que tem impacto direto na sua definição, configurando uma questão extremamente complexa.

Instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) define essa população como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 9).

Essa definição estabelece quatro condições para a caracterização de uma pessoa em situação de rua: a pobreza extrema; os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; a inexistência de moradia convencional regular; e a utilização dos logradouros públicos e das áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento (BRASIL, 2014). Essa conceituação baseia-se na lógica da falta e, embora não queiramos, com isso, negar as diversas fragilidades a que as pessoas na situação de rua são submetidas cotidianamente, gostaríamos aqui de ampliar o olhar e refletir sobre o que a rua produz, ou melhor, sobre como a rua se traduz em potencialidade (RUI; MARTINEZ; FELTRAN; 2016).

Como primeiro indicativo dessa ampliação, trazemos a definição proposta pelo Movimento Nacional da População de Rua, criado em 2005, que é a efetivação do controle social na busca por garantia de direitos dessa população e que a apresenta como sujeitos de lutas, de direitos, de dignidade, protagonistas, solidários e leais, características tão importantes para quem vive nas ruas.

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (FALA RUA *apud* SHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19-20).

É preciso pensarmos na pluralidade de usos e sentidos dos modos de vida nas ruas e, assim, tomá-las não como o lugar da “falta”, mas como um lugar existencial e simbólico, espaço de relações sociais, que é estratégia de sobrevivência e/ou moradia, mas é também um modo de constituir-se. A rua, então, é um lugar praticado, como diz Certeau (2014), no qual as táticas se fazem necessárias e produzem e/ou fazem lidar com os acontecimentos, engendrando modos de se escapar das tentativas de captura e de controle da vida nas ruas ou até mesmo da morte nesse espaço, seja ela simbólica, seja concreta. A rua, assim, produz moralidades, valores, normas não só para quem lá vive ou está; a rua e as pessoas que nela habitam produzem a cidade e são produzidas por ela. Com isso, defendemos aqui a dimensão ambivalente de se defender as vidas nas ruas e de se apostar na rua como espaço de produção de vida e potencialidade, além de se lutar pelo direito e a dignidade dessa população, o que passa também pela garantia de moradia e de acesso a tantos direitos sociais.

Pensamos, assim, na rua como espaço rico de possibilidades de experiências e de múltiplos processos de significação (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010), ou seja, ela é território de vida, no qual conflitos e negociações estão presentes e constituem processos identitários. Isso nos remete à ideia de que produzir cuidado com essa população é produzir junto/com, reconhecendo singularidades, não a fim de negar as situações de violência constante que se fazem presentes, mas para adotar uma postura ética que nos faz abandonar as práticas

higienistas que colocam a vida na rua como alvo de ações de limpeza, conforme apontam Varanda e Adorno (2004), isto é, a vida nas ruas costuma ser tomada exclusivamente pela lógica do “tirar das ruas, limpar a cidade da visão desconcertante e incômoda da miséria humana do capital” (SOUSA *et al*, 2018, p. 180). Assim,

o fenômeno da situação de rua se realiza na convergência entre determinados processos sociais e históricos, modos de governo particulares e práticas de sujeitos específicos. Tais sujeitos são agentes reflexivos, que não apenas se subordinam aos cenários sociopolíticos e culturais que habitam, mas também produzem relações, práticas e modos de existência nesse espaço social, simbólico e ambíguo da rua (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 22).

Tomemos, então, a rua como espaço de criação, “elemento central ao nível da prática social e do imaginário” (CORDEIRO; VIDAL, 2008, p. 10), de forma que ela seja percebida como múltipla, integrando diferentes funções e cruzamentos de vários modos de sociabilidade. Essa concepção nos faz apostar na rua como espaço de cuidado e experimentação (SILVA, 2015), entendendo que ali, onde ocorre violências, também se produzem modos de proteção e cuidado, e esse reconhecimento é uma tentativa de entender as dinâmicas de resistência que se fazem presentes no cotidiano das ruas, já que a rua é também espaço de luta pelo direito à vida, como apontam Rui, Martinez e Feltran (2016).

CLÍNICA DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO-ANTROPOLÓGICO E ÉTICA DA REDUÇÃO DE DANOS COMO FORM-AÇÃO DE CUIDADO EMANCIPATÓRIO

A privação é uma das marcas tatuadas no corpo da população em situação de rua. Inspirando-nos em Rousseau (2008), é fundamental discutir que a privatização da cidade está relacionada à premissa de que cada pedaço de chão é possuído por um dono e de que apenas a esse proprietário cabe usufruir de seus benefícios, mesmo que não seja ele a vender a sua força de trabalho. As lutas dos Movimentos Sem Terra (MST) destacam o absurdo de grandes latifúndios de terra destinados a quem produz com condições análogas à escravidão. Em outra direção, a privatização da cidade diz respeito à supressão do direito da população em situação de rua de ocupar locais que se dizem públicos. Nesse contexto, as desigualdades sociais presentes em solo brasileiro narram a história de um país colonizado, onde a relação colonizador-escravo está impressa em novas faces, em uma repetição de vínculos de violência.

Antes de enveredarmos pela clínica do sofrimento ético-político-antropológico, é necessário caminhar pelas discussões em torno das cidades brasileiras e da intersecção de vulnerabilidades de pessoas em situação de rua, que, em sua maioria, são negras. Como terra explorada, o Brasil segue a lógica de cativoiro presente na noção de *plantation* discutida por Mbembe (2014), tratando-se de um sistema, um dispositivo de controle que

engendra formas de criação do outro – o negro –, uma ficção destinada a ser atingida por cálculos de poder que se tensionam entre exploração e extermínio. Em consonância a isso, a partir do pensamento de Grada Kilomba (2019), podemos discutir fundamentos estruturais da plantação: a) organização piramidal; b) corpos aprisionados em lugares fechados (presídios, favelas, manicômios, escolas, residências, albergues); c) vigilância; d) superexploração de determinadas vidas; e) quilombos; e f) regime do medo e insurreições.

Nesse cenário, reflete-se o gerenciamento das travessias da população em situação de rua. A governamentalidade é uma ferramenta da biopolítica, produzindo modos de governar e conduzir contingentes populacionais que visem à captura de lucratividade e à constituição do corpo-máquina, direcionando os espaços que cada contingente populacional é (des)autorizado a ocupar. Assim, instaura-se uma racionalidade política com tecnologias de poder formuladas para controlar habitantes em territórios, e o somatório de coerção, punição e vigilância tem por objetivo a fabricação de corpos dóceis. Os ditames e as ditaduras neoliberais definem o *homo economicus*, movido pela competição e pelo ganho acumulativo de capital e obediente à ideologia meritocrática como imperativo para a subjetivação. Aos corpos da população em situação de rua resta o lugar de abjeção, sujeira e periculosidade (FOUCAULT, 2008, 2014).

Nesse seguimento, as clínicas gestálticas são formuladas por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012a), incidindo em diferentes formas de se indagarem as experimentações de correlação entre clínicos e consulentes a partir do sistema *self*³ e de suas funções: id (“isso” da situação), ego (ato) e personalidade (outro social). A função personalidade se volta para o conjunto de papéis e identidades desempenhados e legitimados por intermédio dos laços sociais, o que inclui pensamentos, noções culturais e valores, conforme indicam Perls, Hefferline e Goodman: “sistema de atitudes adotadas nas relações interpessoais, é a admissão do que somos, que serve de fundamento pelo qual poderíamos explicar nossos comportamentos, se nos pedissem explicação” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 188). A clínica do sofrimento ético-político-antropológico insere na abordagem gestáltica a ênfase sobre o sentimento de aflição (*misery*), fruto da vulnerabilidade da função personalidade. Assim, sujeitos são privados das representações sociais que configuram identidades, o que provoca desarranjos e desfalecimentos da função personalidade, perpassando motivos éticos, políticos e/ou antropológicos.

A perda é o atributo comum diante da clínica do sofrimento. Se a dimensão antropológica concerne à ordenação de uma condição natural, isto é, adoecimentos, lutos, emergências e desastres, aqui, consideramos a relação entre políticas públicas e PSR,

3. Oferenda do campo fenomenológico, rosa-dos-ventos e bússola de (des)orientações nas encruzilhadas, o sistema *self* espontâneo e engajado em experiências, é o seio pulsante e fio condutor das elaborações teóricas e intervenções gestálticas. Instaurando o entendimento de subjetividade alargada, o *self* não é de posse de alguém, mas retrata a indivisão da experiência em fronteira, refere-se a um terceiro – outrem, o inesperado manifesto da ambiguidade no encontro entre eu-tu.

cenário espinhoso, uma vez que, apesar das garantias de direitos previstos pela PNPST, as políticas públicas brasileiras enfrentam sucateamento, desmontes e injunções de lógicas manicomiais e proibicionistas para lidar com o abuso de drogas. No cenário atual, o descaso com a saúde dessa população se revela nitidamente quando olhamos para os obstáculos de acesso a hospitais, assim como para as dificuldades de se pensar estratégias (isolamento, higienização, máscaras e álcool em gel) de prevenção à COVID-19 que respeitem os modos de vida dessas pessoas e promovam condições sanitárias de cuidado. A miríade de enlutamentos entre essa população se reflete na ampla gama de situações em que há demolições da construção de horizontes de futuro, como a pulverização dos vínculos familiares, a expulsão ou a saída de residências.

Enquanto isso, a perspectiva política está imbricada com os dispositivos de poder. O outro dominador, autoritário e capitalista produz assujeitamentos com vistas à imposição de desejos e à abdicação de outros modos de viver. Incapacidade de reação, entrega a um modo apático e exaustivo de existência são funcionamentos normalizados e exaltados, e o viés ético remete à mais profunda e desampara(dor)a vertente de falências, timbrada por Estados de Exceção. Trata-se de um desejo soberano que aniquila as representações sociais, em uma cachoeira de extermínios que desemboca em violências étnico-raciais e de gênero, em encarceramentos e em reclusão da loucura. Nessa configuração, marginalizados socialmente como forma de castigo capitalístico, a mendicância e os artistas de rua são vistos com desprezo e asco, sendo tratados como paisagens e corporeidades que devem ser ignoradas. Já para as pessoas em situação de rua em condições de subemprego, a precarização do trabalho e o caráter de ilegitimidade das vidas nas ruas são questões alarmantes para serem visualizadas (MÜLLER GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012b).

Abordagens policiais, internações compulsórias em comunidades terapêuticas, torturas e assassinatos estão interligados aos motivos éticos. A morte é rei. O casamento entre capitalismo e cultura judaico-cristã é vindouro e consolida alianças para exterminar desviantes e dissidentes, como discute Perls: “seitas religiosas enviam missionários para converter pagãos, e o idealista político tentará convencer a todos, por todos os meios, de que a sua perspectiva particular é a única certa [...] *Se você se recusar a ser meu amigo, serei forçado a arrebanhar seu crânio*” (PERLS, 2002, p. 106-107, grifo nosso).

Pairam no ar das cidades brasileiras ventos necropolíticos que estão intimamente relacionados à clínica do sofrimento ético-político-antropológico. A necropolítica é um conceito formulado por Mbembe que aponta para “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10); ao se elegerem inimigos políticos, gera-se o direito soberano de matar. Nesse sentido, pode-se falar em políticas de morte e extermínio em zonas periféricas da cidade – mas também em centros dos municípios –, sendo inúmeras as situações em

que pessoas dormindo em frente a bancos, em comércios e praças são violentadas. A dinâmica necropolítica revela uma força colonial com alvo na população em situação de rua; confrontos e combates com o fim de esfaquear a existência social, subjugando vidas a mundos de morte.

Ainda assim, a função de ato continua criando ajustamentos criativos e, nesses casos, ajustamentos de inclusão – pedidos de socorro. O som do silêncio, os berros, narrativas de convocação para a alteridade radical de um corpo de atos auxiliar. Há o pedido de reconhecimento em busca de suporte para que outros ajustamentos criativos emergjam. Arremata-se pelo lugar de solidariedade, para que os sujeitos sejam incluídos no estatuto de humanidade que lhes foi negado. Gestalt-terapeutas atuam como cínicos, no sentido dado pelos autores, longe de orientações dogmáticas ou metas a serem alcançadas, mas de um fazer movido por escancarar e denunciar as formas com que a sociedade se constrói, incitando desvios, acolhendo e encontrando o que fura e escapa as imposições. Oferta-se um corpo solidário para amparar e suportar as condições de vulnerabilidade, mas também para ser cuidador das relações vinculares, mediando o enlace entre os sujeitos e os seus sistemas íntimos. O outro é visto como semelhante, reconhecendo-se, assim, uma genuína capacidade de ajuda e apoio, em prol de se doar a outrem independentemente de configurações políticas e projetos de vida, princípios e crenças aos quais estejam vinculados e submetidos (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012b).

Diante disso, tomamos a Redução de Danos (RD) como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico (AT) numa dimensão ética, comprometida com os sujeitos e com seus contextos/condições de produção de vida.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E REDUÇÃO DE DANOS: ÉTICA E CLÍNICA POSSÍVEIS

O Acompanhante Terapêutico (AT) é uma possibilidade de atuação enquanto gestalt-terapeuta, intrinsecamente ligada à clínica do sofrimento, com a finalidade de promover e/ou fortalecer a inclusão psicossocial. Nessa atuação, as intervenções clínicas são realizadas a partir do protagonismo do cotidiano. Gestal(ear) como ação política, atuando com a população em situação de rua e com o meio social dessas pessoas para que, ao menos, seja garantido lugar, respeito e dignidade às vivências marginais, voltando-se para as vulnerabilidades e as potências do vir-a-ser nas ruas:

Podemos pensar em um trabalho de identificação e criação de diálogos e lugares sociais para que os sujeitos de atos em questão possam conviver, coexistir, oxalá de forma que possa crescer ou, pelo menos, que não interditem a produção social de cada um [...] o exercício da interlocução ocorre em um campo de presença, e não junto a um indivíduo isolado (FERREIRA, 2015, p. 165-166).

Nesse ínterim, o Acompanhante Terapêutico trabalha com a clínica do possível⁴ – e muitas coisas são possíveis! –, advogando pelas diferenças e diversidades. Em concordância com isso, Ferreira (2015) discute que o descentramento do indivíduo para o manejo do campo emancipa novas formas de ampliação e criação.

Ao mesmo tempo, gostaríamos de discutir que a Redução de Danos (RD) está para além de uma metodologia de trabalho com pessoas que usam drogas. Trata-se muito mais de uma ética que aposta na autonomia do sujeito em seus processos de vida. Essa expressão, no entanto, merece ser problematizada: ao invés de se usar o termo “redução de danos”, sempre colocando os danos como princípio, a expressão “gestão de prazeres e riscos”⁵ abarcaria melhor a essência de intervenções pautadas nas potências e nos saberes das pessoas em situação de rua. Pode-se perguntar, então: Junto a todas as questões de aviltamento e vulnerabilidades supracitadas, quais as potências das vidas nas ruas? Como se configuram os ajustamentos criadores de pessoas que fazem da rua espaço de convívio, sobrevivência, trabalho, fuga ou lar?

Apostando em utopias, a Gestalt-terapia, à luz das discussões de Paul Goodman investigadas por Belmino (2020), assinala que há algo que sempre escapa a pressupostos teóricos e planejamentos. Tal como a obra de um artista que se revela diferente a cada pincelada, os encontros com os viventes nas ruas são atravessados por jogos de poder, mas também por desvios e dissonâncias em relação a cristalizações normativas, por maneiras de (re)invenção, linhas de fuga e movimentações. A ética gestáltica, assim, retrata como medula espinhal a compreensão de *ethos* como fundamento, remetendo-se à fundação de abrigos e acolhidas.

Outrossim, a RD é mais do que um instrumento para atuar com a política de drogas, é uma postura ética, um jeito de olhar para as pessoas em seus direitos de fazer escolhas, substituindo modelos de prescrição pautados em posturas tutelares que posicionam as pessoas em lugares de passividade. Aposta-se radicalmente no poder da relação, assim como na abordagem gestáltica, refletindo e articulando coletivamente possibilidades de vida, caminhos e vias. Para Petuco (2009), RD e AT atuam como clínicas abertas e dispositivos filhos da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial, defendendo a importância do cuidado em uma atitude clínico-político-reflexiva em um devir revolucionário. Assim, essas práticas ultrapassam o conhecimento técnico do gestalt-terapeuta, colocando em jogo outros acontecimentos, vivências não acadêmicas que edificaram um arsenal de modos de cuidado (culinária, música, escrita, relação (des)privilegiada com o município que circula, contatos sociais e pontes de cuidadores), em um acolhimento radical à diversidade.

4. Marcele de Freitas Emerim, gestalt-terapeuta, arte-educadora e acompanhante terapêutica, realiza formações em Acompanhamento Terapêutico e utiliza da concretude dessa metáfora para traçar rotas e abrir caminhos para fazer o que se tem com a generosidade do campo experiencial e os enredos dos encontros.

5. Drieli Venâncio da Silva Sousa, psicóloga e redutora de danos, propõe a problematização do termo “redução de danos” e sua possível substituição por “gestão de riscos e prazeres”.

Partindo da RD e do AT, montamos um farol para as costuras entre população em situação de rua e Gestalt-terapia, que seria a discussão sobre desajustamentos criadores, lançada por Mônica Alvim (2014) em *A poética da experiência*:

A proposição convida a um ato. Uma ação que envolve a escolha e o imprevisível. Visa criar uma diferença, uma novidade que instigue, provoque, instaure paradoxos, enfim, crie uma relação com o ausente. Nesse sentido, propomos aqui que a tarefa da proposição na Gestalt-terapia seja aquela de provocar um desajustamento criador: introduzir na situação com a proposição – na medida em que o terapeuta perceba a existência de suporte no campo – uma novidade que lance terapeuta e participante ao âmbito do invisível, ao espaço deserto das representações, ao vazio fértil. O vivido, temporalizado, transforma o espaço em espacialização, quando, diante do vazio, se vislumbra adiante de si a possibilidade, quando se vive a experiência do “eu posso”, vivência que alimenta a ação criadora e transgressora. As tarefas do desajustamento criador aqui proposto se inspiram na arte moderna: descentrar o olho e desnaturalizar a percepção (ALVIM, 2014, p. 299-300).

Para além de ser uma metodologia de trabalho com relação ao consumo e abuso de drogas lícitas e ilícitas, a RD, como aponta Fonsêca (2012), é uma forma de abordar e encontrar pessoas alicerçada na abertura para a dialogicidade, condição imprescindível para a escuta de fracassos, dificuldades, violências, sonhos e esperanças do outro em seus modos de sentir e estar na/com as ruas. A rua, portanto, é uma categoria de análise fundamental, que provoca atravessamentos e afetações, é fonte de diferentes sentidos e (des)pertencimentos, é habitação. Atentar-se para as necessidades, os desejos e os direitos da PSR é servir de colo, braço e elo para a libertação.

“ABRE A PORTA E A JANELA E VEM VER O SOL NASCER”

Ao vislumbrarmos as potências das ruas, enxergando-as para além daquilo que falta, que está em fragilidade e em vulnerabilidade, podemos lançar algumas indagações: Como se configuram as linhas de força e de resistência nessa cidade? De quais formas podemos pensar juntos estratégias para promoção/produção de vida? Como a pessoa/o coletivo quer ser ajudado? De quais modos superar relações entre sujeito e objeto, ou melhor, como ser coletividade, totalidade? É preciso ir além da norma, do padrão, da regra, da moral, para cuidar a partir da revigoração das potências, para apostar na rua enquanto lugar de experimentação, assim como a cidade, e, desse modo, construir redes solidárias que possam reverberar na produção de vida, cidadania e garantia de direitos, em especial, o direito à cidade e à vida. Então, em que medida o nascimento do “nós” – terceiro elemento nascente da intersubjetividade entre corporeidades – pode vir a favorecer o fortalecimento das potenci-ações e a apropriação de novos espaços em seu território, assim como a (re) construção de representações sociais e identificações das quais essas pessoas possam usufruir, sentindo-se respeitadas, confirmadas e reconhecidas?

Engajados em ideias para adiar o fim do mundo, para conhecer as pessoas, precisamos voltar para o que há de mais óbvio: estar *com*. Disponibilizar-se para inventar novos rumos a partir do entrecruzamento de corpos e afetos nas cidades. Retirar terapeutas do lugar de salvadores de pessoas em perigo, suspender o céu, mirando abraços em terra, e olhar para as constelações:

Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Não uma humanidade com o mesmo protocolo, porque isso até agora foi só uma maneira de nos homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (KRENAK, 2019, p. 33).

Se ser subalterno e servil ao sistema é a ordem e a redenção para uma vida feliz e abundante, talvez a clínica genuinamente gestáltica sirva para não servir. Para não servir aos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica serve ao não servir, e serventia maior não há. É espaço seguro de sentir e atuar a partir das potencialidades e vulnerabilidades da relação. Perceber-se vulnerável é dádiva em um sistema em que somos ensinados a desligar o botão das fragilidades e fazer/receber promessas. Discutir sobre PSR a partir do paradigma do que a cidade tem a dizer, daquilo que não representa somente miséria, é desfamiliarizar e descolonizar o outro, caminhando com as pessoas, combatendo violências e negando discursos de vitimização ou romantização dos corpos. Para a Gestalt-terapia, desejamos que o engajamento político se consolide ultrapassando o binômio vitimação ou castigo com relação a situações de rua, ensejando rupturas e aberturas urbanas.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. B. **A potência da experiência**: gestalt-terapia, fenomenologia e arte. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

BELCHIOR. **Apenas um rapaz latino-americano**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976.

BELMINO, M. C. **Gestalt terapia e experiência de campo**: dos fundamentos à prática clínica. Jundiaí: Paco, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da População em situação de rua: um direito humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARVALHO, P. G. M.; OLIVEIRA, S. M. M. C. 10 Questões Metodológicas acerca da produção de estatísticas sobre a população em situação de rua. *In: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 2018, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas: ABEP, 2018.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORDEIRO, G. I.; VIDAL, F. (Orgs.). **A Rua: Espaço, Tempo, Sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERREIRA, R. G. Interlocuções para a inclusão psicossocial: possibilidades do acompanhamento terapêutico na abordagem gestáltica. *In: BELMINO, M. C. (Org.). Gestalt-terapia e atenção psicossocial*. Fortaleza: Premius, 2015. p. 156-173.

FONSÊCA, C. J. B. F. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. **Psicologia e saberes**, Alagoas, v. 1, n. 1, p. 11-36, 2012.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

MATIAS, H. J. D.; FRANCISCHINI, R. Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 243-252, 2010.

MBEMBE. **Crítica da razão negra**. 2 ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1, 2018.

MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas: sentido ético, político e antropológico da teoria do self**. São Paulo: Summus, 2012a.

MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Psicose e sofrimento**. São Paulo: Summus, 2012b.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: Ipea, 2020.

NOBRE, M. T. *et al.* Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2018.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.

PERLS, S.; HEFFERLINE, R; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, F. **Ego, fome e agressão**: uma revisão da teoria e do método de Freud. São Paulo: Summus, 2002.

PETUCO, D. R. S.; MEDEIROS, R. G. **Redução de danos**: dispositivo de reforma? Observatório do Cuidado, 2009. Online. Disponível em: <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/handle/handle/589>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A. “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: SCHUCH, P. *et al.* **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

SILVA, C. G. P. Eixos estruturais da práxis em saúde pública do consultório da rua pop rua do Rio de Janeiro. *In*: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Orgs.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde**: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. São Paulo: Hucitec, 2015.

TRINO, A. T.; MACHADO, M. P. M.; RODRIGUES, R. B. Conceitos norteadores do cuidado junto à população em situação de rua. *In*: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Orgs.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde**: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. São Paulo: Hucitec, 2015.

SOUSA, W. L. *et al.* Psicologia e o consultório na rua: experiências, possibilidades e desafios. *In*: BARROS, J. F. V. *et al.* **Psicologia e Políticas Públicas**: práticas inovadoras para o SUS. Maceió: UNIVASF, 2018.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.

EXPERIÊNCIA DE INTERVISÃO: POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO DA/DO TERAPEUTA A PARTIR DA POTÊNCIA DA RELAÇÃO

Natascha Bravo de Conto¹

Dafne Thaíssa Mineguel Assis²

Atuar como psicoterapeuta é exercer um papel profissional singular, com contentamentos e desafios muito específicos. Passamos nosso dia de trabalho em contato com uma diversidade de pessoas, as quais buscam e encontram, na genuinidade da relação entre terapeuta e cliente, outras possibilidades de ser e estar em suas vivências de mundo. Ao mesmo tempo, muitas vezes nós, terapeutas, nos deparamos com um lugar muito solitário de se estar, uma vez que a relação terapêutica é um lugar de trocas muito próprias, com o olhar voltado especialmente a um dos lados dessa interação: o lado da/do cliente. Evidentemente, não cabem aí trocas da profissão em si, nem mesmo reflexões muito profundas sobre como cada encontro nos toca e desafia individualmente enquanto terapeutas. Desse modo, na atuação clínica, é bastante comum experienciarmos solidão, visto que, em nossa rotina diária, a falta de troca com outras/outros profissionais, seja no nível do conteúdo teórico seja no das dinâmicas pessoais de cada uma/um, é bastante presente. Entendemos que cabe à/ao terapeuta a busca por espaços que a/o retirem desse lugar, sendo inquestionável que faz parte de nossa profissão o exercício constante de nos olharmos nos âmbitos tanto da vida profissional quanto da vida privada.

Diante da existência desse campo e das necessidades que se proclamavam em nós autoras, há pouco mais de um ano, iniciamos um processo de trocas o qual não sabíamos em que iria resultar. Começamos com algumas conversas rápidas sobre casos específicos que estávamos atendendo e, em pouco tempo, aquilo que era esporádico tornou-se habitual. Entendemos que poderia ser interessante nos encontrarmos regularmente para pensarmos juntas sobre nossos atendimentos, mas ainda não tínhamos muita noção da importância que isso teria para nossas práticas profissionais. Nesses momentos, passamos a partilhar experiências, sentimentos e percepções e a oferecer contribuições aos casos relatados uma à outra. Nomeamos esses encontros de *intervisão*.

Aos poucos, nossos diálogos foram se reconfigurando de uma forma muito orgânica e fomos buscando, na parceria que ali se delineava, um pedido de respostas mais direto diante de casos mais difíceis – caracterizando um modelo mais próximo de supervisão, no qual nos revezávamos nos papéis de “supervisora” e “supervisionanda”. Foi nesse

1. Psicóloga (CRP-08/15395). Gestalt-terapeuta. Tem especialização em Psicologia Sistêmica e formação em Gestalt-terapia.

2. Psicóloga (CRP-08/19823). Gestalt-terapeuta. Mestra em Psicologia Clínica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

período que percebemos um tema que emergia como figura em vários de nossos casos: a responsabilização da/do cliente com seu próprio processo terapêutico. A frequência com que o tema estava se manifestando chamou a nossa atenção, e nos perguntamos o que a ideia de “responsabilizar-se” podia dizer sobre nós enquanto terapeutas e de que forma. O mais interessante é que não encontramos a resposta em um ou outro lado da relação terapêutica, mas sim em como o tema falava sobre o *entre*. O que se revelava no trabalho psicoterapêutico com essas/esses clientes era algo para além do individual: fazia parte da dinâmica relacional terapeuta-cliente.

A partir dessa compreensão, entramos em uma camada de percepção mais profunda e entendemos que era fundamental refletir para além de nossos casos e para além dos papéis de terapeuta e cliente. Era também importante repensarmos o lugar hierarquizado de “supervisora” e “supervisionanda” que havíamos assumido. Tornou-se primordial olharmos para o compartilhamento que acontecia entre nós nesse espaço de intervisão e para a forma que nossos encontros iam adquirindo. Muito mais do que assumir ora uma função, ora outra, percebemos que nossos encontros passavam gradativamente a se manifestar como uma dança compartilhada, como a apresentação artística do vínculo de uma dupla que, a cada novo espetáculo, se construía e se atualizava. Começamos, então, a esboçar nesses momentos uma figura dominante que foi se tornando a força motriz do nosso trabalho enquanto psicólogas. Iniciamos uma investigação do *nosso entre*.

É com base nessa trajetória que elaboramos esta produção escrita, com o objetivo de nos debruçarmos sobre o tema, dando forma à configuração de intervisão que surgiu da nossa vivência conjunta e levantando questões e reflexões sobre sua especificidade, importância e possibilidades. Reforçamos que nosso intuito neste capítulo é iniciar um debate que amplie as reflexões sobre essa temática, não tendo como pretensão encerrar o assunto nem trazer uma definição estanque e cristalizada sobre a intervisão.

RELAÇÃO DIALÓGICA: A BASE PARA O ESPETÁCULO ACONTECER

Percebendo que nossos encontros de intervisão estavam demandando bordas mais claras para revelar sua configuração, fomos aprofundá-la a partir daquilo que nos fundamenta e nos alicerça no encontro com nossa/nosso cliente: a relação dialógica. Considerando que, para a clínica gestáltica, a relação entre terapeuta e cliente é atravessada pela compreensão dialógica, fez-se coerente a tentativa de esboçar esse encontro que surgia entre nós duas também partindo dessa noção. Aqui, é relevante esclarecer o que estamos considerando como dialógico:

O dialógico se refere ao fato de que nos tornamos, e somos, seres humanos porque estamos em relação com outros seres humanos e temos a capacidade e o desejo de estabelecer relacionamentos significativos com os outros, ao

Tínhamos como marco, a essa altura da investigação, nossa própria relação enquanto terapeutas e amigas e fomos nos tornando cada vez mais cientes de que nossas condições relacionais de terapeuta-terapeuta seriam os fatores de maior relevância para aquilo que buscávamos e por que ansiávamos na nossa atuação. Nossa confiança e nosso alicerce, ainda em um terreno tão desconhecido, fundamentavam-se não mais em nós como terapeutas isoladas, tampouco só como amigas, mas *no nosso próprio encontro*. Nascia ali mais uma configuração dessa relação que já possuía tantas camadas.

Simbolizando essa vivência relacional em uma imagem metafórica e descrevendo-a como um espetáculo, percebemos que *o encontro* se revela essencial, visto que só é possível que ele aconteça na interação conjunta entre as/os artistas – estas/estes não estão ali somente como artistas isoladas/isolados ou como colegas de profissão, mas também como pessoas em profundas interação e conexão.

A cada novo encontro de intervisão, deparávamo-nos com a específica configuração individual de cada uma; era como se sempre nos re-apresentássemos uma à outra, a cada vez com maior consciência desse processo. Conforme a atualização desses encontros acontecia, íamos percebendo nossos ritmos e nossos movimentos em dupla. Começamos a nos ver como parceiras do espetáculo, em que o dialógico era nosso instrumento de conexão. Revelávamo-nos, assim, em um campo específico, um palco no qual o dialógico era a base para a arte do encontro acontecer. Melhor ainda: revelávamo-nos em um padeiro dialógico, um espaço de interação circular e, portanto, contínua, no qual emerge, acima de tudo, a espontaneidade, a criatividade, a liberdade de ser e a confiança na parceria. Víamo-nos como artistas singulares criando a arte do nosso encontro.

Assim, nós nos percebíamos inseridas em uma dinâmica na qual víamos acontecer, agora no campo da atuação profissional, a aceitação e a confirmação da singularidade próprias à relação dialógica. Buscávamos nos voltar para a outra terapeuta afirmando sua existência única e separada, com vistas a uma relação de alteridade, a qual permite construir de forma processual a aproximação e a apropriação de si mesma/mesmo. O diálogo genuíno da relação só se torna possível quando cada pessoa envolvida leva em consideração a outra como o ser singular que é (HYCNER, 1995).

Como Joyce e Sills descrevem, a confirmação significa “ser totalmente recebido” pela/pelo outra/outro, e isso é saborear em tempo presente “a base mais importante para um sentido seguro e sólido do self” (JOYCE; SILLS, 2016, p. 72). O contato e a troca genuínos entre nós, sem o medo da exposição de si mesma no palco, levavam-nos às experiências de acolhimento, compreensão e cuidado, além de acrescentarem elementos essenciais à compreensão dos casos e da relação terapeuta-cliente, alterando, com isso, a totalidade da relação terapêutica.

Estávamos presentes, no nosso encontro, para a outra terapeuta, para nós mesmas, para nossa relação e, ainda, para a relação relatada pela parceira com sua/seu cliente. Trata-se de camadas e dimensões relacionais que eram atravessadas pela permissão mútua de revelar a terapeuta que existe em cada uma de nós, sem desempenhar papéis nem causar esperada impressão, abandonando, ainda, o desejo de como gostaríamos de ser vistas e nos revelando e nos apropriando de como cada uma é em sua inteireza. Manifesta-se, assim, um campo profissional de parceria e funções simétricas, em que a relação dialógica é instrumento para o encontro, em um espaço de mútua apresentação individual de si e, principalmente, de possibilidade para fluir em um voo ao encontro da outra, permitindo nascer o elemento essencial do espetáculo: o encontro.

A partir do pensamento buberiano, Hycner (1995) reforça que aquilo que se manifesta na dimensão dialógica da relação não está localizado em um dos lados, nem mesmo nos dois juntos, pois “a realidade é maior que cada um dos indivíduos envolvidos. É também maior do que a soma total dos dois indivíduos. Ambos os aspectos são parte de uma esfera mais ampla – o inter-humano. Tanto o individual quanto a relação estão contidos na esfera do entre” (HYCNER, 1995, p. 23).

Ainda a partir de Buber, Hycner (1995) afirma que as noções de Eu-Tu e Eu-Isso foram fundamentais para a compreensão da inerente característica relacional da existência humana, salientando ambas as atitudes como sendo constituidoras e necessárias para as relações humanas. Eu-Tu envolve um tipo de relação em que a/o outra/outro é contatada/contatado como pessoa plena. Assim, tem como elementos de relação o compromisso com um diálogo aberto e acolhedor, a presença de autêntico interesse pela pessoa com quem estamos nos relacionando, a inclusão da experiência da/do outra/outro, a permissão de se ser atingida/atingido e impactada/impactado, a confirmação das singularidades que se revelam, a disponibilidade de aceitação, compreensão e cuidado da/do outra/outro. Em contraposição, Eu-Isso acontece quando a/o outra/outro está para nós como um objeto na interação, podendo ser analisada/analísado ou manipulada/manipulado, ou ainda quando a relação exige momentaneamente certo distanciamento para análise e avaliação técnica. Hycner, descreve, ainda, que

toda troca humana tem essas duas dimensões, muitas vezes simultaneamente. Em última análise, entretanto, o diálogo genuíno pode emergir se as duas pessoas estiverem disponíveis para ir além da atitude Eu-Isso e valorizarem, aceitarem e apreciarem verdadeiramente a *alteridade* de outra pessoa. (HYCNER, 1995, p. 25, grifos do autor)

Ter como base o princípio Eu-Tu vivo na experiência subjetiva interna da/do psicoterapeuta e na concretude do meio e das relações intersubjetivas implica, então, que a/o terapeuta aceite o convite de se revelar e de fazer acontecer esse encontro, participando dele de forma genuína, aberta e disponível. Nesse sentido, buscamos que

a intervisão proporcionasse um campo de experimentação e vivência, construindo um diálogo que contivesse liberdade de expressão para comunicar aberta e honestamente as impressões que poderiam ser úteis ou que colocariam luz em aspectos da relação terapeuta-cliente ali relatada. Ou, ainda, simplesmente para dar vazão à expressão de sentimentos e pensamentos que nasciam nessa interação.

Percebíamos-nos construindo e nutrindo o espaço para a expressão da singularidade de cada uma de nós enquanto terapeutas. Foi criando esse campo de compreensão, confirmação, autenticidade e abertura ao diálogo dentro da intervisão que nos encontramos diante da constatação de que as respostas entre duas pessoas só surgem “...no momento do encontro, em uma relação genuína” (CHAGAS, 2016, n. p.).

Chagas (2016) indica outro ponto fundamental. Estarmos em contato com a/o outra/ outro de forma disponível, buscando nesse encontro revelar nossa singularidade e ainda nos abrir para o Tu de forma compreensiva, acolhedora e empática pode produzir em nós um profundo contentamento, ao mesmo tempo que, igualmente, é um desafio. Essa abertura genuína envolve também inseguranças, riscos, envolve viver o imprevisível próprio do relacional. Amparamo-nos, assim, na confiança dessa relação, no *entre*, “buscando o mínimo de hierarquia e a maior proximidade possível, que propiciem o encontro” (CHAGAS, 2016, n. p.). Também passamos a não buscar os “erros” dos nossos atendimentos ou apontar “faltas” na prática da outra terapeuta, compreendendo que não existem respostas prontas do que se deve fazer em cada caso. Também por conta desses elementos de configuração, vemos o campo da intervisão como um espaço em que nos revelamos como artistas e, assim, como criadoras de um fazer artístico no qual não há categorização de erros ou falhas. Há, sim, a singularidade da subjetividade encarnada na expressão do corpo e na ação que nos conecta ao contentamento de sermos aceitas, ao mesmo tempo que nos leva ao risco da exposição. É, portanto, essencial haver confiança na/no parceira/ parceiro e na relação, para que o salto em direção ao encontro aconteça de forma fluida e verdadeira.

Dessa forma, entendemos que, assim como “a terapia pode se tornar um modelo para o cliente buscar a confirmação que lhe permitirá se aproximar de si mesmo e de outras pessoas” (CHAGAS, 2016, n. p.), o mesmo ocorre com a intervisão. Trata-se desse espaço em que se vivencia a existência da/do terapeuta como uma experiência para ampliar a dimensão e a qualidade do contato consigo mesma/mesmo e com as/os outras/outros, em de uma relação não hierárquica de confiança e abertura. Relação esta que torna o espaço da intervisão privilegiado, uma vez que a troca horizontal a partir do contato com a/o parceira/parceiro torna possível a expansão da *awareness* sobre a relação terapeuta-cliente e sobre si mesma/mesmo.

APROPRIAÇÃO DE SI E A CONQUISTA DO AUTOSSUORTE DA/DO TERAPEUTA: A CONSTRUÇÃO DA/DO ARTISTA

Nessa trajetória de relações e reflexões, novos e outros questionamentos naturalmente apareceram: Quem sou eu enquanto terapeuta? Que existência minha se revela nas diversas relações de inúmeros campos? Até que ponto adotamos os fundamentos que nos dão continente à prática profissional inserindo aí um tempero próprio da nossa singularidade? Como o meu Eu como terapeuta se revela na minha prática? Quanto dos meus próprios processos e feridas fazem ressonância com a *forma* da minha prática?

Compreendemos que essas perguntas só podem ser respondidas a partir de um movimento da/do terapeuta em direção a si mesma/mesmo. Nesse sentido, mais uma vez encontramos na analogia que estamos desenvolvendo o caminho para essa jornada de expansão da consciência sobre nós mesmas/mesmos. Se o campo de interação que existe na intervisão pode ser analogamente comparado a um palco, um picadeiro, se a relação dialógica é a base para o espetáculo, podemos nos questionar: Quem são as/os artistas que criam esse *show*? Qual fazer artístico se aproxima do que vivemos nesse campo?

Nas trocas, percebemo-nos saltando para o encontro com a outra e, portanto, vivendo a relação de risco e confiança; salientamos a flexibilidade e o envolvimento nessa parceria, aceitamos a singularidade de cada uma, nutrindo ainda mais nosso movimento em conjunto. Vimo-nos, então, como duas trapezistas, duas artistas que se revelam a partir de suas acrobacias e que só constroem o espetáculo se houver interação. Para isso, é essencial que haja desenvolvimento de si, aprimoramento e apropriação da artista que revelamos ser.

Assim como para as/os trapezistas, ser terapeuta também exige de nós estarmos constantemente atentas/atentos às nossas dinâmicas e, para isso, precisamos estar dispostas/dispostos a nos olhar e nos desenvolver como pessoas e como profissionais. Beatriz Cardella, em seu livro *A construção do Psicoterapeuta – uma abordagem gestáltica* (2002), defende fortemente que ser psicoterapeuta é uma tarefa inacabada, sendo parte da profissão o fluxo de aprendizado sobre si mesma/mesmo e sobre a/o outra/outro, implicando um envolvimento de si muito grande. A autora pontua que “...a formação e o exercício da psicoterapia envolvem uma qualidade de presença do psicoterapeuta que exige um árduo e intenso trabalho sobre sua própria pessoa, do qual decorrem inúmeras e contínuas transformações de grande complexidade e abrangência” (CARDELLA, 2002, p. 21-22).

Nessa direção, concordamos que tornar-se psicóloga/psicólogo clínica/clínico passa por um longo e ininterrupto processo, que nos direciona ao crescimento, ao amadurecimento e à apropriação de nós mesmas/mesmos. Hycner (1995) traz uma analogia musical para falar sobre isso. Ele diz que o “instrumento” utilizado no processo terapêutico pela/pelo terapeuta é seu próprio self, precisando esse “instrumento” estar “afinado” para acompanhar

o fluxo constante do ritmo singular que se dá nos encontros entre terapeuta-cliente. Como já defendemos aqui, é essencial que nossa trajetória profissional seja constantemente atualizada por meio de vivências em campos variados de trocas e experiências que nos aprimorem para o contato conosco e com a/o outra/outro. Seguindo a analogia feita pelo autor em sincronia com a analogia da/do trapezista proposta por nós, entendemos que “afinar o instrumento” e preparar-se para o espetáculo só é possível a partir do contínuo e árduo preparo da/do artista em si mesma/mesmo e em seus movimentos. Só é possível por meio do envolvimento da/do terapeuta em seu próprio processo psicoterapêutico, em supervisão, em grupos de estudos e também em intervisão, tendo cada um desses espaços um papel bastante específico nesse caminho contínuo de aprimoramento. Só é possível apresentar-se como trapezista.

Quando iniciamos a atuação clínica, temos na bagagem profissional apenas as experiências vividas na universidade e os estágios supervisionados, tendo nas/os professoras/professores e supervisoras/supervisores nosso continente para essa recente caminhada. Essas/esses profissionais são nossa bússola para o primeiro contato com a prática clínica, servindo-nos como apoio ambiental para o início da construção de nossa jornada enquanto terapeutas clínicas/clínicos. A partir do momento que saímos da universidade – ou até mesmo desde nossa trajetória universitária –, deparamo-nos várias e várias vezes com a necessidade de termos minimamente construído nosso autossuporte enquanto pessoa e psicoterapeuta. Vamos constatando essa realidade desde nossos primeiros contatos com clientes, bem como nas aproximações com as inúmeras e diversificadas histórias que nos são compartilhadas nesse caminho. Comumente, nossas inseguranças e dúvidas, nossas dores e feridas que emergem desses encontros passam a nos convocar para o autocuidado, e daí decorre a necessidade de busca por caminhos e espaços para tal desenvolvimento.

Desde o princípio de nossas vidas, precisamos buscar alicerce para nosso desenvolvimento e amadurecimento e para a realização de necessidades, a partir da percepção de onde e em que momento devemos procurar suporte, sendo este essencial para qualquer tipo de contato que possamos estabelecer. É parte do fluxo de nossa vivência o intercâmbio entre o apoio que advém do ambiente – heterossuporte – e o apoio que emerge de si mesma/mesmo – autossuporte (ANDRADE, 2014). Em outras palavras, a busca pelo autossuporte é um processo contínuo e nunca finalizado, que, fundamentalmente, passa pela necessidade do apoio ambiental. Nessa direção, voltando nosso olhar para a prática da psicologia, a nutrição que o ambiente oferece é essencial para o crescimento da/do terapeuta, pois proporciona contato com o diferente e assimilação do novo, bem como crescimento, como uma “experiência da ampliação das possibilidades existenciais, que se dão pelo contato da pessoa com ela mesma e com o ambiente que a circunda, em uma visão de totalidade” (ANDRADE, 2014, p. 151). Portanto, “crescer é estar cada vez mais

perto de si mesmo, de suas possibilidades, enfim, do seu próprio tamanho” (ANDRADE, 2014, p. 151).

Nessa direção, entendemos que a intervisão é um desses campos em que o intercâmbio entre apoio ambiental e autossuporte é solo fértil para o desenvolvimento dessa/desse terapeuta em contínua construção. Defendemos, então, que a troca que acontece em uma relação não hierárquica e pautada na confirmação, presença e inclusão da/do outra/outro e na disposição para uma comunicação aberta – elementos que, como pontuado anteriormente, estão presentes na relação dialógica – proporciona uma boa nutrição oferecida por esse meio, potencializando a ampliação da *awareness*, gerando crescimento interno da vivência da/do terapeuta e levando-a/levando-o à possibilidade de mobilização independente de recursos internos conquistados.

Assim, pela nossa vivência prática em intervisão, acreditamos que este campo pode nos auxiliar a “deixar de lado o que deveria ser e encarar quem está sendo” (ANDRADE, 2014, p. 154), como pessoas e psicoterapeutas criadoras/criadores do espetáculo das interações, da arte das relações. Se vemos o campo relacional como um palco e a relação dialógica como instrumento de relação, voltamos ao questionamento que fizemos: Quem são essas/esses artistas que constroem a arte da relação?

Revelando quem se é nesse encontro com outra/outro profissional, acreditamos que o trabalho de cada uma/um de nós consiste em nos apropriarmos da/do terapeuta que nos revelamos ser, com suas características, ritmos, movimentos, singularidades e estilos próprios. Isso consiste em conhecer e assumir nossas capacidades e incapacidades, flexibilidades e inflexibilidades, nossas cicatrizes e feridas abertas, nossas necessidades e experiências subjetivas.

Olhando para esse contexto, percebemos que é no contato que podemos assimilar o diferente e nos transformar, criando e recriando nossas emocionantes acrobacias na arte dos encontros entre parceiras/parceiros, em um processo contínuo de acrescentar camadas e níveis de profundidade à busca do próprio suporte, tão essencial à/ao terapeuta. Portanto, é mobilizando nossos próprios recursos e assumindo a falta deles que buscamos o apoio ambiental como nutrição, e não como dependência.

INTERVISÃO: AS ACROBACIAS DAS/DOS TRAPEZISTAS NO PICADEIRO

Vindas desse contexto de investigação sobre o aperfeiçoamento da/do psicoterapeuta e da conseqüente necessidade do desenvolvimento de autossuporte, deparamo-nos também com uma necessidade fundamental para qualquer definição que propuséssemos: tínhamos vários elementos configurando o fundo da nossa atuação, mas como, então, definia-se essa figura? Dito de outra forma, como poderia ser definida uma intervisão a partir de todas essas percepções? Qual seria seu objetivo e qual o melhor caminho para

atingi-lo? O olhar deveria estar direcionado para o acolhimento da/do outra/outro terapeuta ou para um suporte teórico voltado ao atendimento daquele caso? É primordial investigar as dificuldades dessa/desse cliente que se refletem como bloqueios para a terapia ou as feridas da/do própria/próprio terapeuta que ressoam com a dinâmica da/do cliente? Ou ainda, ao ouvir o caso da/do colega, nosso papel seria pontuar os pontos não tão claros ou sugerir caminhos para o trabalho terapêutico?

Assim, abrimos nosso olhar, a fim de encontrar bordas mais definidas da nossa figura. Em uma busca por textos que discutissem o tema da intervenção, rapidamente percebemos a escassez de reflexão sobre isso dentro da Gestalt-terapia ou até mesmo no campo geral da Psicologia. Nas poucas leituras que encontramos, a intervenção é citada como uma ferramenta que a/o profissional da Psicologia pode usar a seu favor, seja por uma questão técnica, seja por uma questão de autocuidado. Entretanto, um fato que chama atenção é que sempre que essas discussões trazem a palavra intervenção, elas trazem também a noção da supervisão junto, colada, ambas como esse lugar possível para se olhar para os casos em atendimento, mas sem necessariamente discriminar uma prática da outra e, principalmente, sem fazer uma reflexão sobre essas possibilidades. Não encontramos nenhum texto que explorasse especificamente a intervenção como tema. Isso nos levou a pensar que, mesmo sendo esta uma prática usual na Psicologia, a intervenção não é comumente refletida, discutida e pensada em suas várias nuances.

Quando olhamos para a história de construção da Gestalt-terapia no mundo e no Brasil, deparamo-nos com o fato de que a abordagem foi sempre construída a partir de muitos olhares, várias perspectivas e especialmente de trocas profundas entre o que se passavam com aquelas/aqueles que estavam pensando a teoria e suas/seus interlocutoras/interlocutoras, clientes e terapeutas. Portanto, desde sua origem, foi na construção conjunta que a Gestalt-terapia se fez.

Se olharmos por uma perspectiva do surgimento da supervisão, também perceberemos que há nela a construção coletiva e a necessidade da troca como fios condutores. A Psicanálise surge, para além das reflexões de Freud na relação com suas pacientes, enquanto construção teórica nas trocas que ele fazia com seu mentor e com suas/seus discípulas/discípulos sobre os casos em atendimento (QUADROS; ARAÚJO; SOUZA, 2018).

Portanto, em seu nascedouro, a prática da supervisão emergiu da necessidade de se estabelecer uma troca de impressões e discutir os casos clínicos a partir de diferentes escutas. Com a institucionalização da psicanálise, emerge um modelo hierárquico onde um analista mais experiente orientava um iniciante, mantendo-o sob sua supervisão. Constituindo-se aí, uma inversão do que ocorria nos primórdios dessa prática. (QUADROS; ARAÚJO; SOUZA, 2018, p. 130)

Ao pensar sobre qual seria o papel da supervisão no desenvolvimento da/do

profissional, alinhamo-nos e concordamos com a noção proposta pelas autoras, segundo a qual a busca que se dá entre supervisora/supervisor e supervisionanda/supervisionando é pela forma mais simétrica possível de relação, procurando “...construir um conjunto de possibilidades onde o terapeuta iniciante possa reconhecer-se e expressar-se como aquele que se apropria de seu fazer” (QUADROS; ARAÚJO; SOUZA, 2018, p. 131). As autoras pontuam, ainda, que o que consideram como ponto central dessa relação é a atitude das/os envolvidas/envolvidos em direção a “...uma ação de compartilhamento, acompanhamento e acolhimento a essa construção de um fazer que se constitui no risco, nas errâncias, e não nas certezas” (QUADROS; ARAÚJO; SOUZA, 2018, p. 133).

Como defendemos até o momento, a intervisão é também esse lugar de permissão e desenvolvimento de autossuporte e de um apropriar-se do seu próprio fazer, o que acontece na troca, no diálogo, na relação e a partir da confiança mútua. Em ambos os espaços – o da supervisão e o da intervisão –, a relação que se estabelece precisa ser pautada na confiança do *entre*, bem como na confiança no caminho que se percorre em conjunto. Porém, por mais que, a partir da Gestalt-terapia, se busque, no diálogo da supervisão, um caminho mais horizontal, entendemos que, em sua base, há uma dissimetria impossível de anular – dissimetria esta não presente na relação da intervisão. Há na supervisão uma pessoa que ensina e outra que aprende, uma que tem mais experiência e outra que busca aprendizados nessa trajetória, uma que comunica suas percepções e faz pontuações e outra que as absorve na medida em que façam sentido, uma que recebe pelo trabalho e outra que paga por ele. São papéis e posições diferentes. Além disso, outro fator que difere supervisão e intervisão se dá na constituição do campo que se revela no encontro das/dos profissionais. Sendo a proposta da intervisão a de um espaço de encontro sem hierarquia, configura-se nela um campo em que emergem elementos de interação específicos e diferentes daqueles que se revelam numa relação assimétrica.

Reforçamos aqui um ponto importante: não estamos qualificando os espaços como melhores ou piores ou como mais ou menos relevantes. Ao contrário. Estamos defendendo que, partindo do princípio de que precisamos nos trabalhar incansavelmente enquanto pessoas e profissionais para ocuparmos nosso papel de psicoterapeutas, é preciso ocupar espaços que nos permitam e favoreçam esse desenvolvimento. A supervisão tem um papel, a intervisão tem outro, o processo terapêutico, outro. Cada campo específico construído nesses encontros pode proporcionar toques diversificados na subjetividade da/do terapeuta, fazendo emergir diferentes camadas e tonalidades de contatos internos. Defendemos, então, que esses espaços são complementares, cada um trazendo sua potência, suas nuances e escrevendo um pedaço da história de nossa trajetória profissional.

Em uma tentativa de nos encaminharmos para uma leitura do que seria a intervisão, seu diferencial e seu objetivo, compreendemos que se trata de um espaço de desenvolvimento de autossuporte e aprimoramento do “ser terapeuta”, a partir de uma

relação que convida as/os envolvidas/envolvidos a construírem conjuntamente caminhos de apropriação de si. Construção esta que é pautada no diálogo aberto e sem julgamentos, na confiança do processo e na/no parceira/parceiro, além de uma troca genuína. É na interação terapeuta-terapeuta que figuras da relação terapeuta-cliente tornam-se mais nítidas e podem ser trabalhadas, permitindo que se olhe para além do caso de que a/o terapeuta escolhe falar. Parte-se daí, mas aí não se encerra ou se restringe. É da própria relação de parceria que se estabelece que emerge a potência de construção da/do terapeuta que se é. Pontuamos, ainda, que o grande diferencial desse espaço de construção de si comparado aos demais citados (supervisão e processo terapêutico) é a simetria da relação estabelecida, uma vez que as partes envolvidas ocupam lugares de fato semelhantes/simétricos. Nesse sentido, propomos que a figura dominante que se revela na intervenção possa ser *o próprio encontro terapeuta-terapeuta*, em que emergem nuances da forma específica de ser terapeuta e do caso a ser refletido. Isso porque é por meio do encontro que nos revelamos, nos construímos e nos recriamos, sempre atualizando, por meio do contato com a/o parceira/parceiro, nossa singularidade enquanto terapeuta, possibilitando-se, assim assimilações, crescimento e autossuporte. Vemos a dinâmica da intervenção como um emocionante espetáculo em que o encontro pode ser criado pelas pessoas que, ao mesmo tempo, o assistem. É o processo de consciência relacional acontecendo ao vivo em um espaço sem hierarquias e de confiança.

Como no picadeiro do circo, o espetáculo acontece na interação entre parceiras/parceiros trapezistas, que, no preparo constante e ininterrupto das acrobacias, apropriam-se de si mesmas/mesmos e de seus movimentos e singularidades, fluem entre ser seu próprio suporte e confiar no suporte da/do outra/outro, criam relação de confiança, abertura e possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos no início do texto, o intuito desta escrita foi o de construir um caminho reflexivo sobre o espaço da intervenção, a partir daquilo que se desenhou em nossa trajetória. Esse caminho de reflexão, que costura a vivência de intervenção em si com o exercício de pensar esse espaço, nos leva a percebê-la como um lugar privilegiado de aprimoramento e apropriação do ser da/do terapeuta, a partir do *entre* que se estabelece entre terapeutas parceiras/parceiros em uma relação Eu-Tu.

Sendo a intervenção campo de possibilidade de relação simétrica e sem hierarquia no qual a relação dialógica acontece de forma viva, cria-se um espaço de cuidado para trocas genuínas, diálogo aberto, confirmação das singularidades envolvidas e ampliação de percepção sobre o caso e sobre si. Desse modo, a intervenção constitui-se como base para o importante e constante exercício de desenvolvimento pessoal e profissional. Vemos

nela mais um campo fundamental em que o contato com a/o outra/outro e a assimilação do diferente gera *awareness*, crescimento interno, apropriação de si e aumento de autossuporte.

Durante o processo de escrita deste capítulo e do relato desse espetáculo vivido, veio-nos emergindo gradativamente aos olhos uma metáfora que representa a experiência do nosso encontro no palco da intervisão. Atentamo-nos para nossos movimentos, sensações, sentimentos, ritmos, que expressam o que sentimos. Percebemos o lúdico do nosso encontro, ao mesmo tempo que iam se revelando a precisão e o cuidado que temos em nosso trabalho. Admiramos a cena que mostra o campo em que se dá a arte do encontro. Dentre seus elementos, compreendemos principalmente o dialógico como espaço de apresentação de si, conexão com a/o outra/outro e expressão da potencialidade e da criatividade presentes na relação. Assim, deparamo-nos com a imagem do picadeiro do circo (circular e contínuo) como uma referência de palco onde um espetáculo criativo, espontâneo e lúdico acontece. Foi assim que percebemos o modo como se revela nosso campo de intervisão. Apoiamo-nos na relação dialógica como instrumento de encontro relacional, revelando nossa função não hierárquica de parceria e, assim, vimo-nos como trapezistas usando seus trapézios para saltar e voar alto ao encontro de sua parceira. Vimos, nas acrobacias que realizamos sozinhas, a expressão das nossas singularidades, porém, também vimos que somente nas acrobacias feitas em conjunto é que é possível arriscar o salto, balançando-nos e movimentando-nos juntas, construindo uma dança fluida no ar, impossível de se fazer sozinha. Como trapezistas, somos parceiras, temos uma relação de aceitação e confirmação uma da outra, aceitamos o risco de saltar, na confiança de que nos encontraremos no ar e criaremos, assim, mais movimentos e ritmos relacionais em camadas e dimensões que nunca cessam e sempre se atualizam. Deparamo-nos, então, com a conquista da própria força, da flexibilidade e da precisão dos movimentos que revelam nossos suportes internos e nos permitem ser criadoras e criaturas desse espetáculo.

Para finalizar este texto, e considerando que foi na partilha de nosso movimento e na exposição de nossa trajetória que ele aconteceu, achamos importante relatar, ainda, que escrever este capítulo em conjunto possibilitou-nos mais um campo de descobertas de nós e de nutrição de nossa relação. Emergiu entre nós salientes diferenças perante a forma de cada uma ao se relacionar com a pesquisa e a escrita propriamente dita. Tais diferenças se revelaram um valioso campo de experimentação do novo e do diferente, construindo – a princípio sem intenção de que essa diferença se revelasse como uma figura – intensas aprendizagens, crescimentos e experiências de uma camada relacional mais profunda. Diante desse campo, procuramos a todo momento estar conscientes da *forma* de cada uma, sempre cuidando para que fôssemos leais ao processo de descrição, abertura e genuinidade no que se refere a necessidades, percepções e sentidos diversos. Assim

como buscamos em intervenção, aqui procuramos vivenciar muito respeito e acolhimento pela forma, o ritmo e o tempo de cada uma, dando espaço para a expressão de todas as facilidades e limitações. Criamos um campo de aprendizagem ao acessarmos nossa capacidade de flexibilidade, em busca de caminhos do meio que possibilitassem a escrita em comum. Pela nossa vivência em intervenção, fortalecida agora pelo projeto de escrever este capítulo, pudemos experimentar mais uma vez a transformação que uma relação com aceitação, confirmação e abertura para a expressão pode criar. Experimentamos o gosto da liberdade, a potência da relação e a força para afirmar nossa existência e, assim, saltar em um voo ao encontro uma da outra.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. Autossuporte e heterossuporte. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (Orgs.). **Gestalt-terapia: conceitos fundamentais**. São Paulo: Summus Editorial, 2014. p. 147-162.

CARDELLA, B. **A construção do psicoterapeuta: uma abordagem gestáltica**. 2º ed. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

CHAGAS, E. Psicoterapia dialógica. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (Orgs.). **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2016. *E-book*.

HYCNER, R. **De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica**. 3ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

JOYCE, P.; SILSS, C. **Técnicas em Gestalt: aconselhamento e psicoterapia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

QUADROS, L. C. T.; ARAÚJO, E. S.; SOUZA, D. S. Supervisão em Gestalt-terapia: da delicadeza de ensinar à aventura de aprender. **Revista Nufen – Phenom. Interd.**, v. 10, n. 2, p. 127-143, 2018.

CAPÍTULO 7

AJUSTAMENTOS CRIADORES DIANTE DA DICOTOMIA CRIANÇA INTERIOR E ADULTO: A RECONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE IDENTITÁRIA DIANTE DO TRAUMA

Lílian Vanessa Nicácio Gusmão¹

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

— Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? — pergunta Kublai Khan.

— A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra — responde Marco Polo —, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

— Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

— Sem pedras, o arco não existe.

Ítalo Calvino

INTRODUÇÃO

Cuidar do outro só é possível quando estamos em contato com as vulnerabilidades que nos afetam. No papel de terapeutas, em relação, acolhemos as vulnerabilidades do campo, e não há um estar com outra pessoa que não seja também estar às voltas conosco.

À luz da teoria do self e dos demais conceitos da Gestalt-terapia, bem como de experimentos a partir do campo fenomenológico, o caso clínico aqui abordado acompanha a vivência de uma travessia traumática relacionada a uma experiência infantil e o lidar com a desimplicação no campo como possibilidade que se apresenta, ao mesmo tempo, como ajustamento criativo e defesa. As possibilidades desenvolvidas nesse percurso desenharam a curva do arco e permitiram o movimento em busca da incessante obra de ser si mesmo.

Acompanhar esse caso mobilizou aspectos que me permitiram identificar a necessidade de o consulente realizar travessias e perceber que há algo no fundo de vividos retidos, situações inacabadas. Ao mesmo tempo, foi necessário avaliar o meu nível de suporte interno, assim como o do consulente, para os experimentos diante da experiência traumática, menos para lembrar o acontecido do que para identificar introjetos disfuncionais das experiências e expressar emoções e atitudes retrofletidas. Esse movimento impulsionou o consulente a percorrer os aspectos inconclusos e a criar sua

1. Psicóloga graduada pela UFMG, especialista em Gestalt-terapia pelo IGTBa, professora e orientadora em Gestalt-terapia na Faculdade Estácio de Sá – Unijipa desde 2015 e em grupo de orientação de casos clínicos em GT e em Institutos em Rondônia e Roraima. Tem mestrado em Ciências Ambientais com ênfase na Prevenção de Transtornos Emocionais pela UNITAU. É sócia e psicóloga clínica no Instituto Vida Plena de Desenvolvimento Humano de Ji-paraná – RO e psicóloga clínica na Persona – Clínica de Psicologia em Ouro Preto do Oeste – RO. É cofundadora do Grupo de Estudos Figura Viva, em formação pela ABT, em Somatic Experiencing.

forma de estar no mundo a partir de suas necessidades, reencontrando o aconchego de um colo possível e recuperando, na relação com os filhos, ajustes criativos que permitiram o livre fluir nas dimensões presente, passada e futura.

Atender ao pedido de “ser colo” trouxe uma convocação ao meu lugar enquanto terapeuta, um lugar ético que pode acolher, ser continente afetivo, escutar o apelo por suporte e inclusão, provocar o desvio e estimular a produção de ajustamentos criativos e a reconquista da autonomia diante das vulnerabilidades, o que significou muito acerca de aonde já pude chegar e do quanto pude experienciar na relação terapêutica diante dos ajustes em trânsito.

Fazer clínica, acompanhar a relação organismo-ambiente é o entre e se constitui no processo de agressão/destruição e assimilação da novidade que emerge no campo, para que o crescimento tenha espaço.

Em estado de travessia, acompanhei a superação da dualidade criança interior e adulto do consulente, em que foi possível um trabalho no qual as experiências infantis puderam ser ressignificadas e ele pôde continuar na experiência de ser adulto a partir de novos ajustes criadores do self.

A SITUAÇÃO CLÍNICA: AS PEDRAS E O ARCO

Olhei para o ano que passou, e só tinha trabalho.

Não tinha eu.

Marco, 34 anos, primeira sessão de terapia

Apresento o caso clínico de Marco (nome fictício), atendido por 25 sessões, que trouxe como queixa principal diante do ano que havia passado o fato de lidar somente com o trabalho, e não consigo mesmo, e a dificuldade para achar uma direção.

Marco chegou ao consultório a partir de uma indicação, apresentando timidez, tensão, simpatia, ansiedade e mostrando-se ligeiramente constrangido por trazer sua história. Ele contou que começou a trabalhar com carteira assinada aos 13 anos de idade, que não teve adolescência liberada e que a mãe o deixava como seu assistente. Casou-se pela primeira vez aos 21 anos e, dessa relação, teve um filho; separou-se e manteve contato com a ex-mulher e o filho dentro das possibilidades. Houve alguns desencontros com o filho, uma vez que trabalhava muito.

Iniciou o segundo relacionamento alguns anos depois em outra cidade; lida com cobranças da esposa e cobra-se muito; trabalhou na área comercial e, devido à mudança de cidade, estava em busca de recolocação profissional. Estava acostumado a um ritmo

mais acelerado. Disse também que se coloca no lugar do outro em tudo, o que toma tempo de si, e, com as cobranças, às vezes se percebe travando:

— Vivo à sombra dos problemas dos outros.

Em uma das sessões, expôs que se sentia desestabilizado e que, quando se sentia assim, protegia-se do mundo, experimentava medo, desconfiança e falta de paz. Contou não ter lembranças da infância, nem mesmo em fotos. Diante disso, solicitei, caso fosse possível, que ele observasse no corpo alguma parte que estivesse mais presente a partir dos aspectos que havia trazido. Marco identificou o estômago, explicando ter gastrite desde pequeno.

Percebi que tinha trazido um aspecto da infância – a gastrite – e questionei se ele havia notado; respondeu que sim. Então propus, como recurso, caso permitisse, que percebesse o corpo naquele momento, mantendo a atenção em sua experiência corporal, e, a partir disso, fizesse contato com o órgão, através das funções de contato. Marco levou uma das mãos ao local e seu semblante mudou.

— Aqui eu me viro, enquanto você dá conta de tudo aí fora. (Órgão)

— Eu ficava esperando a morte da minha mãe... Ela dizia: “Vou morrer hoje”. Um dia eu a salvei.

Disse a ele que, para mim, salvar a mãe exigia um grande esforço e questionei como ele percebia isso. Respondeu que a gastrite tinha relação com o episódio acima e passou algumas sessões trazendo questões que o amedrontavam e o entristeciam e relatando como facilmente deixava de cuidar de si para lidar com outras prioridades. Em uma sessão posterior, abordou o cuidado consigo e a atenção à alimentação e trouxe os sintomas estomacais mais amenos.

Após algumas sessões, relatou que lembrar da infância era difícil e referiu a vergonha e a dificuldade de olhar para si mesmo pequeno, mencionando o quanto uma experiência de abuso o havia marcado sobremaneira.

Solicitei que, caso pudesse, percebesse seus apoios e verificasse qual parte do corpo se fazia presente. Como ele disse que sentia mais os pés, propus um experimento, uma vez que já estávamos no processo há algum tempo: o de que fizesse contato com os pés no chão e que, diante do que estava trazendo, ficasse atento ao movimento respiratório e a como era respirar naquele momento. Percebeu dificuldade de soltar o ar (expirar):

— O ar está preso... Sempre quis chorar quando criança e não conseguia.

Diversos movimentos corporais vieram: as mãos se fecharam, o rosto tinha um aspecto tenso e a respiração acelerou. Solicitei que ficasse atento ao que acontecia no corpo, as sensações, os movimentos e qual ponto estava mais presente. Ele moveu as mãos, ainda com os punhos cerrados, e disse:

— Sinto raiva.

Solicitei que fizesse contato com os apoios e fosse acompanhando o que acontecia no corpo a partir da raiva.

Marco ficou nesse contato e expliquei a ele que o estava acompanhando e que tínhamos tempo. Cerrou ainda mais os punhos e relatou o episódio de abuso infantil:

— Fui levado a um terreno baldio por meninos do bairro em que morava.

O semblante mudou. Contou que via a si mesmo pequeno ser abusado; seu tom de voz baixou e expressou tristeza ao se aproximar da cena. Solicitei que percebesse se havia alguma necessidade de expressão, sensação ou emoção que pudesse permitir, ressaltando que estava ali com ele e o apoiaria. Referiu que os braços estavam enrijecidos e que queria socar o agressor. Propus que, se fosse possível, o fizesse como que em câmera lenta. Os braços iam e vinham; depois, explicou que se abaixou e disse à criança que estaria sempre com ela. O choro se fez presente.

— Naquele momento não tinha ninguém, me senti sem pai nem mãe.

Em seguida, expressou o abandono e a proteção que ofertou:

— Foi bom eu ter aparecido.

Percebi que os punhos já não estavam cerrados e pedi para observar como se sentia com isso.

— Eu o protegi.

— Protegeu a quem? — questionei.

— Protegi a mim.

Solicitei que permanecesse em contato com os aspectos dessa experiência e que desse tempo a si mesmo para observar.

— Guardei a culpa todo esse tempo — ele disse.

Em sessões posteriores, Marco trouxe as questões conjugais e como se apresentavam difíceis. Não se percebia reconhecido e se sentia pressionado. A partir disso, dividiu algumas tarefas e reorganizou pontos da rotina com a esposa.

Durante esse período, o casal engravidou e passou por situações de aborto espontâneo. Com auxílio da técnica da cadeira vazia, conforme Figueiroa (2015) uma cadeira ou objeto, foram destinados a representar personagens de alguma situação inacabada, aspectos polares da personalidade, aspectos projetados ou qualquer outra possibilidade de dissociação ou conflito e se dá na forma de um diálogo que o cliente estabelece com a outra parte, intercambiando papéis, mudando de lugar, a fim de que o mesmo entre em contato com material novo que pela awareness possa ser reintegrado. O que tornou possível ao consultante perceber que gostaria de estar mais inteiro para receber os filhos e se expressar a eles:

— Agora estou me preparando para receber vocês.

Houve um intervalo no processo psicoterápico e, nesse tempo, nasceram dois filhos do casal e Marco lidou com lutos importantes, entre eles o da mãe. Em uma das sessões seguintes, trouxe o falecimento e a falta que sentia dela: “esqueci que fui filho”; “comecei a trabalhar cedo”; “fico cuidando e protegendo minha família”.

Como expôs sentir falta do colo da mãe e de ir a ela como filho, solicitei que, se possível, escolhesse, caso houvesse no consultório, algo que pudesse representar o colo da mãe. Ele respondeu que seria o meu colo, e, naquele momento, percebi que era possível assumir e ofertar algo do sagrado dessa experiência: “ser colo”. O choro do cliente veio de forma espontânea e convulsiva.

Aquele foi um movimento na díade relacional.

— Mãe, eu fiquei sozinho, sozinho — ele repetia.

O choro e a possibilidade do colo estavam presentes, mas minutos depois o choro foi perdendo força e deu lugar à quietude. Uma manta somou-se ao experimento.

Em outra sessão, veio decidido a não lidar com todas as pressões da esposa e percebeu que se realizava quando ia naturalmente, sem as cobranças dela, tratar das questões domésticas, do mercado, das crianças, do casamento. Também percebeu que se posicionou na relação conjugal e que vinha desempenhando melhor as atividades de trabalho:

— Fiquei mais agressivo para o meu profissional, fiquei feliz. Se conseguir atingir as metas, ok; se não, não vou ficar me cobrando.

Explicou, ainda, que a esposa havia diminuído a carga horária de trabalho para estar mais com os filhos e contou que o estresse também havia diminuído.

À medida que se permitia trazer seus limites, percebeu os impactos na relação conjugal:

— [Isso] Tirou um peso nosso.

Referiu também que vinha vivendo experiências gratificantes com os filhos:

— Revivo com os filhos uma infância, como se fosse com meu pai: céu azul, pipa, carrinho e banho de bacia. Esse é um momento de expansão, tenho ido para a música, para equilibrar; é onde quero estar, traz paz.

Comuniquei a Marco que suas experiências de crescimento estavam se dando na medida em que se ofertava abertura e cuidado a partir do próprio desejo. Percebi que ele havia percorrido a travessia pela ponte e que agora seria possível percorrer o caminho a partir de uma nova forma.

AS CORRELAÇÕES NA GESTALT-TERAPIA – A CURVA DO ARCO

A criança que fui chora na estrada.
Deixei-a ali quando vim ser quem sou;
Mas hoje, vendo que o que sou é nada,
Quero ir buscar quem fui onde ficou.
Fernando Pessoa

A partir do método fenomenológico, o psicoterapeuta atua como um heterossuporte e auxilia a estabelecer a ponte por meio da presença e da abertura na relação dialógica. De acordo com Müller-Granzotto e Müller-Granzotto, “o que importa ao clínico é, em tese, deixar-se arrebatado por aquilo, que, no campo clínico, emerge como figura” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 139). No caso citado, o que se apresentou inicialmente foi a queixa de não olhar para si mesmo, pois só havia lugar para trabalho; foi a partir daí que o consultante trouxe o incômodo por se sentir desestabilizado.

Segundo Alvim (2020, p. 79), nosso corpo-tempo, capaz de criar e transformar o mundo, tem sido um corpo-máquina a serviço da maquinaria do sistema capitalista neoliberal, do trabalho. Mas o corpo-tempo vive e precisa resistir, afirma o autor.

Marco, o consultante do caso que relatei, apresentou, em sua queixa, a possibilidade de abertura para novo ajuste criativo, demonstrando que, naquele momento, já não respondia às suas necessidades. Percebo beleza e resistência nesse movimento, como algo reconhecido pelo organismo, que agora, diante dessa percepção, pôde buscar formas de se autorregular.

Ajustamento criativo é o processo pelo qual o corpo-pessoa, usando sua espontaneidade instintiva, encontra em si, no meio ambiente ou em ambos soluções disponíveis, às vezes aparentemente não claras, de se autorregular. Estamos sempre num campo, sendo nós mesmos um campo, e é nessa relação de campos e entre campos que tudo acontece. Estamos sempre numa relação parte-todo, figura-fundo, dentro-fora, na qual o organismo acontece como um todo. Estar saudável é estar atento a esse processo, enquanto a doença é a ruptura dessa relação orgânica e natural. Não teríamos condição de nos ajustar, se isso dependesse exclusivamente de um ato formal de nossa vontade. (RIBEIRO, 2016 p. 64)

No caso de Marco, o reencontro com o passado na infância da qual não tinha lembranças pôde se dar na medida em que ele trouxe a gastrite que o acompanhava desde pequeno. Nesse sentido, pode-se recordar que, “em Gestalt-terapia, o sintoma corporal é deliberadamente utilizado como ‘porta de entrada’ que permite um contato direto com o cliente, respeitando a via que ele mesmo escolheu, embora, com frequência, involuntariamente” (GINGER; GINGER, 1995, p.161).

Utilizar recursos que favoreceram a *awareness* no presente permitiu a Marco

dissolver o conhecido imutável presente no órgão escolhido, pela vivência dolorosa infantil, e permitiu-lhe formar uma nova figura. Dessa forma, o presente

é uma passagem do passado em direção ao futuro. O passado é o que não muda e é essencialmente imutável. Desse modo, as abstrações e a “realidade” abstrata imutável são construções da experiência passada fixada. Ao concentrar-se a *awareness* na situação concreta, essa preteridade da situação se dá como sendo o estado do organismo e do ambiente; mas de imediato, no instante mesmo da concentração, o conhecido imutável está se dissolvendo em muitas possibilidades e é visto como uma potencialidade. À medida que a concentração prossegue, essas possibilidades são retransformadas em uma nova figura que emerge do fundo de potencialidade: o self se percebe identificando-se com algumas das possibilidades e alienando outras. O futuro, o porvir, é o caráter direcionado desse processo a partir das muitas possibilidades em direção a uma nova figura única. (Perls; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p.181).

A partir daí, foi possível o trabalho com um recurso favorecedor de *awareness* não verbal, a identificação e a localização no corpo de sensações e sentimentos, o que possibilitou ao cliente descrever como os experienciava e expressar que permanecia em contato, pois a essência da sensação está no fluxo.

Segundo Schnake (2008), o órgão doente fala de muitos modos, e, enquanto a pessoa não entender a mensagem, eles serão inimigos. Enquanto isso acontece, a pessoa não está fazendo nada que favoreça sua cura, mas tentando se livrar de uma parte de si mesma que nunca compreendeu totalmente.

A abertura ao órgão elegido por Marco – o estômago – permitiu o contato com aspectos da dor, e o trabalho que me coube enquanto psicoterapeuta foi o de realizar a leitura fenomenológica e devolver seus conteúdos para serem comparados ao funcionamento psíquico dele. Ao mesmo tempo que Marco ouvia o que o órgão tinha a dizer, movimentava-se, para que essa parte fosse ouvida e atendida, e ficava, ao término do trabalho, *aware* dessa necessidade em relação ao si mesmo como integrador da experiência. O órgão sustentou algo que não havia sido possível demonstrar de outra forma. Assim, pode-se lembrar o que afirma Kepner:

Quando as funções de contato não estão disponíveis para a consciência, o corpo não pode mais se adaptar fluentemente ao seu mundo. Os aspectos do funcionamento de uma pessoa que são negados, isto é, não são experimentados como parte de si mesmo, não estão totalmente disponíveis para contato com o meio ambiente. Quanto mais limitadas são as capacidades de contato, mais fragmentada, desorganizada e sujeita à resistência se torna a experiência de si e do ambiente. (KEPNER, 2000, p. 6)

O corpo, as suas funções de contato e a saúde psicológica se relacionam à perda dessas funções quando há uma separação do ser corporal. Nesse sentido, Marco pôde trazer algo do fundo de vividos de uma experiência de ter salvado a mãe da morte após

lidar com situações em que ela dizia que iria morrer. Segundo Perls, Hefferline e Goodman,

a deliberação inibitória operada pela criança, ou, ainda, a inibição deliberada, está na base daquilo que possa ser considerado um comportamento neurótico, embora não haja absolutamente nada de neurótico em tal deliberação, em si ela é um ajustamento criador. Trata-se de um tipo de interação social cuja característica é a interdição dos hábitos com base nos quais, a função de ato pode criar. A função de ato não permite mais adaptar os excitamentos às possibilidades disponíveis no meio social. Ela parou sua ação. É assim que a inibição deliberada sempre tem a ver com a contração muscular, com a interrupção dos movimentos que possibilitariam que uma função de ato operasse criativamente com o fundo de excitamentos. (PHG, 1997, p. 233)

Após algumas sessões, Marco trouxe a situação de abuso vivenciada na infância. O trabalho ocorreu dentro de seu limite e no sentido de buscar o suporte necessário para a propriocepção, resgatando o processo sensório-afetivo do cliente, que, através da respiração, localizou os pés como contato e como um dos recursos para atravessar sua experiência dolorosa.

Muito importante no trabalho com traumas são os recursos da respiração, do enraizamento, o trabalho com metáforas, técnicas de relaxamento, recursos artísticos, entre outros. Existem trabalhos específicos de respiração que fazem uma ativação neurofisiológica do sistema nervoso parassimpático que vai ajudar a desativar o estado de alerta provocado pela sobre ativação do sistema nervoso simpático. Técnicas específicas de enraizamento que irão ajudar no desenvolvimento do suporte interno, a *awareness* dos apoios físicos, da sustentação física, ajuda o cliente a ir se conectando com sua sustentação emocional, lembrando que, para se trabalhar com uma pessoa traumatizada, faz-se mister entender sua vulnerabilidade singular e única. (BRITO, 2020, p. 23)

O trabalho com Marco foi considerado por mim a partir de uma perspectiva de campo no aqui-e-agora, ou seja, como parte de um sistema relacional em busca da *awareness*. O trauma interfere nessa relação, estando não no evento, mas sim na fisiologia da pessoa.

De acordo com Brito (2020), diante de uma intensidade que ultrapassa a emergência segura, o indivíduo não tem apoio interno para integrar e, então, ultrapassa essa autorregulação, configurando-se, assim, a situação traumática, a qual altera a bioquímica cerebral, ativa mudanças hormonais, aumenta a produção de adrenalina, cortisol e opioides. Ela afeta nosso sistema nervoso, prejudicando a capacidade de autodefesa e de ajustamentos criativos de sobrevivência e criando situações inacabadas, interrupções de contato. O trauma de desenvolvimento de um choque, que ocorre em algum estágio do desenvolvimento infantil, é inesperado, súbito e grande para o indivíduo, não ofertando suporte ao sistema nervoso para compreender e assimilar o acontecimento.

A desorganização a que se referia Marco quando se desestabilizava trazia sentimentos de medo, intenso desamparo e perda de controle, que se referem a aspectos

relacionados ao trauma de desenvolvimento de choque e à ativação do sistema nervoso simpático, causando uma resposta fisiológica que provoca a sensação de uma ameaça constante.

De acordo com Yontef (1998), o adulto vítima de abuso na infância deve ser compreendido além do tempo cronológico, via temporalidade do aqui-e-agora, que considera significativo todo passado e futuro retidos no presente, uma vez que toda existência é perpassada por passado, presente e futuro no aqui-e-agora.

O convite a Marco para o experimento ofertou-lhe a oportunidade de atuar dentro das possibilidades do aqui-e-agora e permitiu-lhe desenvolver a *awareness* da experiência presente, tocando dores abertas a partir da reconstrução de contatos interrompidos. O trabalho se deu dentro da idade em que o trauma ocorreu, com a inserção dos recursos possíveis ao cliente, pois estes foram a segurança de Marco. Como afirma Zinker,

o experimento é a pedra angular do aprendizado experiencial. Ele transforma o falar em fazer, as recordações estéreis e as teorizações em estar plenamente presente aqui, com a totalidade da imaginação, da energia e da excitação. Por exemplo, ao reviver em ato uma antiga situação inacabada, o cliente é capaz de compreendê-la com mais riqueza e completar essa vivência com os recursos de sua nova sabedoria e entendimento de vida. (ZINKER, 2007, p. 141-142)

A Gestalt-terapia é uma abordagem relacional, o sofrimento é fenômeno do campo, brota em relação à alteridade e é, de forma paradoxal, por ela sustentado. Explicitar o conceito de self é considerar a fronteira de contato, lugar em que ocorre a experiência; para além do paradigma individual, trata-se de uma estrutura processual.

Sobre o conceito de self, de acordo com PHG,

chamamos self ao sistema complexo de contatos necessário ao ajustamento no campo imbricado. O self pode ser considerado como estando na fronteira do organismo, mas a própria fronteira não está isolada do ambiente; entra em contato com este; e pertence a ambos, ao ambiente e ao organismo (PHG, 1997, p. 179).

Marco apresentava uma constante insatisfação pelo fato de que, por mais que tentasse, não supria as demandas da esposa, da família e do trabalho. Dedicava-se muito em atender às necessidades mais emergentes do meio, mas não tinha sucesso nisso.

De acordo com Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012, p. 185), o “neurótico” se queixa de um personagem, inclusive ele próprio, que encarna os interesses do outro social capitalista ao qual não consegue satisfazer. Ele é fruto dessa opressão, para a qual a queixa neurótica é indicativa de uma doença a ser tratada. O apego a cenas do passado, a dúvida em relação ao presente e o medo do futuro constituem estratégias de suspensão do peso das demandas de alienação geradas pelo produtivismo consumista,

são o ajustamento criador.

Os introjetos são as primeiras formas de darmos conta do mundo e nos ajustarmos a ele. No caso tratado, os introjetos de Marco foram se apresentando a partir da projeção pelo adulto da relação com a mãe: “me deixava como ajudante dela”, “esqueci que fui filho”, “não tive adolescência liberada”. Como afirma Perls (1981), a introjeção é o mecanismo neurótico pelo qual incorporamos em nós normas, atitudes, modos de agir e de pensar que não são nossos.

Na medida em que pôde percorrer o caminho rumo às suas necessidades, Marco desalojou de si o cuidado com a mãe e se percebeu como filho diante de suas necessidades.

Enquanto criança, ele desenvolveu uma gastrite, outro ajustamento e defesa: retrofletir. Nessa situação, ao invés de direcionar uma ação ao meio, a pessoa a direciona para dentro, não permite que a necessidade seja expressa e inicia o processo retroflexivo. Quanto a isso, Perls (1981) aponta que, ao suportar as introjeções indigestas, a pessoa trata a si mesma como originalmente quis tratar os outros. Assim, Marco se depara com a impossibilidade de desalojar as introjeções e direcionar para o meio suas energias; ao contrário, ele deixa de atender a si mesmo e direciona para si uma energia agressiva, a gastrite.

Um outro ajustamento possível a Marco para não engolir sem mastigar (introjetar) e não retrofletir (dar conta em si mesmo, implodir) foi o de banalizar. Havia um declínio no desejo, de forma que foi necessário, no processo psicoterápico, acolher e encorajar a capacidade de Marco enfrentar o outro capitalista em uma postura crítica em relação às causas de sua banalização.

Segundo Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012, p. 203), o ajustamento banal se configura na medida em que não se pode operar com os próprios desejos, assim não se satisfazem as expectativas do outro capitalista e promove-se a “substituição” dos desejos e identidades sociais por sobras sociais. A única forma de resistir é fugir do conflito. Como clínicos, cabe-nos acolher essa diferença, escutar o que se diz.

Quando a alienação do próprio desejo é o possível, ajustar-se banalmente é ajustamento criativo e defesa, assim foge-se do conflito, evitando-se a vulnerabilização. Na psicoterapia, houve espaço para Marco se vulnerabilizar e expor um pedido solidário – “discreto pedido de socorro” – diante das perdas que atravessou (mãe e filhos), o qual trouxe um ajuste criador. “Essa vulnerabilidade pode ser o ponto de ativação de ajustamentos criativos – que não são mais que discretos pedidos de socorro, aos quais denominamos de ajustamentos de inclusão” (Müller-Granzotto; Müller-Granzotto, 2012, p. 167).

Marco se sentia destituído identitariamente. Tinha trabalho e família, mas essas relações o suprimiam e, assim, ele não conseguia se reconhecer no âmbito identitário. A relação terapêutica, segundo Cardella (2020, p. 178), precisa se configurar morada

humana, hospitalidade ao mistério que é o ser humano, deve reconhecer o sofrimento sem reduzir-se a ele. Logo, faz-se necessário ao terapeuta reconhecer as dimensões singulares e universais da pessoa, ao aprender não somente *sobre* ela, mas *com* ela.

Para Marco, pedir colo e representar o colo da mãe no meu representaram um ajustamento criador. Pedir significou muito em um processo como o dele e permitiu-lhe se fortalecer em seu processo identitário e ser pai, além de revisitar e resgatar aspectos da infância, o que evidenciou o lugar do desvio como possível.

Quando cresce, o eu se arrisca; corre o risco de sofrer se evitar esse risco [por] muito tempo e, portanto, deve destruir muitos preconceitos, introjeções, laços com o passado, segurança, planos e ambições, ele se arrisca com entusiasmo se pode aceitar viver no presente. (PHG, 1997, p. 368)

Marco, enquanto homem, é um vir-a-ser, e agora os conteúdos das experiências traumáticas o conduzem a outra significação, em um campo que resgata uma identidade com esperança. A partir do encontro em que as situações inacabadas da criança interior puderam se atualizar no exercício de ser pai, ele agora ganha suporte interno na relação com os filhos e resgata a forma como a criança experiencia o mundo.

Conforme Buber (2009, p. 159) aponta, a relação dialógica se manifesta com o outro; e é ao penetrar essa relação essencial que o homem se torna Eu na relação com o Tu (BUBER, 1974, p. 32). Na abordagem dialógica, Buber (2009) identifica uma comunidade em evolução, na qual os indivíduos, ao invés de estarem um ao lado do outro, poderão estar-um-com-o-outro.

As experiências no campo clínico permitiram a Marco a abertura para estar com o outro diante das suas necessidades e, a partir da relação com os filhos, a ser convocado ao exercício de ser pai, o que beneficia a díade relacional. Ter a oportunidade de semear a expressão afetiva no exercício do contato e, assim, ressignificar as experiências infantis é, na dinâmica do campo, um ajuste criador. Essa abertura trouxe ao consulente possibilidades diante do estranhamento de não estar consigo mesmo, de forma que, após o percurso, ele já não se encontrava destituído de si.

CONCLUSÃO

À atenção ao caminho trilhado na ponte, nas formas e ajustes que foram se tecendo no campo somou-se a necessidade de acolher, auxiliar na construção de desejos e ser uma interlocutora solidária no compartilhamento dos sentimentos, valores e pensamentos, recuperando uma linha evolutiva das formas de se ajustar de Marco.

Os ajustamentos haviam se iniciado a partir de introjeções disfuncionais em relação ao significado do trauma, e, no trabalho clínico, ele pôde desalojar de si o cuidado com a mãe e se perceber como filho com necessidades.

Enquanto criança, Marco desenvolveu uma gastrite, outro ajustamento e defesa. Ao retrofletir, ao invés de ter uma ação voltada para o meio, ele a direcionou para dentro, o que não permitiu que a necessidade pudesse ser expressa, de forma que se iniciou o processo na manifestação corporal (gastrite) das ações e emoções não expressas diante das experiências de esperar a morte da mãe e de tentar salvá-la.

Outro ajuste que se apresentou foi o ajustamento banal diante da vulnerabilidade, que tem como resposta criativa a fuga ao conflito, o que se manifestou nas queixas em relação à esposa, a si mesmo, às dificuldades para conseguir o trabalho de que gostaria e para se qualificar, além de demonstrar como uma experiência muito dolorosa acaba contribuindo para uma desimplicação no campo, como uma forma de fazer frente ao efeito opressivo das demandas de produção. Como vimos, quando a alienação é o possível, ajustar-se banalmente é ajustamento criativo e defesa.

O ajuste de inclusão também ocorre no processo terapêutico, através do pedido solidário ao terapeuta para ser colo, diante do aceite do terapeuta e em sua atuação como um corpo solidário, um suporte nesse lugar de cuidado seguro expressar o choro convulsivo e a afirmação, permitem o acolhimento radical e ampliar um protagonismo do qual ele nunca desistiu e que não poderia exercer sozinho. Esses ajustes viabilizaram a ida ao encontro de um lugar possível de realidade onde com maior clareza percebe suas necessidades e interesses, e a integração no encontro consigo e com outras crianças (no caso, os filhos). Considerar e trabalhar o movimento de travessia para uma nova representação que possa servir desvia o curso a partir da solidariedade humana.

Os ajustamentos estão sempre em trânsito, e esse caso trouxe a possibilidade de percorrê-los, o que representou o contato com espontaneidade, imaginação, awareness e manipulação, aspectos recuperados do fundo de vividos -a infância e agora ressignificados pelas experiências, liberando o fluxo entre as experiências passadas e as possibilidades futuras e a abertura para se ligar efetivamente a um lugar social, uma identidade objetiva: ser pai.

O encontro com sua trajetória permitiu a Marco a travessia de um organismo inibido em seus excitamentos, bloqueado em sua ação criativa e desidentificado como sujeito social – uma vez que não reconhecia seu valor – para um horizonte de possibilidades futuras, um caminho de experiência de contato, abertura e identificação com os desejos, experimentando a singularidade e a potência que residem na paternidade trans-formadora.

Assim, foi possível ir além do binarismo criança/adulto, em direção a uma clínica possível no livre fluir dessas experiências aparentemente opostas e passíveis, agora, de integração em uma identidade única, mudar de campo nem sempre é falir.

Após a travessia psicoterápica, nós nos reencontramos em uma praça; estávamos ambos com os filhos. Ele se aproximou, e seu semblante era o de quem está no lugar

que escolheu, já em posse de si, atualizado e pertencente a um novo aqui, agora e a seguir, crescer é assimilar as possibilidades do campo, sustentar-se sobre novo fundo e reescrever a si mesmo.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. B. Contato em tempos de pandemia. *In: Associação Brasileira de Gestalt-terapia e Abordagem Gestáltica (Org.). Vozes em letras: olhares da Gestalt-terapia para a situação de pandemia.* Curitiba: CRV, 2020. (Coleção Vozes em letras, v. 1)
- BRITO, M. A. Q. de. O trauma segundo o enfoque da Gestalt-terapia. *In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. (Orgs.). Enfrentando crises e fechando gestalten.* 1ª ed. São Paulo: Summus, 2020.
- BUBER, M. *Eu e Tu.* São Paulo: Cortez e Moraes, 1974.
- BUBER, M. *Do diálogo e do dialógico.* São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CARDELLA, B. H. P. As dimensões do sofrimento e a recordação do humano. *In: Associação Brasileira de Gestalt-terapia e Abordagem Gestáltica (Org.). Vozes em letras: olhares da Gestalt-terapia para a situação de pandemia.* Curitiba: CRV, 2020. (Coleção Vozes em letras, v. 1)
- FIGUEIROA, M. As técnicas em Gestalt-terapia. *In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. (Orgs.). A clínica, a relação terapêutica e o manejo em Gestalt-terapia.* 1ª ed. São Paulo: Summus, 2015.
- GINGER, S.; GINGER, A. *Gestalt – uma terapia do contato.* São Paulo: Summus, 1995.
- KEPNER, J. I.; ZINKER, J. *Proceso corporal: un enfoque gestalt para el trabajo corporal en psicoterapia.* Tradução de Jorge Abenamar Suárez Arana. 1ª ed. México: Editorial El Manual Moderno, 2000.
- MÜLLER-GRANZOTTO, M. J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. *Clínicas gestálticas: sentido ético, político e antropológico da teoria do self.* São Paulo: Summus, 2012.
- PERLS, F. *A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. *Gestalt-terapia.* São Paulo: Summus, 1997.
- RIBEIRO, J. P. *Vade-mécum de Gestalt-terapia: conceitos básicos.* 3ª ed. São Paulo: Summus, 2016.
- SCHNAKE, A. *Dialogos del Cuerpo.* 2ª ed. Santiago do Chile: Cuatro Vientos, 2008.
- YONTEF, G. *Processo, Diálogo e Awareness: ensaios em Gestalt-terapia.* São Paulo: Summus, 1998.
- ZINKER, J. *Processo criativo em Gestalt-terapia.* São Paulo: Summus, 2007.

UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL

Elis Moura Marques¹

A Gestalt-terapia foi parcialmente construída em um contexto de migração. *Ego, Hunger and Aggression: A Revision of Freud's Theory and Method* (1942)² tem seu berço na África do Sul e foi desenhado pelas mãos de uma mulher e de um homem de origem alemã, que fugiam da ascensão do nazismo em seu país. Alguns anos depois, ao continuarem seu movimento migratório, encontraram dois americanos em Nova York, Paul Goodman e Ralph Hefferline, com quem construíram um pouco mais da teoria que nos referencia hoje e que culminou na publicação do *Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality*³, em 1951, um marco histórico para a Gestalt-terapia.

O contato com a experiência de migração impacta intimamente nossos sentidos de vida. Trata-se de uma experiência de adversidade que convoca intensamente nossa capacidade de ajustamento criativo, afinal, um novo contexto cultural demanda novas estratégias para atender às necessidades que se tornam figura. O olhar gestáltico ressalta a importância do contato com a novidade para um ajustamento criativo possível frente às necessidades que emergem, sendo demandado de nossas fronteiras de contato flexibilidade para assimilar ou rejeitar aquilo que se apresenta como novo.

Nesse sentido, é bastante significativo pensarmos que o conceito de fronteira foi conjuntamente formulado por pessoas que necessitaram atravessar fronteiras reais e que contaram com a flexível aceitabilidade da novidade que eles próprios seriam nos novos países de acolhida. Grande parte das pessoas migrantes e refugiadas de nosso tempo vivenciam um expressivo sofrimento em virtude das rígidas fronteiras geopolíticas que encontram nos países de destino e também das rígidas fronteiras de contato com a comunidade anfitriã, impedindo-as, por vezes, de serem reconhecidas como sujeitos de direitos. Portanto, reafirma-se o que propõe Alvim: “em lugar de separar, a fronteira [deve ser] compreendida como espaço-tempo de encontrar com a diferença e a oportunidade de criação e expansão” (ALVIM, 2019, p. 886).

O número de migrantes internacionais já corresponde a 3,5% da população mundial, totalizando 272 milhões de pessoas. Isso significa que a cada trinta pessoas, uma escolhe

1. Gestalt-Terapeuta. Psicóloga (UFRR). Especialista em Saúde Mental (UCDB) e em Neurociência Clínica (UNYLEYA). Psicóloga Clínica e Trabalhadora Humanitária

2. Obra traduzida e publicada no Brasil em 2002 com o título *Ego, Fome e Agressão: Uma revisão da teoria e do método de Freud*.

3. Obra traduzida e publicada no Brasil em 1997 com o título *Gestalt-terapia*.

migrar para outro país, em busca de melhorias de condições de vida (IOM⁴, 2020). Até o final de 2019, quase 80 milhões de pessoas foram forçadas a escolher se deslocar, para fugir de graves violações dos direitos humanos, como guerras e perseguições a grupos específicos, o que corresponde a 1% da população mundial, número que praticamente dobrou na última década (UNHCR⁵, 2020). O cenário de migração é complexo e multifacetado, e, para a compreensão das singularidades desses grupos, tendo como base as políticas internacionais de proteção, são consideradas pessoas migrantes aquelas que se deslocam de forma voluntária buscando melhoria das condições de vida,

[...] são todas as pessoas que deixam seus países de origem com o objetivo de se estabelecer em outro país de forma temporária ou permanente. Os migrantes podem ter, entre outras, motivações sociais e econômicas, pois tentam escapar da pobreza ou do desemprego, buscando melhores condições de vida, maior acesso a trabalho, saúde e educação (ACNUR, 2012, p. 6).

No que se refere às pessoas refugiadas, o processo migratório implica uma necessidade de proteção internacional:

[...] são todos os homens e mulheres (idosos, jovens e crianças) que foram obrigados a deixar seus países de origem por causa de um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou por suas opiniões políticas. A legislação brasileira sobre refúgio (Lei 9.474, de 22 de julho de 1997) também reconhece como refugiadas as pessoas que foram obrigadas a sair de seus países devido a conflitos armados, violência e violação generalizada de direitos humanos (ACNUR, 2012, p. 6).

Nesse contexto, a Venezuela vivencia uma grave e generalizada violação de direitos humanos, em razão de uma crise econômica e política que culminou no deslocamento de quase 5 milhões de pessoas nos últimos anos, sendo atualmente um dos maiores deslocamentos internacionais, perdendo em números apenas para o caso da Síria, o que resultou em um aumento de 8 mil por cento de solicitações de refúgio por pessoas dessa nacionalidade (UNHCR, 2020). Trata-se, em sua maioria, de famílias com crianças, mulheres grávidas, pessoas idosas e pessoas com deficiência, que buscam os países vizinhos para escapar da fome, da insegurança e da violência, além das dificuldades que atravessam para acessar serviços essenciais e medicamentos em seu país de origem.

Apesar de a Colômbia ser o destino principal desse público, o Brasil se tornou um dos países de acolhida, em virtude de sua localização geográfica. As autoridades brasileiras estimam que aproximadamente 260 mil venezuelanos residam no país, sendo que, entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio

4. *International Organization for Migration (IOM)*. Em português, Organização Internacional para as Migrações (OIM).

5. *United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)*. Em português, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

e de residência temporária (UNICEF⁶, 2019). Em junho de 2019, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) reconheceu a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, admitindo 46 mil pessoas venezuelanas como refugiadas no Brasil. No entanto, até julho de 2020, foram registradas mais de 130 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado(a) por venezuelanos(as) no país (UNHCR, 2020). Atualmente, a situação de vida dessa população se agravou, devido às medidas restritivas de fechamento de fronteiras em decorrência de políticas sanitárias em relação à pandemia de COVID-19. A impossibilidade de ingresso regular nos países de acolhida impõe o uso de rotas clandestinas, que expõem essas pessoas a outras formas de violação de direitos durante o percurso, e, ao chegarem ao destino, inviabiliza o acesso a documentação e, por vezes, até a serviços essenciais.

Nesse sentido, tem-se um contexto complexo que demanda respostas em diferentes âmbitos, a fim de reduzir os danos produzidos pelo deslocamento forçado em pessoas que já se encontram em situações de vulnerabilidade. Como afirma Alvim sobre a invisibilização dos corpos vulneráveis ao nosso redor,

[...] não nos é recomendado tapar os olhos para evitar ver o que nos inquietaria ao olharmos, mas, ao contrário disso, lançarmo-nos na aventura do encontro na fronteira, apostando na premissa gestáltica do encontro com a diferença que é o melhor modo de combater a polarização e a invisibilização (ALVIM, 2019, p. 887).

Assim, considerando esse fenômeno migratório que vivenciamos em nosso tempo, a Gestalt-terapia necessita alcançar também esses grupos e suas particularidades. É importante ressaltar que o contato com pessoas migrantes e refugiadas não se restringe às pessoas que moram próximo das fronteiras e/ou em grandes centros urbanos, pois uma das políticas de ajuda humanitária implementadas para o acolhimento da população venezuelana foi justamente o programa de interiorização promovido pela Operação Acolhida⁷, que tem como objetivo facilitar o acesso de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas a outras localidades brasileiras, para que tenham acesso a melhores condições de vida, como acesso a empregos e aos serviços públicos, diminuindo, assim, a concentração de pessoas nas regiões de fronteiras e, logo, a sobrecarga dos serviços públicos. Em meados do mês de abril de 2021, comemorou-se o marco de 50 mil pessoas venezuelanas interiorizadas no Brasil. Além disso, considera-se ainda que o Brasil conta com pessoas migrantes e refugiadas de outras nacionalidades, como vindos do Haiti, que

6. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

7. Força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil que oferece assistência emergencial a pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. A Operação Acolhida está organizada em três eixos: ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; acolhimento – oferta de abrigo (Roraima conta atualmente com 11 abrigos, localizados em Boa Vista e Pacaraima), alimentação e atenção à saúde; interiorização – deslocamento voluntário de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas de Roraima para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

se concentram em Santa Catarina, da Síria, que residem principalmente em São Paulo, além das pessoas de origem senegalesa, cubana, angolana, etc., que estão por todo o país (BRASIL, 2020). Reconhecer pessoas migrantes e refugiadas como parte de nossa experiência de campo atual é participar do processo de resgate de suas humanidades, que foram usurpadas, sobretudo daquelas que necessitaram migrar forçadamente e que estão expostas a diversas outras formas de violência em seu novo contexto de vida, como a desumanizante xenofobia. Afinal,

[...] a Gestalt-terapia é, por definição, uma clínica ampliada, um modo de se pensar a intervenção em todo e em qualquer lugar onde existem relações humanas fragilizadas e que precisam de uma atitude diferenciada de atenção a essas demandas. Perceber a vulnerabilidade do campo e pensar ações perante elas é algo que podemos e devemos fazer em qualquer espaço de atuação em que estamos imersos (BELMINO, 2020, p. 205).

Em um viés gestáltico, o sofrimento advindo de situações de adversidade, como emergências e desastres, já vem sendo discutido, ressaltando-se o nosso papel na construção de “espaços para que essas pessoas organizem sua atual condição, assolada pelo sofrimento que não escolheram sentir, através de uma aceitação solidária e incondicional do atual momento que estejam vivendo” (CALIXTO; BELMINO, 2015, p. 213). Nessas situações, o conjunto de representações que formavam o outro social em nós e que nos espelhavam se perde, por isso, faz-se necessário

[...] acolher o sofrimento dessas pessoas, as quais, acometidas de um desastre, perdem as suas ligações com o mundo que lhes constituía como o que foi, é e iria ser. O conhecido “Zé de Joana”, dono da bodega da esquina, não existe mais, sua esposa morreu e sua bodega foi destruída pela água da enchente (CALIXTO; BELMINO, 2015, p. 212).

As produções gestálticas inseridas nessa temática contribuem para a construção de um olhar singularizado para essas experiências de rupturas abruptas com um modo de vida construído, experiências similares ao que é vivenciado por pessoas venezuelanas que migram, sobretudo as que se deslocam forçadamente. Nesse sentido, nosso olhar orienta-se para a experiência de campo e para as vulnerabilidades que emergem, considerando que, na experiência de campo,

[...] no ato de entrega genuína ao(s) outro(s) nos diferentes contextos, podemos perceber que somos convocados a atuar e a ouvir de forma mais intensa diferentes situações que mostram o prejuízo ou comprometimento em uma dessas funções, tal como se essa dimensão se mostrasse mais vulnerável no campo, nos convidando para um fazer específico de suporte a essa função que se mostra vulnerável (BELMINO, 2020, p. 204).

Belmino se refere às funções do sistema *self*, tendo como referência o que Perls, Hefferline e Goodman (PHG 1951/1997) conceberam sobre o fazer clínico a partir de três

lugares, considerando as vulnerabilidades das funções próprias do sistema *self*, pois “como distúrbio das funções de *self*, a neurose encontra-se a meio caminho entre o distúrbio do *self* espontâneo, que é a aflição, e o distúrbio das funções de *id*, que é a psicose” (BELMINO, 2020, p. 235). Nesse sentido, a vulnerabilidade da função personalidade, sendo esta a dimensão antropológica do *self*, produziria uma forma de ajustamento criativo que PHG denominaram como “*misery*” (traduzido como “aflição” na versão brasileira) e que Marcos José Müller-Granzotto e Rosane Lorena Müller-Granzotto traduzem como “sofrimento”. Para os referidos autores, “a clínica do sofrimento, cuja gênese se dá na vulnerabilidade da função personalidade – que é a dimensão antropológica do sistema *self* – é por nós considerada um modo de ajustamento antropológico” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 141). Portanto, a dimensão antropológica do ajustamento criativo se refere aos nossos contratos sociais, “com nossa humanidade em sentido civilizatório, cultural e compartilhado de construção de nossas identidades sociais” (BELMINO, 2020, p. 206).

No contexto migratório, sobretudo quando este consiste em um deslocamento forçado, as referências que possibilitam o reconhecimento da identidade que carregamos são arrancadas de forma violenta. São outros os alimentos que nutrem, as palavras que se usam para pedir ajuda perdem o sentido, os ofícios que se desenvolviam são desconsiderados. Dessa forma, emerge o apelo pela inclusão, transformando-nos em corpos solidários que ouvem esse chamado e que oferecem suporte para o resgate da autonomia e da humanidade arrancadas daquelas que sofrem. Por conseguinte, o fazer gestáltico nesses contextos centraliza-se na figura de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas, para além de um analista/terapeuta, pois, “em situações de vulnerabilidade antropológica, os sujeitos estão desprovidos das condições humanas que lhes permitiriam uma *práxis* exercida de forma autônoma” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 137). Sendo assim,

[...] somos convocados a construir estratégias de incluir esses sujeitos na vida social novamente, para que eles possam reconstruir as identidades perdidas e poderem novamente participar dos contratos sociais possíveis. Por isso, o Gestalt-Terapeuta, nessas situações, busca ajudar o indivíduo a construir um pedido de socorro e encontrar as necessidades perdidas para conseguir reabilitar a capacidade de autonomia e enfrentamento da situação geradora dessas vulnerabilidades (BELMINO, 2020, p. 217-218).

Para convidá-las(os)(es) a se aproximar dessa realidade migratória e a ouvir o chamado que emerge desse grupo que se tornará cada dia mais presentes em nossa experiência de campo, compartilho agora três experiências que vivenciei com pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas em Boa Vista-RR. Ressalto que os nomes adotados nos relatos são fictícios, para preservar as identidades das pessoas que confiaram em compartilhar suas vivências.

OS MAREJADOS OLHOS DOS INJUSTIÇADOS

Pouco depois de me graduar em psicologia, realizei meu primeiro atendimento clínico a uma pessoa venezuelana. Envolvi-me em projetos sociais voltados ao público migrante e refugiado, em um momento em que a resposta humanitária se resumia a solidariedade da sociedade civil. Durante uma caravana que tinha como objetivo fornecer assistência em saúde, voluntariei-me para prestar atendimento psicológico. Nesse dia, realizei alguns acolhimentos, mas, ao encontrar os olhos desse rapaz, fui marcada como testemunha do sofrimento profundo produzido pela injustiça social.

Alejandro aguardava seu atendimento médico, chorando em silêncio no canto da sala. Já havia passado do horário de almoço, porém, ao me deparar com seu olhar, comuniquei à médica que iria atendê-lo que, se ela identificasse a necessidade de encaminhá-lo para atendimento psicológico, eu estaria prontamente aguardando, mesmo que isso significasse o adiamento do meu momento de descanso. Pouco tempo depois, ele já estava na sala improvisada para atendimento psicológico, ainda chorando silenciosamente, o que me fazia lembrar de todas as vezes em que chorei quieta para não incomodar ninguém, compactuando com os introjetos que carrego em minha história.

Era um rapaz *cis*, com seus vinte e poucos anos, tomado por uma febre devida a uma infecção de garganta que já durava alguns dias, da qual não conseguia se curar, pois estava em situação de rua, até então sem acesso a medicação, com dificuldades em se alimentar diariamente e preocupado com a esposa e os três filhos pequenos. “Não é justo”, foi a primeira frase que verbalizou. Em seguida, contou um pouco de sua história: era enfermeiro em seu país de origem, tinha uma casa boa onde vivia com sua família, mas, com o aumento da inflação, necessitou migrar, já que a remuneração pelo seu trabalho não era suficiente para o sustento. Alejandro expressava seu sentimento de injustiça por ter conquistado tanto, no sentido pessoal, profissional e material, e, mesmo assim, sua família estar com fome e dormir há alguns meses em uma praça da cidade. Belmino descreve o sofrimento experienciado nessas condições da seguinte forma:

A pessoa se sente “sem chão”, desesperada e se sente completamente incapaz de fazer qualquer coisa. [...] Clinicamente, ouvi muitas vezes as pessoas nomeando de desespero essa forma de perda de referências ou de violência, pois é como se, perante o desespero, as maneiras de reagir se tornassem praticamente impossíveis (BELMINO, 2020, p. 216).

Não vivi a experiência de vida de Alejandro, mas acessava, em meu imaginário, o sentimento de injustiça que o tomava naquele momento, sobretudo considerando toda a fragilidade que habitava seu corpo pela fome e pelo processo de adoecimento físico. Seu estatuto de humanidade havia sido arrancado violentamente, pois, nessas situações, “o que perdemos não é somente nossa casa, mas, muitas vezes, nossa referência de lar, de tudo que conquistamos ou até mesmo as coisas significativas que nos lembram dos

entes queridos e da nossa história compartilhada” (BELMINO, 2020, p. 213). Pensava que não havia o que ser dito, porém, mesmo assim, tentei dizer. Resgatei em meu discurso as oportunidades que aquele novo contexto poderia lhe proporcionar – como se ele já não soubesse disso.

Nesse sentido, é importante lembrar o que Marco José e Rosane Lorena Müller-Granzotto sugerem ao abordarem o lugar que se deve ocupar frente à pessoa que sofre: *“não se trata de interpretar, dar sentido, fazer por quem sofre, ou coisa do gênero, mas de assegurar um suporte para que o sofredor possa ampliar um protagonismo do qual ele nunca desistiu, mas que não exerce sozinho, razão pela qual nos incluiu”* (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 175).

Demorei alguns anos para processar e compreender aquele atendimento que me deixara desorientada e marcada profundamente como nenhum outro até o momento, pois, naquele dia, encarei o sofrimento humano na sua expressão mais pura e cruel. Alejandro vivia “a impossibilidade de alcançar uma compreensão sobre o futuro, sobre quais representações poderiam substituir ou recuperar aquelas que foram perdidas” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 173), e, naquele momento, tudo o que pude fornecer a ele foi validar e legitimar todo o sentimento de injustiça que o tomava – e que também senti ao ouvir seu relato. Afinal,

em momentos tão desesperadores, quando há uma ruptura do mundo presumido, há a perda do senso de proteção e de segurança e, muitas vezes, a perda da própria fé, o sentir-se verdadeiramente compreendido, confirmada na sua condição de existência, pode trazer o sentimento de esperança tão importante para o enfrentamento e a sobrevivência à tragédia (BRITO, 2019, p. 142).

QUEM TRAZ NO CORPO A MARCA, MARIA

Tempos depois, no meio de uma semana atribulada, um colega de trabalho entrou em minha sala para verificar se eu poderia acolher uma moça que acabara de chegar ali machucada. Maria foi ao meu encontro andando bem devagar e mancando. Carregava em seu pulso uma pulseira verde de hospital, que correspondia à classificação de pouca urgência segundo os critérios utilizados por unidades de saúde de pronto atendimento.

Logo que se sentou, antes de dizer qualquer coisa, colocou sobre a mesa de centro que nos separava sua documentação pessoal, comportamento habitual entre as pessoas migrantes e refugiadas ao acessarem espaços que fornecem ajuda humanitária. Em seguida, foi retirando de uma pasta de documentos organizada suas receitas médicas, exames e encaminhamentos, boletins de ocorrência e, ainda, os documentos referentes ao local em que residia e de que havia sido expulsa há pouco tempo. Pacientemente, eu

a observava expor, em movimentos lentos, todos os seus documentos em meio à sua expressão de dor, pois entendia que aquela era uma forma de ela contar um pouco de sua história. Assim que terminou, foi se reorganizando, puxando as barras de seu vestido justo, prendendo novamente seus cabelos longos e acomodando-se na cadeira em que estava sentada. Perguntei-lhe, então, sobre o que havia acontecido e sobre como poderia ajudá-la, e, em meio a lágrimas, ela começou a relatar as injustiças que havia sofrido na vida. Contou das diversas vezes em que havia sofrido violência física e psicológica e narrou a última, que lhe trouxera ao nosso espaço de acolhimento.

Nesse último episódio, ela havia perdido o direito de residir em seu local de moradia atual e encontrava-se em desespero com a possibilidade de permanecer em situação de rua, demasiadamente exposta a violências. “Não é justo como me trataram”, dizia, chorando. Durante seu desabafo sobre as dolorosas injustiças vivenciadas, mostrou as marcas que seu corpo carregava, principalmente entre seus cabelos, dos golpes que já havia recebido antes. Após ouvir seu relato e verificar se ela necessitava atender a outras necessidades básicas, como tomar água ou ir ao banheiro, além de averiguar se ela havia tido acesso e feito uso da medicação necessária para seu estado de saúde no momento, fui ao encontro da equipe para pensarmos coletivamente as estratégias para protegê-la.

Ao entrarmos em contato com o local que a acolhia, tivemos acesso a uma outra versão da história, o que, por um momento, aliviou-nos, ao proporcionar uma outra dimensão sobre a condição que essa mulher nos relatava. Ao ouvirmos o relato de Maria, fomos também tomados pelo sentimento de injustiça e pelo desejo de reparação. Pensar que um espaço de acolhimento, que deveria proteger pessoas vulneráveis, estava se desassistindo e expondo foi desestruturante dentro do trabalho de proteção com que aparentemente comungamos como trabalhadores(as) da ajuda humanitária. Nesse sentido, descobrir as diversas tentativas de encaminhamento que foram realizadas para o caso de Maria restabeleceu nossa crença no serviço, mesmo considerando suas enormes limitações. No entanto, isso nos colocou em um novo dilema: como proteger essa mulher desassistida?

Maria é uma mulher *trans*, deixá-la em situação de rua significava expô-la a novas violências. Ao encontrar um corpo solidário que acolheu sua dor, Maria, desumanizada em seu lugar de mulher, de venezuelana e de gente, pôde fazer seu apelo por inclusão. Descreveu-se, em sua história, como vítima e omitiu sua autoria em alguns episódios de violência. Quanto a isso, considerando que, muitas vezes, as mulheres *trans* são desumanamente estigmatizadas como agressivas e violentas, aproveito para ressaltar que este relato consiste em um caso específico em que a vítima também foi autora de violência em alguns dos espaços que habitou e que, para preservar sua identidade, não será possível fornecer outras informações que poderiam auxiliar na compreensão das singularidades dessa forma de sofrimento.

Aos poucos, tivemos acesso a informações de outras instituições que relataram

contatos anteriores com Maria e mencionaram a repetição de seus relatos, de que parte não comungavam com a realidade compartilhada, o que, no entanto, não a retirava da condição de vítima, mas apenas indicava outras formas de violências. Ressaltou-se, ainda, que quando suas demandas não eram atendidas ela adentrava um movimento de agressividade, de forma que foi aconselhado cuidado à equipe. Assim, a compaixão que tomava os esforços da equipe em buscar estratégias para seu caso foi se atualizando com as novas informações e a moça começou a ser negativamente interpretada como alguém que queria enganar aqueles que se compadeciam de suas histórias. No entanto, a dor compartilhada em seu relato continuava latente em mim, inclusive ao visualizar todos os seus apelos neuróticos, pois compreendia que, como propõe Belmino,

diferente das experiências neuróticas em que o pedido de ajuda é carregado de inibições, imprecisões e formas manipulativas, [...] nas situações de violação, desespero ou sofrimento, o pedido de socorro é mais explícito, menos carregado desses atravessamentos ambíguos. Por isso, desperta um lugar muito mais solidário em nós enquanto clínicos ou até mesmo como cidadãos. Esse é o motivo pelo qual podemos chamar o apelo produzido pelo cliente nessa situação de ajustamento de inclusão, pois há um pedido genuíno de inclusão e ajuda perante o desespero da situação (BELMINO, 2020, p. 217).

O que acontecia era que Maria havia encontrado em seus relatos de violência uma estratégia de sobrevivência e chegara a um ponto em que era necessário criar novos relatos para garantir que não seria desassistida: por ter sido violentada durante sua vida, sobretudo levando em consideração sua vivência enquanto mulher *trans*, somente a compaixão dos outros lhe asseguraria acesso ao mínimo de dignidade devida.

Ao chegar no contexto brasileiro, porém, sofreu novos episódios de violência, pois, além de ser uma mulher *trans*, agora se tornava venezuelana, condição que “autorizava” outra forma de violência, a xenofobia. É somente por meio do acesso à sua condição de existência violentada pelos outros que seria possibilitado o acesso a condições dignas de vida. Assim, quando sua estratégia falhava, ela entrava em crise, pois esse era seu recurso primordial: contar com a compaixão alheia. Se o outro não se compadecia de sua situação de vida, ela era impedida de atender às suas necessidades; logo, esse outro também se tornava seu violentador, e, dessa forma, Maria precisava se defender com a mesma violência que a marcara. No entanto, apesar das justificativas impressas em sua bagagem de desassistências, continuava sendo uma mulher que necessitava de proteção, de modo que desenvolveu uma forma neurótica de lidar com a realidade, pois havia sido lançada em um mundo que constantemente a expunha ao sofrimento.

Esse apelo aflitivo precisa ser ouvido, para que não nos dessensibilizemos ao presenciar os apelos neuróticos dessas vivências tão carregadas de dor e violação de direitos, afinal, “a expressão do sofrimento é um ajustamento criativo, um pedido de

inclusão em uma realidade que é a nossa solidariedade” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 175). Como diria Milton Nascimento, Maria é uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer no planeta, com suas manhas, graças, sonhos e tendo assegurado o direito à sua estranha mania de ter fé na vida.

(RE)CONSTRUINDO LAÇOS ENTRE CORPOS SOLIDÁRIOS

Durante minha experiência como docente, fui convidada por um querido professor do departamento de antropologia para mediar oficinas de gênero com mulheres migrantes, em um projeto de integração entre mulheres maranhenses, indígenas e venezuelanas. O projeto teve como proposta oferecer espaços formativos para refletir sobre relações de gênero, facilitar o processo de integração entre mulheres de identidades sociais distintas que compõem os setores populares, além de disponibilizar o acesso a informações sobre direitos sociais e locais de acesso em caso de direitos violados, sobretudo considerando o novo contexto de moradia em relação às mulheres venezuelanas.

Ao longo das oficinas, foram promovidas reflexões sobre os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, bem como sobre os reflexos dessas performances como mães e pais nos cuidados com filhas e filhos, além de serem incitados outros pensamentos sobre equidade de gênero e apoio comunitário. Durante o compartilhamento das vivências, um sentimento figurou em meio aos discursos: a desumanização. As participantes rememoravam as vezes em que haviam sido reduzidas a uma única característica e ressaltavam como essa redução autorizava que fossem alvos de violências. Tornaram-se venezuelanas antes de serem mulheres, mães, vizinhas, esposas, amigas, gente. Sendo venezuelanas, perdiam também seu lugar como trabalhadoras que mereciam um pagamento justo pelas atividades desempenhadas ou seu lugar como cidadãos de direitos para acessar serviços de saúde para si e para suas crianças. Sendo assim, compartilharam como aprenderam a silenciar, para que seus sotaques não fossem reconhecidos e, assim, suas origens reveladas. Foram estigmatizadas e reduzidas, e o ajustamento criativo que encontraram foi se calar. As mulheres maranhenses que acompanhavam, atentas e emocionadas, o compartilhamento de experiências, também acessaram suas vivências de xenofobia durante seus processos migratórios, na década de 1980. Relembrou suas infâncias e o fato de que evitavam se comunicar na escola, para não serem vítimas de preconceito linguístico.

Assim, esse encontro de experiências comuns, mesmo consideradas as diversas singularidades das experiências, promoveu uma potente forma de integração social, tal como sugere Alvim: “uma dimensão comum e uma dimensão de diferença e estranhamento que movimenta a criação e que seja transformadora da situação” (ALVIM, 2019, p. 886). Sendo assim, foi possível para essas mulheres reconhecer e acessar o sofrimento

compartilhado enquanto comum, reconhecendo na pele as dores das outras, sendo convocadas a participar do processo de resgate da humanidade daquelas que sofrem, transformando-se, dessa forma, em corpos solidários.

Outro momento potente promovido foi o reconhecimento de outra característica comum entre elas: a condição de ser mulher em um mundo desigual e violento. Por meio de uma atividade que teve como proposta a ampliação da *awareness* sobre as performances de gênero desempenhadas nos âmbitos conjugais, familiares, comunitários e sociais, foi possível a percepção de que viviam um sofrimento comum, agravado pelas intersecções entre gênero, classe, raça, sexualidade e nacionalidade. Nesse sentido, foram de suma importância as experiências compartilhadas entre as mulheres, validando suas descobertas, seus equívocos, seus recursos e suas vitórias, acolhendo o sofrimento umas das outras, encontrando saídas coletivamente e criando estratégias de sobrevivência. A experiência dos encontros promoveu, ainda, a construção de laços comunitários e o fortalecimento de uma rede de apoio, tão urgentes no contexto de migração, reafirmando o que propõe Cardella, ao afirmar que

a vida humana é sempre vida de alguém, que acontece em meio aos outros. O outro, o diferente, o estranho nos limita, desafia, contesta, desaloja, desarruma e também confirma, testemunha, acolhe e se deixa transformar pelo nosso modo de ser. Paradoxalmente, nos faz outros para nós mesmos e possibilita que nos apropriemos do próprio (CARDELLA, 2017, p. 113).

Por meio das atividades de ampliação de *awareness*, foi possível entrar em contato com construções sociais introjetadas do ser mulher, brasileira, venezuelana, migrante, refugiada, abrindo-se espaço para a ressignificação de conceitos e comportamentos e para a atualização necessária ao crescimento, situado na fronteira de contato com a alteridade e com a comunalidade, dimensões essenciais para o ajustar-se criativamente à realidade. Na fronteira de contato da diversidade social, encontros autênticos e genuínos mobilizaram os afetos, ressignificando barreiras, criando pontes, laços e solidariedade. Como diz Cardella, “para a Gestalt-terapia, viver na fronteira, então, é viver na comunidade: estar com o outro sem deixar de ser si mesmo e para poder se tornar si mesmo” (CARDELLA, 2017, p.132). O contato com a novidade produziu aquilo a que se propõe: crescimento. Por fim, encerro esses relatos com as palavras de Paulo Freire, lembrando nosso papel político de instigadores para o processo de transformação social, pois “não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos” (FREIRE, 2019, p. 33). Compartilho essas histórias para instigar a curiosidade sobre esse contexto de atuação e para mover mais corpos solidários que possam amplificar as vozes dessas pessoas que se silenciam por proteção. Convido, assim, a alcançarmos e incluirmos as pessoas migrantes e refugiadas em nossos olhares e práticas de cuidado, pois reconhecê-las e nomeá-las é

participar do resgate de suas humanidades violadas. Que nossos corpos solidários sejam instrumentos da transformação social, acolhendo, cuidando, amando e integrando pessoas migrantes e refugiadas que buscam nossos olhos, ouvidos e corações como espelhos da própria alma.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Direitos e Deveres dos Solicitantes de Refúgio e Refugiados no Brasil**. Brasília, 2012.

ALVIM, Monica Botelho. A Gestalt-Terapia na Fronteira: Alteridade e Reconhecimento como Cuidado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 880-895, 2019.

BELMINO, Marcus César de Borba. **Gestalt-terapia e experiência de campo: dos fundamentos à prática clínica**. Jundiá: Paco, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Números**. 5ª Edição. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

BRITO, Maria Alice Queiroz de. Um olhar da Gestalt-terapia em intervenções de situações de emergência e desastre. *In*: CARDOSO, Cláudia Lins; GIOVANETTI, José Paulo. **Sofrimento humano e cuidado terapêutico**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019. p. 129-147.

CALIXTO, Anny Carolyn Leite; BELMINO, Marcus César de Borba. A psicologia frente às emergências e desastres: contribuições da Gestalt-terapia. *In*: BELMINO, Marcus César (Org.). **Gestalt Terapia e atenção psicossocial**. Vol. 1. Fortaleza: Premium, 2015. p. 187-217.

CARDELLA, Beatriz Helena Paranhos. **De volta para casa: Ética e poética na clínica gestáltica contemporânea**. Amparo: Gráfica Foca, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 61º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Crise migratória venezuelana no Brasil: O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes**. Brasília, 2019.

MÜLLER-GRANZOTTO, Marcos José; MÜLLER-GRANZOTTO, Rosane Lorena. **Clínicas gestálticas: Sentido ético, político e antropológico da teoria do self**. São Paulo: Summus, 2012.

PERLS, Fritz; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World migration report 2020**. Genebra, 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Global trends: Forced displacement in 2019**. Genebra, 2020.

A CONFLUÊNCIA E O OBSTÁCULO DE CARÁTER AFETIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Ana Karina El Messane¹

Ter um bom contato com o mundo e com a realidade depende do bom uso das funções de contato: olhar, ouvir, tocar, saborear, cheirar, mover, expressar sentimentos, ideias, pensamentos, curiosidades (POLSTER; POLSTER, 1973). É interessante observar que a aprendizagem depende exatamente das mesmas funções, pois, se considerarmos que o cérebro é o órgão responsável por ela, descobriremos dentre os elementos que exercem influência na capacidade de aprendizagem cerebral os fatores nutricional, emocional, genético, biológico, ambiental e educativo. O cérebro conta ainda com os sistemas naturais de aprendizagem: emocional, social, senso-perceptivo, físico, cognitivo e moral. Assim, para que o sujeito que aprende se desenvolva e tenha uma aprendizagem efetiva, é necessário considerar todas essas dimensões.

Oaklander (1980, 2018) comenta que as funções de contato são as modalidades que constituem uma pessoa. A autora também nos leva a refletir sobre o comportamento de algumas crianças que tendem a se isolar de alguma forma, com sentidos anestesiados, ressaltando que um trauma ou algum outro motivo pode trazer determinada perturbação emocional; podemos, então, nos questionar sobre essa anestesia dos sentidos de que a autora trata. Como um trauma pode anestesiar os sentidos? Perls, Hefferline e Goodman (1997, p.41-46) explicam que o funcionamento neurótico como situação de emergência crônica de baixa intensidade provoca uma fixação e uma cisão mente-corpo, eu-mundo, uma inibição da propriocepção e da ação espontânea, domínio da deliberação em que, em vez do livre fluxo de *awareness* e da ação espontânea, há uma fixação em formas corporais automatizadas e representações, um distanciamento da experiência e da realidade que se apresenta.

Como uma criança poderá fazer um bom contato com a realidade se estiver isolada da experiência, seja pela anestesia dos sentidos, restrição do corpo, bloqueio das emoções ou pelo fechar da mente? De acordo com Oaklander, esses atos afetam profundamente o crescimento saudável das crianças e agravam ainda mais seus problemas, além de inibirem o *self*. Mas por que isso acontece? Certamente, vários traumas, como abuso, divórcio, rejeição, abandono, doença, entre outros, podem fazer com que a criança se

1. Graduada em Pedagogia (USM/SP). Especialista em Psicopedagogia (PUCPR), Reabilitação Cognitiva (CENACES/SP) e Neuropsicopedagogia (FCE/SP). Tem formação em Gestalt-Terapia pelo Instituto Gestalt de Curitiba (IGC/PR). Atua como psicopedagoga no âmbito clínico e é professora convidada de cursos de pós-graduação.

desligue de alguma forma. Ela faz isso de forma instintiva para se proteger. Mas há também uma variedade de estágios de desenvolvimento e de fatores sociais que podem provocar nas crianças a restrição, o bloqueio e a inibição de si mesmas.

Para a autora, esses fatores de desenvolvimento consistem em: confluência e separação, egocentrismo, introjetos, atendimento de necessidades e estabelecimento de fronteiras e limites, que são efeito de uma variedade de sistemas, expectativas culturais e das respostas dos pais à criança, particularmente com relação a suas expressões de raiva. Sem descartar outros fatores, Oaklander aborda o ser social da criança, a qual não vive isoladamente, e destaca que o modo como ela se envolve em seu mundo e a reação dos outros a afetam muito. A autora ainda nos faz pensar na usual crença de que a criança está predestinada pela biologia, o que é necessário considerar até certo ponto, pois toda criança é afetada por esses fatores de desenvolvimento com maior ou menor intensidade, independentemente de temperamento e personalidade.

Mas, quanto ao processo de aprendizagem, o que a psicopedagogia aborda sobre o desenvolvimento do ser que aprende? De acordo com a teoria de Jorge Visca, criador da Epistemologia Convergente, o sujeito é visto como um todo, desde a maneira como pensa, age e interage até a maneira como se sente. Essa teoria tem como instrumentos conceituais um esquema evolutivo que reconhece a aprendizagem como uma construção intrapsíquica, com continuidade genética e diferenças evolutivas, resultante das precondições energético-estruturais do sujeito e das circunstâncias do meio. Isso implica quatro níveis de aprendizagem: a protoaprendizagem, a deuteroaprendizagem, a aprendizagem assistemática e a aprendizagem sistemática.

A protoaprendizagem caracteriza-se por ser a aprendizagem que ocorre a partir das primeiras relações de vínculo, período que se estende desde o nascimento até quando a criança começa a contatar diretamente com seu grupo familiar. Esse nível resulta das interações entre a criança e sua mãe ou quem cumprisse papel. Trata-se de uma conduta puramente motriz.

A deuteroaprendizagem se dá na criança que já passou pela protoaprendizagem. Constitui-se da inter-relação dela com as pessoas do grupo familiar e com os objetos inanimados e animados, a qual se cumpre em função de uma escala de valores, até a criança passar a sofrer a influência da comunidade.

Já a aprendizagem assistemática é resultado das interações entre o sujeito e a comunidade a qual pertence; e, por fim, a aprendizagem sistemática caracteriza-se pela interação que a criança começa a ter com as instituições educativas durante toda a sua vida escolar.

Se tomarmos como base da protoaprendizagem a necessidade do vínculo da criança com sua mãe, é possível entendermos a importância da confluência. A criança

vem ao mundo sendo uma só com a mãe e vai adquirindo o sentido de si mesma, aspecto central para o bem-estar do bebê. O primeiro desafio da criança é se separar. Ela pode até lutar para isso, mas, como o sentimento de unidade é importante e ela não tem muito apoio próprio, a discriminação entre ela e o outro acaba dependendo de seu desenvolvimento ao longo da vida. A resposta a essa luta pode ser um facilitador ou um obstáculo para essa fase.

De acordo com Aguiar (2014, p. 86), o funcionamento não saudável pode ser apontado com base em padrões fixos e insatisfatórios nos atos da criança, apresentados pelos mecanismos de evitação de contato ou por ajustamentos evitativos que interrompem o curso esperado da satisfação das necessidades. Trata-se de formas específicas de o sujeito lidar com o mundo e consigo mesmo. Tais ajustamentos impedem, dificultam ou amenizam a realização de um contato genuíno. As formas de evitação de contato mais comuns nas crianças são: confluência, introjeção, retroflexão, deflexão e projeção.

Muitas queixas apresentadas no atendimento psicopedagógico correspondem à dificuldade do aprendiz em ser autor do seu pensamento. Percebe-se que essas crianças mantêm um padrão de confluência com o seu cuidador, pois demonstram dependência ao dar sua opinião, procurando ou esperando a opinião dos cuidadores para reproduzi-la. Em sala de aula, essas crianças se preocupam com a expectativa do outro e acabam, muitas vezes, sendo copistas dos colegas.

A psicopedagoga Alícia Fernandez (2001) afirma que aquele que ensina tem um papel importante no processo de aprendizagem, o de garantir os espaços para aprender: o objetivo e o subjetivo. O espaço objetivo corresponde à construção de conhecimentos; o subjetivo se relaciona à construção de si mesmo como sujeito criativo e pensante. Para a autora, o espaço adequado é aquele que propicia a autoria de pensamento. Tal espaço pode ser favorável ou perturbador, dependendo do agir de quem ensina. Fernandez considera um dos pontos importantes para que a aprendizagem ocorra o fato de que o ensinante precisa suportar a independência do aprendiz, enxergando-o como sujeito que não depende dele para aprender. Mas como garantir esse espaço dentro de um padrão de confluência em que há dificuldade de discriminação entre o indivíduo e o outro?

Percebo que o espaço adequado, aquele que oferece o desenvolvimento objetivo e subjetivo, é perturbado quando o processo de aprender fica impedido de fluir. Pode-se entender melhor esse aspecto por meio do modelo nosográfico da teoria da Epistemologia Convergente, que é utilizado para classificar os estados patológicos da aprendizagem conforme a base de sua descrição e explicação, respeitando três níveis que se completam:

- Nível Semiológico – conjunto de sintomas manifestados na aprendizagem, que podem aparecer nas aprendizagens assistemática e sistemática.
- Nível Patogênico – causas atuais, que estão latentes no processo de aprendiza-

gem. Trata-se das estruturas e dos mecanismos que mantêm os sintomas, provocando a sintomatologia. Neste nível, investiga-se os obstáculos da aprendizagem, que Visca (1987) classifica como: epistêmico, epistemofílico, funcional e epistemológico. O obstáculo epistêmico se refere às alterações da estrutura cognitiva. O obstáculo epistemofílico diz respeito às interferências para aprender que derivam do vínculo afetivo que o sujeito possui em relação ao conhecimento e se organiza em três tipos de configurações afetivas: medo à confusão, medo ao ataque e medo à perda. O obstáculo funcional, por sua vez, inclui as diferenças funcionais resultantes de uma detenção, deficiência ou involução no desenvolvimento da estrutura cognitiva. Já o epistemológico diz respeito a aspectos culturais.

- Nível Etiológico (ou da gênese da dificuldade atual) – lugar de origem das dificuldades atuais e suas possíveis causas.

A avaliação psicopedagógica investiga o processo de aprendizagem e seus obstáculos considerando os níveis do modelo nosográfico, mas quero destacar, no nível patogênico, os obstáculos de caráter afetivo. É importante ressaltar que o aprendiz pode apresentar dificuldades de aprendizagem determinadas pelo tipo de vínculo afetivo que estabelece com as situações de aquisição. Às vezes pensamos, em um primeiro momento, em questões cognitivas ou funcionais, mas Visca utilizou o termo “obstáculo epistemofílico” para denominar as interferências da vinculação afetiva do sujeito que aprende com os objetos e situações de aprendizagem. Para o autor, vínculos inadequados podem afetar o processo, impedindo-o ou dificultando-o. Esse obstáculo pode aparecer em diversas situações e de variadas formas, que se constroem a partir das ansiedades básicas que suportam os vínculos de um aprendiz com o mundo.

Uma conduta dependente pode ser o resultado de uma ansiedade confusional, que produz indiscriminação, dificuldade em perceber valências positivas ou negativas. A falta de clareza de suas possibilidades e limitações pode deixar o aprendiz confuso ou inseguro, o que sustenta a espera de alguém que lhe diga o que deve ser feito em uma determinada tarefa ou execução. Notamos que o aprendiz com uma conduta dependente não está em contato com aquilo que ele é, com a sua própria existência, está bloqueado de si mesmo, interrompendo o desenvolvimento saudável e manifestando uma perturbação da *awareness*.

Yontef (1993, p.30) define *awareness* como uma forma de experiência que pode ser caracterizada, aproximadamente, como o fato de se estar em contato com a própria existência, com aquilo que se é. Trata-se do processo de “estar em contato vigilante com os eventos do campo indivíduo/ambiente, com suporte sensorio-motor, emocional, cognitivo e energético” (YONTEF, 1993, p. 31). O *insight*, por exemplo, que é uma forma de *awareness*, “é uma percepção óbvia imediata de uma unidade entre elementos que no

campo aparentam ser díspares” (YONTEF, 1993, p. 31). Gerando totalidades significativas novas, o contato com a *awareness* é em si mesmo a integração de um problema, além de se basear na necessidade dominante atual do organismo, o que

requer não apenas autoconhecimento, mas um conhecimento direto da situação atual e de como o self está nessa situação. Qualquer negação da situação e suas exigências das vontades da pessoa ou da resposta escolhida é uma perturbação da *awareness*. Uma *awareness* significativa é a do self no mundo, em diálogo com o mundo e com a *awareness* do outro – não é uma introspecção com o foco no interior” (YONTEF, 1993, p. 31).

Perls, Hefferline e Goodman (1997) abordam a fronteira de contato organismo-ambiente. É comum se pensar em “fronteira” como “fronteira entre”, mas a fronteira de contato, na qual a experiência tem lugar, não separa o organismo de seu ambiente, ao invés disso, limita o organismo, protege-o, ao mesmo tempo que contata o ambiente. O contato é *awareness* do campo ou resposta motora no campo. É por isso que contatar pode aspirar a dizer o que é realidade, algo que diz respeito a mais do que apenas estímulo ou passividade do organismo. Pode-se entender contatar, *awareness* e resposta motora incluindo noções como apetite e rejeição, aproximação e evitamento, percepção, sensação, manipulação, avaliação, comunicação, luta, entre outros. Todo contatar desse tipo –relação viva que se dê na fronteira –parece ser um tipo especial de *awareness*, uma função-contato em que há dificuldades e demora de ajustamento. A estrutura de uma experiência é pautada no sentir, no pensar e no agir, e é preciso que o pensar e o fazer estejam integrados com o sentir.

Antony comenta que a tarefa de pais, educadores e terapeutas é ensinar a criança a “olhar e ver, escutar e ouvir, pensar e refletir, processos fundamentais para que aprenda a agir com coerência, organização e consciência” (ANTONY, 2018, p. 38). Dessa maneira, ela fará contato objeto-situação-pessoa e permanecerá em contato com o que escolheu, considerando o tempo necessário para interagir e dar sentido e significado a determinado contexto. A Gestaltpedagogia traz uma contribuição muito importante para a aprendizagem a partir dos ensinamentos de Burow e Scherpp (1981) ao apresentarem a ideia de Educação Integrativa. Para os autores, o aspecto emocional é o objetivo central da Gestaltpedagogia e deve ser levado em conta no processo de aprendizagem, pois o aprendizado em unidade integrada corresponde ao contexto real de vida.

Cavalcanti (2014) afirma que, na base do processo de aprendizagem, está a experiência de contato, por meio da emergência de figuras nítidas e do fechamento de gestalten quando acontece um contato genuíno. As dificuldades de aprendizagem se relacionam a situações em que a gestalt fica aberta devido ao fato de a figura não ser bem formada ou não se fechar. A autora justifica esse ponto com base nas falhas ou bloqueios no contato, que podem estar relacionadas a atividades pedagógicas que não proporcionam interações interpessoais e diálogo com o meio e com os objetos ou a uma “resistência do aprendiz que remonta a sua história de vida marcada pelo bloqueio

no contato” (CAVALCANTI, 2014 p. 126). Nesse caso, há uma paralisação do aprendiz numa fronteira de contato, uma fixação em um ponto que o incapacita a estabelecer outras relações com figuras e fundos. Para a autora, a figura, na aprendizagem, tem aspecto afetivo ou cognitivo. Corresponde ao processamento do aprendiz perante um fenômeno “ou conjunto de informações como uma unidade diferenciada e com contornos nítidos em relação ao fundo-contexto” (CAVALCANTI, 2014 p. 127). O aprendiz precisa perceber com clareza e considerar, em primeiro plano, uma figura que se destaca em sua unidade frente ao contexto.

Outro movimento do aprendiz é transferir o foco de sua atenção de uma figura para outra, discernindo partes ou ângulos diferentes de um todo que constitui determinado contexto global. A aprendizagem fica limitada quando há rigidez em relação à alternância figura-fundo devido a alguma fixação, à centralização em uma única figura ou ao deslocamento de figuras.

A Gestalt-terapia traz uma contribuição significativa, um olhar para as situações de aprendizagem que aponta para as condições de contato do aprendiz, sejam elas condições que se encontram prejudicadas ou não. O conhecimento se constitui, então, em e a partir de uma relação, de uma experiência vivida, ou seja, o “mundo fenomenológico” de significações onde o “sujeito” e o “objeto”, o “eu” e o “outro”, caminham lado a lado.

CORPO E PERCEPÇÃO

Com o surgimento da fenomenologia e as contribuições do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, reforçou-se a teoria da percepção fundada na experiência do sujeito que olha, sente e que, nessa experiência do corpo fenomenal, reconhece o espaço como expressivo e simbólico. Quando algo se revela frente ao sujeito e este o traz à consciência, há observação, percepção, conforme sua forma e ponto de vista e de acordo com sua capacidade perceptiva. O fenômeno acontece na conclusão desse processo, de forma que a matéria externa é inserida no campo consciencial.

Merleau-Ponty aborda o problema do dualismo intelectualismo/empirismo, ou consciência/corpo, descrevendo a percepção não mais como relação de causalidade estímulo-resposta, mas, em uma abordagem fenomenológica, como apreensão feita pelo corpo, expressão criadora a partir de olhares diferentes sobre o mundo. Nesse sentido, é preciso ressaltar a experiência do corpo como “campo criador de sentidos”, pois a percepção não é representação mentalista, e sim acontecimento da corporeidade e, portanto, existencial. O filósofo rompe com a noção de corpo-objeto e com o entendimento dos órgãos dos sentidos como receptores passivos, reforçando a teoria do sujeito encarnado, “do sujeito que olha, sente e, nessa experiência do corpo fenomenal, reconhece o espaço como expressivo e simbólico” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 36), trazendo a ideia

de sensações associadas ao movimento.

Ele ressalta, então, que a experiência perceptiva é uma experiência corporal, e o movimento e o sentir são os elementos-chave da percepção. Sendo assim, observa que a percepção do corpo é confusa na imobilidade, pois lhe falta a intencionalidade do movimento. As sensações aparecem associadas aos movimentos quando realizamos um gesto, uma criação e assim, uma interpretação das diferentes situações existenciais, pois acompanham o que percebemos do mundo, proporcionando contato com a disposição das coisas e com o nosso ser. Para Merleau-Ponty (1994), ser corpo é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não *está* primeiramente no espaço: ele é no espaço.

Nóbrega (2008) aponta a percepção como *autopoiesis* (capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios) e como enação (ação de dentro para fora, tendo o meio ambiente como referência crucial). A partir de uma perspectiva tradicional, entende-se que o sistema sensorial é formado por fibras aferentes e eferentes, responsáveis por conduzir o estímulo da periferia ao sistema nervoso central e processar as informações de estímulo-resposta. Merleau-Ponty vai além da explicação tradicional quando aponta o dinamismo da conexão do corpo com o ambiente: para ele, não há dicotomia entre as partes e o todo, mas interconexões da ação humana com o meio ambiente, com a cultura e com os processos sócio-históricos. O filósofo justifica que as conexões eferentes têm influência nos órgãos sensoriais, o que modifica a maneira da interpretação dos estímulos do ambiente pelo organismo, concluindo que a percepção não é um processo linear de decodificação de estímulos, mas a conexão de sensorio e motor em unidade dinâmica.

É importante ressaltar que, como demonstram estudos neurofisiológicos, uma resposta neural não é o resultado de um simples estímulo, pois há diferentes condições de respostas. Há circularidade entres os acontecimentos externos e internos, de forma que o conhecimento perceptivo não se adapta a uma correspondência unívoca, mas cria uma resposta devido à plasticidade cérebro-corpo.

Nosso corpo, enquanto se move a si mesmo, quer dizer, enquanto é inseparável de uma visão de mundo e é esta mesma visão realizada, é a condição de possibilidade, não apenas da síntese geométrica, mais ainda de todas as operações expressivas e de todas as aquisições que constituem o mundo cultural (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 519).

Merleau-Ponty nos ajuda a entender que a percepção depende das nossas vivências, pois percebemos o que já experimentamos. Sendo assim, um organismo autônomo mantém a dependência com o ambiente e a cultura, o que nos permite identificara importância da experiência do corpo fenomenal para o restabelecimento do fluxo de *awareness* e a possibilidade criadora de sentidos para a existência no mundo com o outro, questões abordadas pela Gestalt-terapia.

RELATO DE CASO

Passamos agora a um relato de caso. Trata-se de um menino de nome fictício Lúcio, de 9 anos e aluno do 4º ano de uma escola particular, com queixas de ter dificuldade em escrever resposta-texto e de ficar paralisado perante as avaliações escolares.

A mãe de Lúcio compareceu à entrevista inicial, e o aprendiz foi encaminhado pela escola para avaliação psicopedagógica.

Lúcio é o terceiro filho do casal e não houve intercorrência no período gestacional nem durante o parto. Ele nasceu por parto normal, com Apgar 9/10, e recebeu alta junto com a mãe. O desenvolvimento neuropsicomotor ocorreu dentro do esperado para a idade.

De acordo com o que foi relatado pela mãe na entrevista, Lúcio apresenta dificuldade em formar conceitos e elaborar uma resposta. A mãe o acompanha nas tarefas e nos estudos para ensiná-lo a conceituar.

Foi realizada a avaliação psicopedagógica, que indicou que Lúcio possui potencial cognitivo condizente com sua idade cronológica. Encontra-se no estágio de desenvolvimento operatório-concreto, fase em que a criança compreende os fenômenos de forma lógica. Nesse estágio, o pensamento deixa de ser dominado pelas percepções, e o aprendiz torna-se capaz de resolver problemas que existem ou existiram em sua experiência. Lúcio também demonstrou habilidades dentro do esperado para a ano escolar em que se encontra, tanto em leitura e escrita quanto em aritmética, por meio do TDEII (Teste de Desempenho Escolar).

Também foi utilizado o instrumento COMTEXT– Avaliação da Compreensão de Leitura Textual para avaliar a compreensão de leitura de Lúcio. Na etapa em que necessitava recontar uma história por meio da recordação livre, o aprendiz apresentou-se retraído, contando a história com poucos detalhes e de maneira incompleta, porém, ao responder ao questionário de múltipla escolha, Lúcio demonstrou um ótimo desempenho.

Na aplicação da Avaliação Neuropsicológica Luriana, material de rastreio qualitativo, o aprendiz, por meio da interação, demonstrou função adquirida nas seguintes áreas: orientação pessoal, espacial e temporal, lateralização funcional, funções motoras, funções mnêmicas, linguagem, atividade mental e atenção, função visual, pensamento, organização visuoespacial e habilidades sociais/emoções.

Para avaliar o vínculo com a aprendizagem, Lúcio realizou as provas projetivas. Para a psicopedagogia, as provas projetivas analisam, por meio de desenho, os vínculos que o aluno possui com a aprendizagem. Nessa avaliação, foram priorizados os vínculos familiar, escolar e consigo mesmo. Nos três desenhos, Lúcio demonstrou vínculo negativo.

Na prova projetiva “Família Educativa”, Lúcio não se desenha. Desenha a mãe em primeiro lugar, os seus irmãos, pela ordem de nascimento, e seu pai. Na prova “Parelha Educativa”, desenha a sala de aula, a professora e uma mesa muito grande entre o aluno e a docente. Os pés do aluno não alcançam o chão. Na prova projetiva “Fazendo o que

mais gosta”, desenha apenas o controle de um vídeo game. Nesse momento, não quero trazer nenhum comentário sobre os aspectos dos desenhos de Lúcio, além de evidenciar como é a representação de si mesmo nessas provas. O fato de não se desenhar chama muito a atenção, parecendo comunicar que se sente isolado da experiência, anestesiado dos sentidos, com bloqueio das emoções e com a mente fechada. Tais aspectos vão mais ao encontro da queixa apresentada que do resultado das provas, tarefas e testes que compõem a avaliação.

Muitos questionamentos surgem a partir de uma avaliação que não revela obstáculos cognitivos: Será que o aprendiz está em contato com a própria existência, com aquilo que é? Está em contato vigilante com os eventos do campo indivíduo/ambiente? Como está seu suporte emocional? Sente-se merecedor? Está em um processo de autonomia? Por onde começar a trabalhar? Se a percepção depende das vivências, como são as vivências de Lúcio?

Iniciar um programa de intervenção psicopedagógica é desafiador. Às vezes, em um caso como esse, podemos ser levados a colocar como objetivo emergente a superação dos obstáculos funcionais de acordo com a queixa, nesse caso: desenvolver respostas-texto e ter mais segurança perante as atividades, com a finalidade de realizar as tarefas com autonomia. Mas o objetivo a ser trabalhado primeiramente é o de desenvolver o ser, desenvolver autossuporte, ganho de consciência plena dos sentidos, lembrando que é por meio dos sentidos que experienciamos a nós mesmos e estabelecemos contato com o mundo.

Seguindo algumas descrições de Oaklander, iniciei com Lúcio algumas vivências táteis, em que poderia andar em um labirinto, ora descalço, ora pisando em feltros, plásticos e lixa. Também participei com ele da brincadeira. Após o percurso, seguimos à escrita de palavras que descrevessem as sensações. Lúcio demonstrou alegria em percorrer o labirinto, mas, no momento de falar das sensações, seu semblante demonstrou preocupação. Perguntei o que o havia deixado preocupado e ele me disse: “— Responder. Não sei se está certo o que eu vou falar”.

Ao explicar a ele que não há certo ou errado para o que se sente, ele voltou a se alegrar e me descreveu o quanto foi ruim andar na lixa e o quanto foi gostoso andar no feltro. Lembrou-se de quando pisa na toalha do banho, o que lhe traz uma sensação boa. Ao ouviu o meu relato, percebeu que era totalmente diferente do dele e me perguntou: “— Pode ser assim? ”.

Percebi que o fato de se tratarem de duas experiências diferentes trazia um mal-estar a Lúcio, como se ele estivesse “errado”, mas ele descobriu que as experiências de cada um têm suas peculiaridades. Segui, então, com mais duas sessões envolvendo música e pintura, sempre pedindo que ele falasse sobre suas sensações, incluindo os sentimentos.

Na terceira sessão, trabalhamos com um jogo estruturado de formar palavras. Lúcio começou a ficar agitado na cadeira, apertando as mãos. Seu rosto parecia pálido. Falei o que percebi e perguntei se algo o incomodava. Ele me disse que estava com medo de não conseguir fazer. Eu perguntei se ele gostaria de fazer uma imagem do que sentia. Lúcio disse que sim e que, se fosse desenhar, desenharia um inseto tentando voar antes que uma mão o esmagasse. Perguntei o que o inseto poderia fazer, e ele disse: “— Tentar voar”. Em seguida, ele fechou os olhos e disse: “— Ele voou, ele voou!”. Ficou muito feliz e disse que queria tentar jogar. No jogo, Lúcio começou a descobrir que tinha conhecimento de muitas palavras, o que o fez sentir autossatisfação.

Nas sessões seguintes, o aprendiz começou a escolher livros para ler, representar a história com material reciclável e recontar os enredos. Quando percebi então que Lúcio estava em contato consigo mesmo, iniciei o trabalho de compreensão de textos e respostas-texto. Assim, poderia trabalhar com suas dimensões de forma integrada.

Paralelamente, trabalhei com os pais para que compreendessem que seu papel é confirmar o filho, nutrindo-o emocionalmente. Olhar, ver, escutar, ouvir, pensar, refletir são processos fundamentais para que Lúcio aprenda a agir com autonomia, sendo autor não só do seu conhecimento, mas da sua vida, desenvolvendo a sua existência.

Para concluir, entende-se que o atendimento psicopedagógico vai além do objetivo de melhorar a aprendizagem formal. Considerar a dimensão emocional como objetivo central, como faz a Gestaltpedagogia, e elevar as funções sensoriais é levar em conta o corpo e as emoções de forma integrada com o processo cognitivo; é poder oportunizar ao aprendiz o autoencontro e a autorrealização para a autossatisfação e proporcionar a recuperação de partes perdidas e reprimidas, visando ao desenvolvimento do potencial humano como um todo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. **Gestalt – terapia com crianças**: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014.
- ANTONY, S. **Criança hiperativa e gestalt-terapia**: seu modo de sentir, pensar e agir. Curitiba: Juruá, 2018.
- BUROW, O.-A.; Scherpp, K. **Gestaltpedagogia**: um caminho para a escola e a educação. São Paulo: Summus, 1981.
- CAVALCANTI, A. Gestalt-terapia e psicopedagogia. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 22, n. 23, p. 121-129, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 de abril de 2021.
- CORSO, H.V.; PICCOLO, L. R.; MINÁ, C. S.; SALLES, J.F. **ANELE 2 – Avaliação da Compreensão de Leitura textual (COMTEXT)**. São Paulo: Ed. Vetor, 2017. (Coleção ANELE).
- FAGALI, E.Q. Contribuições da gestalt-terapia para a psicopedagogia. *In*: FUKUMITSU, K. O.;

ODDONE, H. R. B. (Orgs.). **Expandindo fronteiras: gestalt-terapia aplicada em vários contextos**. Campinas: Livro Pleno, 2007.

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em Jogo: análise das modalidades de ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação**. Tradução de Neusa KernHickel. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERNÁNDEZ, A. **Os idiomas do aprendente: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação**. Tradução de Neusa KernHickel. Porto Alegre: Artemed Editora, 2001a.

HOFHEINZ, G. C.;STEIN,L. M.;FONSECA, R. P.**TDE II – Teste de Desempenho Escolar**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Vetor, 2019.

MACHADO, M.M. **Merleau-Ponty & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.(Coleção Pensadores &Educação).

MERLEAU-PONTY, M. **Merleau-Ponty na Sorbonne: Resumo de Cursos – Psicossociologia e Filosofia**. Campinas: Papirus, 1990.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NÓBREGA, T. P. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty.**Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 2, p.141-148, 2008.

OAKLANDER, V. **Descobrimo crianças: abordagem gestáltica com crianças e adolescentes**. São Paulo: Summus, 1980.

OAKLANDER, V. **Hidden Treasure: a map to the child's inner self**.Londres/NovaYork: Routledge,2018.

PERLS, F.;HEFFERLINE, R.;GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt Terapia Integrada**. Nova York: Vintage Books, 1973.

VISCA, J. **Clínica psicopedagógica: a Epistemologia Convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VISCA, J. **Técnicas Projetivas Psicopedagógicas e Pautas Gráficas Para Sua interpretação**. 3ª ed. s.l.: Visca&Visca Editores, 2011.

YONTEF, G. M.**Processo, Diálogo e Awareness: ensaios em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus,1993.

SOMOS CÍCLICAS: CRIATIVIDADE, FEMININO E GESTALT-TERAPIA

Wanne de Oliveira Belmino¹

Ouve o barulho do rio, meu filho
Deixa esse som te embalar
As folhas que caem no rio, meu filho
Terminam nas águas do mar
Marisa Monte, Arnaldo Antunes,
Seu Jorge, Carlinhos Brown

A NASCENTE DO RIO

Busco inspiração no barulho das águas. Sinto que preciso relaxar para deixar fluir esta escrita, pois, enquanto me ocupo de ficar tensa, nada nasce, nada esco. Apenas quando vou me envolvendo com o som que vem da fonte de água, meu corpo cede para trás e balança devagar; os sentidos vão ficando mais aguçados, fecho os olhos e visualizo, no fundo dos meus pensamentos, um olho d'água. São as primeiras ideias brotando. Permito que transbordem, e as linhas iniciais escorrem, como um riacho tímido. Eis aqui a nascente do rio.

Corro, então, para a estante, abro uma página marcada do livro *Mulheres que correm com os lobos* e relembro esta passagem: “uma vez que esse imenso rio subterrâneo tenha encontrado seus estuários e afluentes na nossa psique, nossa vida criadora tem cheias e vazantes” (ESTÉS, 2014, p. 341). A autora compara, com sabedoria, a vida criativa das mulheres a um rio natural, organizada em ciclos que possibilitam que as coisas sejam gestadas, criadas e manifestadas. É confiando nessa natureza que embarco na criação deste trabalho.

Para começar, quero contar uma pequena história, porque, assim como Jean Clark Juliano (1999), acredito que as histórias nos põem em movimento, ressignificam pontos de nossa trajetória e nos resgatam de nós mesmas. Estés (2014) coroa esse pensamento dizendo que as histórias são bálsamos, guardam uma força própria: o ato de contar ou de escutar uma história concentra um poder curativo.

1. Psicóloga (UFC), gestalt-terapeuta e especialista em Saúde Mental (UECE). Tem formação em Gestalt-terapia (IGC) e em Gestalt-terapia e Intervenções Grupais (CGF), apresenta os podcasts “Gestalt Aberta” e “Águas Vivas” e é docente em cursos de aprimoramento e formação em Gestalt-terapia.

A minha história é sobre rios, inquietações e descobertas. No último ano da faculdade, li *Não apresse o rio (ele corre sozinho)* (1970), livro de Barry Stevens. Lembro que, em cada página, encontrei um colo para a ansiedade cortante do início da prática clínica, a partir dos relatos honestos da escritora sobre seu desenvolvimento como psicoterapeuta. No entanto, ali, ao lado de certa confiança, havia ainda uma inquietação: como faço para não apressar o rio? Eu gostava da poesia e da provocação do título, mas, embebida de pressões internas, não fazia ideia de como alcançar esse estado.

Em entrevista a Paulo Barros, no final da obra, Barry revela: o título é uma citação zen que inspira a “deixar-se ir junto com a vida, sem tentar fazê-la ir para algum lugar” (STEVENS, 1970, p. 281), permitir ser com(o) o rio, ora se espalhando tranquilamente, ora desviando das pedras, acompanhando o fluxo do viver.

Se hoje pudesse encontrar Barry, contaria sobre todas as vezes em que me debati nas águas do rio. Falaria sobre raivas, culpas e vergonhas, sentimentos que bloquearam a potência de uma existência criativa e expansiva. Mesmo reconhecendo nuances dessa potência, era muito comum ela se esvaír e dar lugar a uma atmosfera densa e cinzenta, com pouca ou nenhuma vivacidade.

A partir desse percurso pessoal, compreendo que o resgate de uma vida colorida, criativa e cheia de possibilidades comumente está interligado ao mergulho em trabalhos de autoconhecimento e crescimento pessoal. É necessário aprender a fluir com(o) o rio e permitir que, do vazio fértil, brote matéria criadora e criativa. Espontaneidade e consciência do momento presente são essenciais para a criatividade, e quanto maior for a *awareness* de uma situação, maior a possibilidade de que o ser humano possa ser realmente sujeito de sua história, ou seja, artista de si mesmo e de sua existência (CIORNAL, 1995; ZINKER, 2007).

Dando um salto temporal e continuando a narrativa, relembro que, há poucos anos, sentada no chão de uma sala, em roda com outras mulheres e movida pelos convites de uma terapeuta guardiã de círculos, enxerguei pela primeira vez uma parte esquecida e ignorada do meu funcionamento. Essa experiência revelou para mim a importância de acolher a dimensão cíclica do meu ser-mulher. Com isso, o exercício de observação do corpo já construído foi ampliado, inaugurando uma fase de reconhecimento e aceitação da ciclicidade e, conseqüentemente, um melhor aproveitamento das energias criativas.

Confiar no rio nada tem a ver com viver de forma desregrada ou descontrolada. Na verdade, para nós mulheres, significa conhecer nossas cavernas íntimas, entender as manifestações do próprio corpo e aproveitar os fluxos naturais como ferramentas para uma vida mais saudável.

Assim, partindo dessas compreensões iniciais, este trabalho seguirá criando pontes entre a Gestalt-terapia, o feminino, a criatividade e a dimensão cíclica, especialmente a

das mulheres, por entender que há nelas especificidades que merecem um olhar mais aguçado. Nessa perspectiva, há um forte desejo de que todas as pessoas possam, a partir desse conhecimento, acolher seus fluxos contínuos de ir-vir, subir-descer, pausar-acelerar, recolher-expandir, condição essencial para a construção de modos de vida mais saudáveis.

A saúde integral, numa perspectiva gestáltica, está relacionada à capacidade de cada pessoa de se autorregular organicamente, ou seja, ser capaz de reconhecer suas necessidades através das suas funções de contato, mobilizar recursos internos e forças de ação, praticar os movimentos ao encontro da satisfação de suas necessidades, nutrir-se com o que está disponível no ambiente, integrar o conhecimento fruto da experiência vivida como recurso para vivências futuras e, por fim, retirar-se para perceber novas gestalten (CIORNAI, 1995; RIBEIRO, 2006; ZINKER, 2007).

A *awareness*, ou seja, o fluxo presente e consciente, não se dá somente no nível cognitivo, mas também nos níveis sensorio-motor, emocional e energético (CIORNAI, 1995). Sendo assim, a autorregulação nas mulheres passa pela observação minuciosa das senso percepções via experiência corporal, pela identificação de sentimentos e energias e pela confiança na sua natureza intuitiva. Ressalto que esse percurso vem sendo aprendido e partilhado com muitas mulheres, aprendizes e mestras, jovens e velhas, unidas pelo acolhimento consciente de seus ritmos. Todas estão em cada linha que se segue.

MERGULHOS CRIATIVOS E GESTALT-TERAPIA

Antes de mergulharmos no estudo da criatividade feminina, vamos passear em veredas poéticas e teóricas, reunindo algumas concepções importantes acerca da criatividade. Com os fogareiros e lamparinas acesos, abriremos trilhas e alargaremos os caminhos de compreensão à luz da Gestalt-terapia.

Sobre a importância vital de criar, Fernando Pessoa escreveu em um dos seus poemas mais conhecidos: “Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa: / ‘Navegar é preciso; viver não é preciso’. / Quero para mim o espírito [d]esta frase, / transformada a forma para a casar como eu sou: / viver não é necessário; o que é necessário é criar”¹.

Criar é, pois, segundo o poeta, condição essencial para o sentimento de estar vivo. Vida e criação se entrelaçam num eterno *continuum*. A criatividade é o cerne e a celebração da vida, é a manifestação da grandiosidade presente em cada um de nós, é a afirmação de que existimos e de que estamos aqui-agora; ou seja, criar não se reduz apenas ao produto da criação, é a realização que rompe limites e afirma a nossa natureza como seres humanos (SAVIANI, 2004; ZINKER, 2007).

Ao contrário do que muitos pensam, a criatividade não se associa apenas a

1. PESSOA, F. “Navegar é preciso”, sem data, pode ser acessado no Portal Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000001.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

feitos artísticos e grandes produções inéditas, embora estas possam ser manifestações extremamente criativas. Quando restringimos o fazer criativo ao campo das artes tradicionais, limitamos a valorização do ato criador presente nas expressões espontâneas, na formação de ideias, nos encontros, na resolução de problemas, na transformação de pensamentos e em infinitas outras ações cotidianas.

No próprio fluxo de viver, temos a possibilidade de expressar nossas experiências por meio de símbolos, produções, registros e ações (ZINKER, 2007). Compreender o ser humano como um ser criativo é, portanto, reconhecer sua capacidade de recriar sua história e de encontrar novas possibilidades de ser-no-mundo (OLIVEIRA, 2010 *apud* LEHMKUHL, 2015). Para tanto, é preciso nos posicionarmos no mundo de maneira curiosa, expansiva, buscando riqueza de contatos, sem, contudo, deixar de preservar a atenção, para não cairmos nos extremos de uma vida limitada e superespecializada ou fugaz, rasa e artificial. A curiosidade, a vastidão e a profundidade de experiências é terreno fértil para a expressão criativa.

Sendo criativos, somos como rios que correm e, no seu fluxo natural, vão encontrando vegetações e animais que lhe acrescentam algo novo, vão evaporando, condensando-se e voltando em forma de chuva. A capacidade criadora humana possibilita compreendermos o momento de respeitar as margens e o momento de nos expandir em leitos largos e profundos.

No fluxo curioso sobre o tema, encontrei a artista plástica Fayga Ostrower, uma grande teórica do campo das artes. Ostrower (2014) resume com sabedoria a visão gestáltica sobre criatividade, afirmando que criar é dar forma, estruturar e organizar, gerando uma nova configuração. A artista utilizou princípios da psicologia da Gestalt como eixo para seus estudos teóricos sobre o processo de criação, utilizando-os para sensibilizar o olhar e resolver problemas de percepção (SILVA; CARVALHO; LIMA, 2013). Esses princípios também embasam as ideias de criatividade da Gestalt-terapia.

No processo de criar, expandimos nosso psiquismo e alcançamos tanto a dimensão pessoal quanto a dimensão arquetípica de nossas origens. A criatividade é um potencial presente em todas as pessoas, e, como agentes criadores, acessamos as dimensões sensíveis, culturais e estéticas da existência (OSTROWER, 2014; ZINKER, 2007).

Presente em todas as pessoas, a dimensão sensível apresenta-se de maneiras distintas e fala sobre nossa conexão com o mundo através dos sentidos. Ligada aos fenômenos sensoriais, temos a percepção, tida como a capacidade de decodificar o que estamos experimentando e de organizá-lo em mensagens que chegam à nossa consciência. Ainda para Fayga, “como fenômeno social, a sensibilidade se converteria em criatividade ao ligar-se estreitamente a uma atividade social significativa ao indivíduo. No enfoque simultâneo do consciente, cultural e sensível, qualquer atividade em si poderia tornar-se um criar” (OSTROWER, 2004, p. 17).

Para a autora, a sensibilidade é uma abertura constante ao mundo e nos liga diretamente aos acontecimentos ao nosso redor, mantendo forte vinculação com os contextos sociais e culturais em que vivemos. Nosso modo de sentir e de pensar os acontecimentos, de experienciar-nos individual e coletivamente, de aspirar, sonhar, assimilar os êxitos e os insucessos, tudo isso está intimamente ligado ao nosso contexto sociocultural.

Criar é como respirar, fluxo contínuo de inspiração-expiração. Inspirar é se conectar ao fluxo da vida e se abrir aos afetos de cada experiência, permitindo a formação de um fundo vívido, acumulando vivências, trajetórias, aprendizados e referências. Expirar é responder às demandas a partir da relação figura-fundo, levando em consideração o que há disponível no campo e abrindo-se para vivenciar situações novas. “O que é assimilado é sempre o novo; o organismo persiste pela assimilação do novo, pela mudança e crescimento” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 44), assim, viver criativamente é estar num ritmo fluido e harmônico entre inspirar-expirar, um repertório de experiências capazes de produzir novas configurações e experimentações.

Quando a nossa respiração está alterada ou comprometida por algum motivo, seja adoecimento físico, seja resposta psicossomática a alguma questão emocional, é comum sentirmos aperto no peito, falta de ar, sensação de sufocamento. Essa resposta do corpo indica que há uma interrupção do sistema de trocas de ar entre organismo e meio que compromete nosso funcionamento saudável.

No ato criativo, quando nosso movimento de inspirar-expirar é interrompido, começa a haver obstruções na capacidade de nos nutrirmos a partir do que o contexto oferece e de produzirmos e manifestarmos respostas criativas. Como afirmam Perls, Hefferline e Goodman (1997), a perturbação da respiração é acompanhada de distúrbios da função-self, interrupções no fluxo de contato. As obstruções são comumente causadas por experiências traumáticas, situações de crises não elaboradas, dores, introjeções e funcionamentos cristalizados. É importante recordar que, em Gestalt-terapia, consideramos um funcionamento saudável e criativo quando temos a capacidade de escutar uma necessidade interna, perceber a excitação causada, olhar os recursos internos e externos disponíveis, mobilizar energia para a ação, agir em busca da realização até a necessidade ser satisfeita e nos retirar. Chamamos esse movimento de “ciclo do contato”, um fluxo de expansão e retraimento que nos leva a aprofundar raízes e crescer (RIBEIRO, 2006, 2007; ZINKER, 2007).

Crescer, conhecer-se, construir dia a dia uma vida com sentido é ser rio, é estar no rio, às vezes na sua beirada, às vezes nas suas profundezas; é ora flutuar, ora vasculhar a lama do seu fundo. É sentar na sua margem e observar seu fluxo e também escutar os chamados para navegações e explorações. É, acima de tudo, aceitar fazer a travessia.

ÁGUAS TURVAS E ÁGUAS CLARAS: SAÚDE E VIDA CRIATIVA

Navegando rio abaixo, vamos adentrar agora estuários e manguezais e lançar o olhar para construções culturais e políticas que atravessam intensamente os modos de vida das mulheres e se relacionam com sua saúde e seu espaço-tempo de criar.

Sabemos que o feminismo vem se ampliando e amadurecendo desde o seu despontar, firmando-se como uma revolução contínua que abrange lutas e conquistas nos campos pessoal e profissional de todos os seres sociais. Apesar de muitos avanços, é preciso também reconhecer as dissidências e problemáticas de uma revolução que aconteceu desatrelada das discussões do modelo capitalista.

Observamos que as mulheres vêm ocupando lugares que antes eram exclusivos dos homens e, como forma de preservar esses postos, muitas acabam por assumir posturas rígidas e sufocar suas singularidades. Compartilhamos uma cultura que ainda perpetua a ideia de que um bom desempenho nas tarefas laborais está relacionado a um nível produtivo fixo, elevado e constante, além de um suposto e utópico equilíbrio emocional capaz de se manter apartado dos eventos externos.

Nesse contexto, não é de se espantar o crescente número de mulheres em adoecimento. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2020) aponta que doenças decorrentes do trabalho – relativas à motricidade e à saúde mental, por exemplo – são mais frequentes em mulheres, assim como reitera a persistência de problemáticas já conhecidas, como menores salários, acúmulo de tarefas, pressões sociais, precariedade do trabalho, dentre outras. O estudo conclui que os fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e ambientais continuam a prejudicar a saúde da mulher, apontando para a necessidade de se construir políticas públicas transversais de prevenção e promoção de saúde das trabalhadoras.

Como, então, promover saúde? Que fatores são levados em consideração quando se pensa sobre a saúde da mulher?

Acolher a dimensão cíclica de nossas energias físicas e psíquicas é importante para o funcionamento saudável de todas as pessoas, mas, principalmente, para as mulheres, que vivem mais intensamente os efeitos das alterações hormonais, físicas, psicológicas e energéticas próprias do ciclo menstrual. Não vamos aqui adentrar as discussões de gênero e transgeneridade, apenas por não ser o objetivo deste artigo, mas reitero firmemente a urgência e a importância desse debate a partir de pilares inclusivos e livres de preconceitos.

No seio das construções sobre direitos e vicissitudes das mulheres, Rupī Kaur, uma multiartista contemporânea, reflete em sua poesia feminista: “às vezes me pego sonhando com a mulher que serei quando sair dessa correria (...)” (KAUR, 2020, p. 173). A escritora resume, em curtas linhas, o retrato da vida agitada e cheia de demandas de muitas mulheres. Essa condição de correria aniquila a expressão de capacidades e habilidades, de criação

e recriação de si, pois frequentemente caímos nos automatismos e nos distanciamos da escuta do corpo.

No campo dos estudos do feminino, Estés (2014) ressalta que a vida criativa da mulher é poluída quando há comprometimento em qualquer uma das etapas do processo: inspiração, concentração, organização, implementação e manutenção. Ou seja, a interrupção de qualquer fase do ciclo leva à obstrução das expressões criativas, e a mulher experimenta bloqueios de criação e expressão da sua singularidade.

Além disso, o problema torna-se mais complexo devido à visão limitada acerca da criatividade. Mesmo que todas as pessoas sejam potencialmente criativas, a imposição cultural e socialmente construída que condiciona o ser criativo à entrega de um produto útil ao mercado gera bloqueios em diferentes fases do processo de criar (GRAY, 2017; ZINKER, 2007).

Sobre essa neurose individual e coletiva, Perls, Hefferline e Goodman (1997) discorrem:

a timidez em ser criativo tem duas fontes: a dor do próprio excitação crescente (originalmente, o “medo do instinto”) e o medo de rejeitar ou de ser rejeitado, de destruir, produzir mudanças; esses dois agravam-se mutuamente e no fundo são a mesma coisa. Ao contrário, uma impressão de “segurança” é proporcionada pelo apego ao *status quo*, aos ajustamentos que obtivemos no passado. O novo excitação ameaça abalar essa segurança, desmantelando-a. (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 218)

Se a atitude criativa pressupõe a assimilação de algo novo, precisamos romper com a busca ilusória de segurança e abraçar o risco, o desafio, do contrário, acontece o que os autores acima chamam de ajustamento adequado. Ironicamente, eles complementam que as únicas coisas que faltam nesse modelo são o excitação, o crescimento e o sentimento de estar vivo. Hycner e Jacobs (1997) definem esse estado como endemia moderna, ou seja, um estado de alienação dos outros, de nosso próprio self e da natureza.

Portanto, faz-se urgente que assumamos o risco de realizar transmutações nas formas sociais instituídas, que aproximemos os feminismos entre si e incluamos as discussões do capital nesse cenário de mudança. Acredito que esse processo histórico está a pleno vapor e que alcançaremos níveis cada vez mais elevados de transformações respeitadas no tecido social, acompanhadas de um crescente número de pessoas que podem viver com ânimo e vitalidade.

Envolvidos com a realidade, temos a possibilidade de ficar presentes, em nós e em relação eu-mundo, mundo-eu (RIBEIRO, 2006). À medida que nos relacionamos com o mundo, vamos sendo expostos e nos afetando com as agressivas exposições midiáticas, a cultura do consumo, a tecnificação da vida e a positividade tóxica. Mas não há outro caminho para o desenvolvimento pessoal que não seja ficar no momento presente e em

relação, pois “a primazia da experiência está ligada de forma quase inextricável à primazia do presente” (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 30).

É nas experiências genuínas de contato que as mudanças se processam e que podemos começar a abrir mão da busca pelo eu idealizado e a dar-nos conta do sofrimento produzido por um véu de ilusões criado por modelos econômicos opressores que nos impedem de diferenciar as fontes verdadeiramente nutritivas das práticas esgotadoras e criam um abismo para a experiência autêntica de crescimento,

Numa sociedade com *ethos* empobrecido como a nossa, a negação do funcionamento cíclico produz desafios incomensuráveis para as mulheres alcançarem a harmonia entre as demandas de vida cotidiana e de trabalho e priorizarem sua saúde. Reestabelecer um fluxo saudável significa resgatar a potência de integrar nossas múltiplas partes, por meio da abertura à totalidade da experiência; por isso, precisamos ampliar o debate sobre a inclusão da dimensão cíclica como parte importante da natureza humana, especialmente nas mulheres.

A disposição a se afetar, a trocar com o meio e a confiar no corpo como um sistema de informações é capaz de restaurar a nossa capacidade de responder criativamente às situações. Mas como pendular em busca de regulações saudáveis quando temos um corpo cansado, exaurido pelo sistema, um corpo que não aguenta mais as pressões da máquina civilizatória e o adestramento? (PELBART, 2011 *apud* MORAES, 2015). Nossos corpos exaustos se ajustam disfuncionalmente e gritam por socorro por meio dos adoecimentos.

O corpo que não aguenta mais é um corpo esvaziado do presente, da experiência-tempo, esmagado na sua singularidade, tratado com indiferença e colocado no rol das propriedades comuns (AGAMBEN, 2013, *apud* MORAES, 2015). Por outro lado, um corpo potente é um corpo livre, energizado, em profunda relação com o mundo, contato mediado pelas sensações. Polster e Polster (2001) definem a função dos órgãos dos sentidos – tocar, ver, cheirar, falar e escutar – como funções de contato que inauguram o sistema relacional vital pessoa-ambiente e desencadeiam uma rede de mobilizações internas que produzem a experiência.

Quando esse fluxo acontece naturalmente, como o fluxo de um rio, somos agraciados com a capacidade de enfrentar todas as situações, inclusive as desafiadoras, enxergando nossas necessidades, abrindo nossa bagagem, reunindo elementos, observando o ambiente e construindo novas vivências. Chamamos esse movimento de ajustamento criativo.

A questão é que, ao longo da vida, vamos criando bloqueios para esse fluxo sensorial e, cada vez mais, ficamos surdos para essa escuta corporal, afastando-nos da possibilidade de conhecer nossos reais desejos, caminho que nutre uma existência autêntica. É importante dizer que são inúmeros os fatores que produzem esses bloqueios, desde as experiências uterinas até as repetições de respostas cristalizadas que vamos

aprendendo ao longo da vida, na maioria das vezes, por motivo de sobrevivência emocional, sem falar nas questões transgeracionais e energéticas.

Ajustar-nos criativamente indica que abrimos mão de uma idealização de vida e lidamos com o que aparece com leveza, fluidez e reconhecimento dos nossos recursos para a travessia de cada situação. Às vezes o barco vai balançar mais devido à força das ondas, às vezes precisaremos pedir ajuda para ajustar o prumo ou demoraremos um pouco mais para enxergar a outra margem. Em outros momentos, sentiremos necessidade de um bote salva-vidas ou mesmo entenderemos que é preciso pular do barco e nadar até o outro lado.

O MAR: CICLICIDADE E ENERGIAS CRIATIVAS

O rio corre para o mar, mas antes ele encontra outros rios, fundindo-se a eles e ganhando força e tamanho. Neste trabalho, nosso rio principal, a Gestalt-terapia, vem encontrando afluentes em saberes que ajudam a ampliar a visão da subjetividade feminina.

Seguindo esse fluxo, Estés (2014) diz que a psicologia tradicional é muitas vezes lacônica ou totalmente omissa quanto a questões mais profundas e importantes para as mulheres, não dando conta de tecer estudos sobre os talentos e o potencial da mulher criativa. A primeira versão desse escrito data de 1989 e permanece verdade mais de trinta anos depois.

Como vimos no tópico anterior, vivemos em um mundo que supervaloriza a produtividade, a performance, os números e as metas. Esse mundo, sustentado por valores capitalistas e neoliberais, tem suas bases em um sistema patriarcal. Não é por acaso que, ao longo da vida, frequentemente muitas pessoas sintam-se desvitalizadas, sem ânimo, sem energia, com uma sensação de vazio e falta de realização. Fala-se muito sobre desenvolvimento e progresso, no entanto, é complexo falar em evolução social quando pessoas continuam a ser exploradas e escravizadas, a terra, a ser devastada, e a fome, a violência e o desemprego permanecem crescentes.

Para a Gestalt-terapia, toda e qualquer investigação, seja biológica, seja psicológica ou sociológica, parte da noção de interação entre organismo e ambiente; portanto, precisamos falar de um campo de fatores socioculturais, orgânicos e físicos (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997). Nesse sentido, os estudos sociológicos, antropológicos e históricos do século xx estão construindo uma nova visão sobre o papel da mulher na evolução cultural humana, reavivando a espiritualidade e o culto às deusas, provando que foram as habilidades criativas das mulheres as responsáveis pelo início da agricultura, do preparo de alimentos e da confecção de utensílios e adornos (FAUR, 2011).

Como nos lembra Estés (2014), todos os homens e as mulheres nascem com talentos, mas a verdade é que houve pouca descrição dos hábitos e das vidas de mulheres

talentosas, criativas e brilhantes. No contexto nacional, por exemplo, o livro *Mulheres do Brasil – a história não contada* escancara essa verdade e tenta diminuir a invisibilidade de mais de duzentas mulheres que tiveram suas histórias deturpadas, apagadas ou sequer registradas (REZZUTTI, 2019).

O objetivo básico do resgate das histórias e das tradições é reconhecer que a energia divina feminina tem uma força benevolente, criadora e criativa capaz de fortalecer e sustentar as mulheres, resplandecendo sua capacidade de viver de forma protegida e independente sem precisar do amparo das figuras salvadoras masculinas (FAUR, 2011).

As energias criativas do feminino estão intimamente ligadas aos ciclos menstrual e lunar. No decorrer do mês, cada mulher apresenta uma maneira de viver e demonstrar sua criatividade, podendo ter, inclusive, manifestações diferentes de um mês para outro. O despertar da mulher pode ser alcançado percebendo as sensações corporais e a forma como reage a texturas, sabores, cheiros e temperaturas, erguendo uma ponte entre o mundo tangível e o intangível, ao mesmo tempo que pode se expressar por meio do intelecto, das emoções, da intuição, do subconsciente e do próprio do corpo (GRAY, 2017).

Essa compreensão dialoga diretamente com a noção de crescimento da Gestalt-terapia. O período menstrual pode ser visto, nessa perspectiva, como uma metáfora da autorregulação orgânica. Isso quer dizer que, quando o ciclo é vivido em pleno respeito, as mulheres conseguem observar as suas necessidades internas em cada período e podem usar sua energia da melhor forma. Recordando o ciclo do contato de Zinker (2007), podemos analisar esse fluxo das energias criativas em paralelo ao sistema de abertura e “fechamento” de gestalten.

A visão de Estés (2014) conversa diretamente com aspectos importantes do ciclo de contato quando ela ressalta que a criatividade emana de algo que surge, cresce, toma impulso, se avoluma e se derrama, em vez de ser algo que simplesmente fica parado em algum ponto à espera de que possamos encontrá-lo. Ou seja, as interrupções, cristalizações e fixações no ciclo atrapalham ou impedem experiências vívidas, fluidas e criativas

A sabedoria acerca dos ciclos resistiu a milhares de anos de sufocamento graças a mulheres de todos os cantos – pensadoras, artistas, curandeiras, bruxas, professoras, empresárias, donas de casa –, responsáveis por guardar e passar de geração em geração o conhecimento ancestral que perpetua um legado de vida pautado no respeito à ciclicidade e no cuidado a todos os seres, valores próprios das culturas matrifocais.

As tradições sagradas femininas visam ao direcionamento da energia dos grupos para ações e atitudes ecológicas, educacionais e comunitárias que contribuam para a transformação de valores, hábitos e mentalidades atuais e reestabeleçam o equilíbrio, a preservação e a pacificação da Terra (FAUR, 2011).

Dialogando com essa ideia, Saviani (2004) relembra que

os seres humanos necessitam perceber profundamente o que a natureza é para nós e em nós, o que a natureza é em si e o que somos com ela (...). Movimento do inspirar e expirar a vida, ritmo pulsante da natureza, do outono passando pelo inverno, verão, voltando à primavera de maneiras diferentes, continuamente. (...) É a mudança rítmica, cíclica, igual a tantas outras que são vivenciadas e não percebidas. (SAVIANI, 2004, p. 50-51)

É justamente nas relações com o mundo que nós trocamos energias, modificamos, expressamos e aumentamos a percepção de nós mesmos. Segundo Oken (1980 *apud* SAVIANI, 2004), quanto maior for a consciência e a potência do ser no mundo, maior a possibilidade de avanços e evolução.

Portanto, para criarmos um modo de vida sustentável, é preciso cavarmos os buracos ocultos da história, reconhecermos a sabedoria ancestral das mulheres e aprendermos, a partir desse restauro, a desenvolver uma sociedade unida em torno do sustento, da colaboração e da interação, ao invés de sustentar a violência, o combate e a competição tão presentes na hegemônica cultura patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A VIDA É UM RIO QUE CORRE

Sentada agora à margem do rio, observo suas águas passarem com tranquilidade. Escrever este artigo foi a prova de que estou mais próxima dos ensinamentos de Barry Stevens. Aprender a não apressar o rio significou, nesta experiência, entender os dias em que as ideias vinham com facilidade e a escrita fluía alegremente e os dias em que a ansiedade fazia morada e era mais frutífero caminhar, dormir, desenhar, pintar e cozinhar.

Sob a magia da lua, contemplei o vai e vem das minhas marés internas, senti força e calma, medo e suporte. Terminei estas linhas com a percepção de que me lançar ao exercício criativo da escrita devolveu-me o tesouro perdido da autoconfiança na minha capacidade de articular ideias e produzir textos acadêmicos. A vida criativa tem muitos aspectos, e nós, pessoas do mundo moderno, costumamos não reservar tempo para dar vazão às nossas infinitas potências criativas. Especialmente as mulheres, devido a todos os fatores que expusemos neste trabalho, devem permanecer atentas ao excesso de responsabilidade que rouba o tempo necessário para rodopios criativos, pausas, improvisos, aventuras e descobertas.

No âmbito planetário, destaco ainda que as transformações de que precisamos urgentemente, na minha compreensão, passam por honrar a dimensão sensível em cada um(a) de nós, acolher nossa ciclicidade interna e buscar uma relação mais íntima e conectada com os ciclos da natureza.

Por fim, desejo que os rios de nossas vidas criativas sejam sempre fonte de encontro e reencontro com nós mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Desigualdades no mercado de trabalho e perfil de adoecimento das mulheres trabalhadoras brasileiras. **Boletim epidemiológico**, Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 51, n. 20, p. 28-38, maio 2020. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/boletm-mulheres-desigualades-trabalho.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CIORNAI, S. Relação entre Criatividade e Saúde na perspectiva da Gestalt-terapia. *In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE*, 2015, Rio de Janeiro. **Anais digitais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR), 2015.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FAUR, M. **Círculos sagrados para mulheres contemporâneas**. São Paulo: Pensamento, 2011.

GRAY, M. **Lua vermelha**: as energias criativas do ciclo menstrual como fonte de empoderamento sexual, espiritual e emocional. São Paulo: Pensamento, 2017.

HYCNER, R.; JACOBS, L. **Relação e cura em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

JULIANO, J. C. **A arte de restaurar histórias**: o diálogo criativo no caminho pessoal. São Paulo: Summus, 1999.

KAUR, R. **Meu corpo, minha casa**. São Paulo: Planeta, 2020.

LEHMKUHL, L. A criatividade como potencializadora do processo gestalt-terapêutico. **Revista IGT na Rede**, v. 12, n. 23, p. 315-326, 2015. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MORAES, I. Máquina-homem, máquina corpo: um adeus ao corpo. *In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE*, 2015, Rio de Janeiro. **Anais digitais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR), 2015.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

REZZUTTI, P. **Mulheres do Brasil**: A história não contada. 1ª ed. São Paulo: Leya, 2019.

RIBEIRO, J. P. **Vade-mécum da Gestalt-terapia**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, J. P. **O ciclo do contato**: temas básicos na abordagem gestáltica. 5ª ed., revisada. São Paulo: Summus, 2007.

SAVIANI, I. Ateliê terapêutico – Encontrarte: viver arte, criar e recriar a vida. *In: CIORNAI, S. (Org.). Percursos em Arteterapia*. São Paulo: Summus, 2004.

SILVA, M. C.; CARVALHO, E. M. de; LIMA, R. D. de. Arteterapia Gestáltica e suas relações com o processo criativo. **IGT na Rede**, v. 10, n. 18, p. 18-36, 2013. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 22 abr. 2021.

STEVENS, B. **Não apresse o rio (ele corre sozinho)**. São Paulo: Círculo do livro, 1970.

ZINKER, J. **Processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.


SOBRE OS ORGANIZADORES

LÁZARO CASTRO SILVA NASCIMENTO - Gestalt-terapeuta. Doutor em Psicologia Clínica & Cultura pela Universidade de Brasília. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Musicoterapeuta (CPMT 346/20-PR) graduado pela Universidade Estadual do Paraná, Psicólogo (CRP-08/20085) graduado pela Universidade Federal do Pará. Professor substituto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Presidente da Associação de Musicoterapia do Paraná (AMT-PR). Membro do Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade (UFPR) e da World Federation of Music Therapy.

KAMILLY SOUZA DO VALE - Psicóloga (CRP 10/02310), Gestalt-terapeuta pelo Centro de Capacitação em Gestalt-terapia, mestra e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará, coordenadora do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (GEGT-Belém). Pesquisadora na área da conjugalidade, violência conjugal e gênero. Professora convidada em formações de Gestalt-terapia no norte do país. Ministra cursos de aperfeiçoamento na área de manejo clínico com casais, violência de gênero, violência psicológica e intervenções clínicas em atendimento com adultos e crianças. Supervisora clínica e coordenadora do curso de aprimoramento em Gestalt-terapia em Belém/PA e Macapá/AP.

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br